

BAIRROS NEGROS CIDADES NEGRAS

2ª Edição



Henrique Cunha Junior
Estanislau Ferreira Bié

As populações negras brasileiras dentro dos parâmetros do possível organizaram as suas formas de vida social, cultural e econômica e constituíram no meio urbano as formas urbanas características definidoras de bairros e cidades na sociedade brasileira. Os conceitos e percepções possíveis dessas realidades urbanas são fundamentais para pensarmos as políticas urbanas brasileiras. O direito à cidade e a democratização da urbanização brasileira carece do pensamento da população negra sobre as discussões do urbanismo. Bairros negros e cidades negras abre uma perspectiva de expressão coletiva dos movimentos sociais negros sobre as nossas realidades urbanas. Presume a existência da cultura negra, dos modos de vida dessa população e das limitações impostas pelo racismo antinegro estrutural configurados na arquitetura do urbano brasileiro.



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ



www.editoraviadourada.org



BAIRROS NEGROS

CIDADES NEGRAS



Série Conhecimento Africano e Afro-brasileiro

Diretores da série:

Prof. Dr. Henrique Cunha Júnior
Prof. Dr. Estanislau Ferreira Bié
Prof.^a. Me. Maria Saraiva da Silva

Comitê Científico e Editorial:

Ana Beatriz Souza Gomes Universidade Federal do Piauí-UFPI	Izabel Cristina Evaristo da Silva Universidade Federal da Paraíba-UFPB
Cícera Nunes Universidade Regional do Cariri-URCA	João Marcus Figueiredo Assis Universidade Federal do Estado do RJ-UNIRIO
Cláudia Teixeira Marinho Universidade Federal do Ceará-UFC	Kiusam Regina de Oliveira Universidade Federal do Espírito Santo-UFES
Eduardo Davi de Oliveira Universidade Federal da Bahia-UFBA	Leandra Gonçalves dos Santos SME/Vitória-ES
Estanislau Ferreira Bié Universidade Federal do Ceará-UFC	Marcilene Garcia de Souza Instituto Federal da Bahia-IFBA
Francisco Valdemy Acioly Guedes Universidade Federal do Ceará-UFC	Maria Auxiliadora Martins da Silva Universidade Federal de Pernambuco-UFPE
Gustavo Henrique de Araújo Forde Universidade Federal do Espírito Santo-UFES	Maria de Fátima Vasconcelos da Costa Universidade Federal do Ceará-UFC
Henrique Cunha Júnior Universidade Federal do Ceará-UFC	Maria Saraiva da Silva Universidade Federal do Estado do RJ-UNIRIO
Ivan Costa Lima Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB	Marizilda dos Santos Menezes Universidade Estadual Paulista-UNESP
	Rinaldo Pereira Pevidor SME/Vitória-ES

BAIRROS NEGROS

CIDADES NEGRAS

Henrique Cunha Junior
Estanislau Ferreira Bié
(Orgs.)



Editora Via Dourada
Fortaleza - Ceará

2023

Diagramação: Estanislau Ferreira Bié

Capa: Francisco José R. Abreu



Todos os livros publicados pela Editora Via Dourada estão sob os direitos da Creative Commons 4.0

https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

Conhecimento Africano e Afro-brasileiro - 4

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Catalogação elaborada por F. Jose R. Abreu CRB 3/1725

CUNHA JÚNIOR, Henrique; BIÉ, Estanislau Ferreiral (Orgs.)

Bairros negros cidades negras [recurso eletrônico] / Henrique Cunha Júnior; Estanislau Ferreira Bié - 2^a. ed. - Fortaleza, CE: Editora Via Dourada, 2023.

240p.; Il.; Color: 14x21 cm (Conhecimento africano e afro-brasileiro; v. 1)

Inclui referências

ISBN - 978-65-89622-50-5

Versão em e-book disponível em: <http://www.editoraviadourada.org>

1. Bairros Begros; 2. Cidades Negras; 3. História; 4. Brasil. Título. II. Série

CDD 981.31

CDU 94(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. História do Brasil 981
2. Brasil: Afro-descendentes 981.0414

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DA SÉRIE	7
Os diretores	
APRESENTAÇÃO DO LIVRO	9
Henrique Cunha Júnior Estanislau Ferreira Bié	
SOBRE AUTORAS E AUTORES	13
CAPÍTULO 1	19
BAIRRO NEGRO, LUGAR FORA DAS IDEIAS URBANÍSTICAS	
Henrique Cunha Junior	
CAPÍTULO 2	45
EMBU DAS ARTES: CIDADE DE URBANIZAÇÃO PELA ARTE AFRODESCENDENTE	
Maria Cecília Felix Calaça Henrique Cunha Junior	
CAPÍTULO 3	73
RACISMO ANTINEGRO E REORDENAMENTO SOCIO - ESPACIAL EM SALVADOR BAHIA: A RESISTÊNCIA DO POVO NEGRO NO PELOURINHO - CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR	
Apoena Ferreira	
CAPÍTULO 4	97

**BAIRRO CONJUNTO PALMEIRAS, TERRITÓRIO
DE MAIORIA AFRODESCENDENTE: MEMÓRIAS
DAS LUTAS E RESISTÊNCIAS EM FORTALEZA,
CEARÁ**

Emanuela Ferreira Matias
Henrique Cunha Junior

CAPÍTULO 5 **121**

**COMUNIDADE ROSALINA: UM TERRITÓRIO DE
MAIORIA AFRODESCENDENTE NA CIDADE DE
FORTALEZA - CE**

TIAGO SOUZA DE JESUS
Henrique Cunha Júnior

CAPÍTULO 6 **147**

**BANDIM-MINDARA A ENCRUZILHADA URBANA
DA AFRICANIDADE EM BISSAU-
BISSAU**

Henrique Cunha Junior

CAPÍTULO 7 **177**

CIDADES NEGRAS-PETRÓPOLIS IMPERIAL

Renata Aquino
Henrique Cunha Junior

CAPÍTULO 8 **197**

**BAIRROS NEGROS E SUAS FORMAÇÕES NA
CIDADE DE NATIVIDADE-RJ**

Márcia Aparecida de Souza
Henrique Cunha Junior



APRESENTAÇÃO DA SÉRIE

Os diretores

A história arqueológica das civilizações africanas remonta a mais de 10.000 anos e constituíram um grande acervo de conhecimento para a humanidade de onde reconhecemos às escritas, as filosofias, as matemáticas, a medicina e os urbanismos como invenções africanas. As sociedades africanas de uma maneira geral atingiram no passado grande nível de desenvolvimento cultural e intelectual que obteve o seu esplendor entre os séculos segundo e décimo sexto da era cristã. As invasões otomanas e depois europeias subdesenvolveram o Continente Africano nos séculos seguintes. Um dos fatores deste subdesenvolvimento foi à existência do sistema criminoso de escravismo nas Américas para onde imigraram pela força mais de 10 milhões de africanos. Como a principal mão de obra na formação da sociedade brasileira durante quatro séculos foi a do trabalho forçado da população negra, constituída de africanos e descendentes, os conhecimentos e práticas de vida destas populações irrigaram a vida brasileira. Os sistemas de dominação europeu e eurocêntricos produziram o escravismo criminoso e racismo antinegro, além de formas de desqualificação social da população negra no Brasil, sendo que quem colonizou o Brasil foram africanos e seus descendentes. Como resultado deste imenso processo, tanto a flora quanto a fauna brasileira foram alteradas pelos produtos

e conhecimentos africanos. A sociedade brasileira é devedora das sociedades africanas nas suas tecnologias e modos de adaptação das populações à produção nos trópicos. Portanto definimos que: Africanidades é um conceito que marca a unidade do conhecimento africano mesmo na presença de uma diversidade de povos e populações. Existe um eixo civilizatório africano partindo das civilizações do rio Nilo, denominadas Etiópês, Núbias e Egípcias que dissemina e transforma o interior do Continente Africano. E Afrodescendência é a organização desta diversidade africana na diáspora brasileira. Refere-se às populações africanas transportadas para o Brasil, e que aqui reorganizaram os seus conhecimentos em novos moldes e possibilidades. São populações que vivenciaram o escravismo criminoso, e se inseriram no capitalismo racista antinegro de forma atuante procurando soluções possíveis para seus modos de vida. A população negra brasileira, a cultura negra e o protagonismo social desta população determinam o caráter particular da história afrodescendente. As especificidades da sociedade brasileira em relação às europeias são diversas levando a produção de cultura e histórias diferenciadas, sendo que estas especificidades são mais relevantes, quanto às populações africana e afrodescendente. Muitos conhecimentos específicos sobre as populações africanas e afrodescendentes estão sendo produzidos pelas universidades brasileiras e por pesquisadores sem a devida circulação destas informações. A Série Conhecimento Africano e Afro-brasileiro é parte do esforço em divulgar a produção de conhecimento existente sobre as populações negras no Brasil e da sua interação com as demais populações.



APRESENTAÇÃO DO LIVRO

Henrique Cunha Junior

Estanislau Ferreira Bié

O Brasil foi colonizado por povos africanos que trouxeram para cá todo o acervo de conhecimentos e as tecnologias que permitiram o desenvolvimento da economia tropical. Os africanos formaram e formalizaram as bases mais amplas da cultura nacional, tanto é que o brasileiro para se afirmar como tal precisa recorrer a uma africanidade brasileira. Processo diferente foi o impetrado pelos europeus portugueses que estabeleceu uma dualidade nos confrontos e nas contradições em que o poder e a dominação foram duramente exercidos por portugueses sendo que às bases da produção e da realização da base cultural pelos povos africanos.

A história de portugueses é marcada por 700 anos de dominação moura. Mouro vem do latim Maures que significa Negro, devido à cor da pele dos integrantes do Império Mouro ou Império Almorovita. Em 700 existiu na região da África ocidental e do Norte Africano o grande império Almorovita, que em 711 invadiu a Península Ibéria e que dominou a região por sete séculos, sendo expulsos em 1492, e deixando na região grande legado científico e tecnológico. O Império Mouro sucede o Império Romano na região. Em síntese, os portugueses que escravizaram africanos e que não foram escravizados pelos

africanos quando estiveram sobre a dominação deles. Falta-nos uma explicação honesta da sociedade brasileira como base na nossa contradição principal que é a estrutura de oposição de interesses entre a população negra conhecedora e explorada e população branca pouco realizadora e exploradora.

Na mesma seara do contraditório, está a formação social brasileira. É a contradição social entre africanos e europeus que forma o Brasil. Africanos exerceram os trabalhos e criaram a cultura e os europeus executaram desumano processo de dominação e acumularam os benefícios da produção. Na série das incoerências estratégicas para manter as lacunas da teoria social brasileira, ainda está por ser elaborada ampla teoria social que permita uma completa interpretação desse processo de colonização e de dominação do escravismo criminoso. Trata-se de um caso quase que único na história das Américas e da humanidade. A existência de uma teoria se explica pelo desinteresse da real compreensão dos fatores da nossa formação social e devido aos interesses do eurocentrismo na interpretação da nação pela visão dos dominadores. Falta que é corroborada pela não inclusão dos resultados dos estudos que formam o conjunto científico a História Geral da África em razão de a coletânea colocar em xeque as bases do que é considerado como conhecimento histórico-científico brasileiro.

A urbanização brasileira é realizada durante o século XX, conservando a maioria das relações de poder herdadas do escravismo criminoso e readaptada ao período não escravista criminoso denominada como sociedade livre e contraditoriamente sempre destruidora dos ideais da população negra. O período do pós-abolicionismo se caracterizou de uma



sucessão de políticas desestabilizadora e desqualificadora das populações negras e fortalecedoras as estruturas de poder e qualificação social da população branca através do estado brasileiro. Um sistema único que conceituamos como racismo estrutural ou como racismo institucional, que produziu uma forma capitalista distinta da europeia que foi o capitalismo racista. Um sistema de dominação que a ciência vigente protegeu e reforçou e que os movimentos negros desmascararam sem, contudo, ter mudanças na condução da ciência produzida. A ciência com pequenos reparos temáticos e epistemológicos continuou sendo o espelho dos mesmos.

O processo de urbanização foi um processo de mudança histórica importante, como modo de produção e como estrutura de poder. Neste processo, o espaço urbano foi constante determinante das novas possibilidades e das gestões do poder, que continuaram eurocentradas e dominadas pela parcela europeia e seu proveito e dominação. A mudança histórica foi sempre controlada via espaço urbano da existência de uma reduzida parcela de participação de direito das populações negras.

O Pan-africanismo foi durante todo século vinte um celeiro de ideias e de proposições teóricas e práticas para a implementação da possibilidade de uma autonomia de pensamento das populações africanas e afrodescendentes com relação à ciência e à dominação eurocêntrica. Dentro desta procura de autonomia, a auto-afirmação como seres pensantes e com capacidade da realização de uma ciência própria e em benefício das populações negras é que surge no Brasil o paradigma dos Bairros Negros e das Cidades Negras para pensar

propositivamente a situação da população negra. O espaço urbano, os territórios negros, os bairros negros são áreas geográficas de existência de formas de vida da população negra, obstruídas e limitadas pelas estruturas do racismo estrutural antinegro. Esta análise urbana com base no espaço e na espacialização do racismo antinegro permite uma compreensão da situação social, política, cultural e econômica das populações negras, tendo como base um marcador transdisciplinar das ciências na forma da percepção da complexidade sistêmica. A sociedade brasileira se explica em boa parte pelas formas de interação entre as populações negras e brancas formadoras da sociedade brasileira e a cidade e o espaço urbano, na forma de bairros inova esta explicação. Neste sentido, este livro reúne trabalhos de pesquisadores negros voltados ao estudo das cidades e das relações sociais produzidas como forma de compreensão da sociedade brasileira e como utopia de mudança social ampla. Pensando a partir da experiência de populações negras e do nosso ponto de entendimento da história nacional.



SOBRE AUTORAS E AUTORES

Apoena Ferreira

Mestranda no Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo - PPGAU/UFBA. Possui graduação em Urbanismo pela Universidade do Estado da Bahia (2017). Integra o Grupo de Pesquisa Etnicidades PPGAU/UFBA. É assessora do Movimento Sem Teto da Bahia -MSTB e da Articulação do Centro Antigo de Salvador. É co-fundadora da Cooperativa Ujamaa.

Emanuela Ferreira Matias

Graduada em pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará. Integra o grupo de pesquisa Ética, diversidade étnico-racial e currículo (UECE). Mestra em Educação Brasileira pela a Universidade Federal do Ceará. Atua na área de educação. Tem experiência nas temáticas ligadas aos movimentos sociais, educação e relação étnico-racial, educação e saúde, Africanidades brasileiras, Territórios de Maioria Afrodescendentes, quilombos urbanos, Diversidade e Gênero.

Estanislau Ferreira Bié

Doutor e Mestre em Ciências da Educação pela UNISAL; Especialista em Policiamento Comunitário pela UFC; Especialista em Segurança Pública pela Faculdade Ateneu; Especialista em Ciências Política Sociedade e Governo pela UVA/UNIPACE; Especialista em Ciências da Educação pela FACULDADE EVOLUÇÃO; Especialista em História e Cultura Afro-brasileira e Indígena pela Faculdade Ateneu; Bacharel em Teologia pelo UNINTA; Licenciado em Ciências da Religião pelo UNINTA; Licenciado em História pelo UNINTA; Licenciado em Pedagogia pela FAK; Bacharel em Serviço Social pelo UNIBTA.

Atualmente Editor da Editora Via Dourada e professor da Academia Estadual de Segurança Pública do Estado do Ceará.

Henrique Cunha Junior

Doutor pelo Instituto Politécnico de Lorraine - Nancy - França (1983). Mestre em História (DEA) Faculdade de Letras de Nancy-França (1981). Pós-doutoramento em Engenharia - Universidade Técnica de Berlin - Bolsista DAAD - do governo Alemão (1985). Livre Docente da Universidade de São Paulo (Título de Pós-doutoramento com tese e concurso publico) (1993). Professor Titular da Universidade Federal do Ceará. (1994). Professor da Universidade de São Paulo (1984- 1994). Pesquisador Sênior e Chefe de Departamento - Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo - IPT (1987- 1995). Professor Titular da Universidade Federal do Ceará (1994- 2020). Professor Visitante da Universidade Federal da Bahia (2020). Leciona as disciplinas de graduação e Pós-graduação de : História dos Afrodescendentes; Urbanismo Africano; Bairros negros; Ciência tecnologia e Sociedade; Planejamento Energético. Pesquisa urbanismo Africano; Bairros negros;. Educação da população negra; . Tecnologias Africanas na Formação do Brasil. Orientou 30 teses de doutoramento e 50 mestrados. Trabalha com a teoria da Complexidade Sistêmica e a Transdisciplinaridade. Cursou Especialização em Cidades (2016). Tem Curso Técnico da Acupuntura na Mãos - (2016). Cursou Especialização em Projeto Arquitetônico Contemporâneo: Teoria e Prática (Universidade Federal do Ceará - 2019 a 2022). Autor de Tear Africano - Contos - Autor de Espaço Público, Urbanismo e Bairros Negros - Editora Appris- (2020).

Márcia Aparecida de Souza

Possui doutorado em Educação pela Universidade Federal do Ceará - FAGED/UFC, Fortaleza, CE e mestrado em Artes Visuais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita



Filho - UNESP, São Paulo, SP. Coautora dos livros: ?Afro Arte Memórias e Máscaras? (2012/Ed. UFC) e ?Arte Africana & Afro-Brasileira? (2006/Ed. Terceira Margem). Atualmente, é docente na Faculdade Paiva Andrade - FPA, Fortaleza, CE no curso de Pedagogia e exerce a função de 2^a líder do Projeto de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFCE, Fortaleza, CE, articulado pelo Grupo Meio Fio Pesquisa e Ação. Realiza pesquisa com ênfase em Artes Visuais, principalmente, a Arte Africana e Afro-brasileira e coordena o projeto/evento Consciência Negra: diálogos afros, onde os saberes e fazeres de matriz africana têm protagonismo.

Maria Cecília Felix Calaça

Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Ensino pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino - PPGEn da Universidade Federal Fluminense; Pesquisadora/ integrante do NEPECGIM - Núcleo de Ensino e Pesquisa sobre Espaço e Currículo de Geografia e Imagem e Multiculturalismo; Integrante do Projeto de Pesquisa Núcleo de Estudos e Pesquisas Saberes, Conflitos e Territórios da Universidade Federal Fluminense. Especialista em Planejamento, Implementação e Gestão da EAD, pela Universidade Federal Fluminense. E em Educação Infantil pela Universidade Castelo Branco. Graduada em Letras pela Universidade do Estado de Minas Gerais e graduada em Pedagogia pela Universidade Metropolitana de Santos - UNIMES. Professora da Rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Português, Inglês e Ensino Religioso. Também atua como pesquisadora na área de População negra e inserções urbanas. Avaliadora do periódico Texto Livre: Linguagem e Tecnologia.

Renata Aquino

Historiador (Puc-Rio), pós-graduado em História da África e do Negro no Brasil (Universidade Cândido Mendes- RJ), mestre em educação (Universidade Federal do Ceará) e bibliógrafo. Mora em Cabo Verde. Possui experiência como professor em projetos educacionais governamentais e não governamentais. Realiza investigações independentes nas áreas de musicologia, imagética e museológica. Atualmente é doutorando em educação pelo programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Ceará- Brasil. É coordenador do projeto Aksum-Livros & Cultura em Cabo Verde.

Tiago Souza de Jesus

Mestrando em Educação brasileira na Universidade Federal do Ceará (2021). Especialista em História e Cultura Afro-Brasileira e Africana pela Universidade Federal de Goiás - UFG (2018). Bacharel (2016) e licenciado (2017) em História pela Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP. Foi avaliador e pesquisador de monitoramento de projetos culturais do Projeto Mais Cultura nas Escolas: Promoção do diálogo entre iniciativas culturais e a educação formal, ligado ao Programa Mais Cultura nas Escolas, uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC) e Ministério da Cultura (MinC). Foi pesquisador de políticas públicas de cultura, educação na UNIFESP (2014-2017). Foi membro do NEAB-UNIFESP. Atualmente desenvolve pesquisa sobre educação, cultura e espaço urbano. Tem experiência em Políticas Públicas, educação e espaços urbanos, atuando principalmente nos seguintes temas: Etnia negra, história e cultura afrodescendente, bairros negros, educação integral e Políticas Públicas.



CAPÍTULO 1

BAIRRO NEGRO, LUGAR FORA DAS IDEIAS URBANÍSTICAS

Henrique Cunha Júnior

1 INTRODUÇÃO

Racismo antinegro é parte integrante e estrutural da história brasileira, não tem ligação com as raças visto que concretamente elas não existem. Usando um neologismo, elas “subexistem” em processos sociais de dominação, constituem ideologias e práticas sociais importantes (CUNHA JUNIOR, 2019). O racismo antinegro como ideologia é estrutural na formação histórica brasileira, pode ser lido na história da realidade, constatado na geografia e na forma urbana das cidades brasileiras e deveria ser um conceito de análise nas diversas ciências humanas brasileiras, no entanto ocorre o contrário, o contraditório, racismo estrutural antinegro é conceito rejeitado por boa parte das ciências humanas sob a fraca alegação de que devido à “miscigenação racial” não existe racismo nas relações sociais brasileiras. Fraca alegação, que se torna forte prática conceitual devido à diversos elementos, alguns de natureza epistêmica e outros de forças ideológicas, como por exemplo, o desprezo e o desconhecimento por parte da classe de intelectuais brasileiros, positivista e marxista, a



despeito da produção intelectual da população negra.

Vivemos num tempo histórico que podemos denominá-lo, sociedade do conhecimento (DZIEKANIAK, ROVER, 2011) dentro da era industrial e urbana. Nas sociedades intituladas ocidentais a maior parte da população vive nas cidades, como é o caso do Brasil, no qual 80% dos habitantes estão nas cidades, sob condições de qualidade de vida e de oportunidade social determinados pelos ditames do meio urbano que invisibilizam a população negra no pensamento urbanístico. As desigualdades entre grupos sociais são em grande parte reflexos das disparidades de inserção dessas populações no meio urbano. Quando as ciências humanas tratam dos distanciamentos urbanos condenam apenas o mercado imobiliário sendo acríicas sobre as responsabilidades das instituições públicas e das universidades.

Por outro lado a sociedade do conhecimento é definida de forma ideal pelos seus teóricos pautados nas características, requisitos e demandas que a identificam baseada no uso compartilhado de recursos, na construção coletiva de conhecimento, na interação livre de restrições de espaço e tempo, como também na valorização do direito à informação, às tecnologias de informação e comunicação e à educação, como um bem comum. Ou seja, como se fosse uma sociedade democrática quanto à produção e uso das referidas informações e conhecimentos, o que não ocorre em relação às populações negras.

Na denominada sociedade do conhecimento, cabe a adjetivação do conhecimento como ocidental, visto como naturalizado e universal sendo que essa familiarização é apenas

do âmbito dos grupos dominantes da sociedade ocidental. Ocidental, funcionando como sinônimo ambíguo de europeu. O conhecimento institucionalizado é aquele produzido pelas instituições de pesquisas acadêmicas eurocêntricas, já o conhecimento científico é parte do aparato regulador do estado e das instituições sociais. E as políticas públicas dentro dessa sociedade são pautadas pelo conhecimento acadêmico, de forma que podemos afirmar que os grupos sociais que não tem pesquisa científica não tem acesso amplo às políticas públicas, segundo seus critérios e interesses.

Como os problemas sociais são traçados pelo conhecimento científico, os grupos sociais que não inscrevem seus problemas na pauta científica não obtêm a validação desses, como problemas pertinentes à discussão e solução no domínio dos problemas sociais. Este é o ponto de partida para a discussão da ausência de pesquisas sobre a população negra no meio urbano e na sociedade brasileira como um todo, bem como suas consequências, as implicações práticas dos processos de exclusão social ou de inclusão parcial e diferenciada entre os grupos sociais.

Embora os movimentos sociais da população negra existam no Brasil e o no mundo desde 1900, marcados pelo aparecimento do Pan Africanismo (GOMES, 2014) demandando por políticas públicas específicas e mesmo sendo na atualidade a intenção expressa do estado brasileiro em realizar essas políticas, elas são na prática inexistentes, débeis e sem a anuência das pesquisas acadêmicas. Também existem leis como a 10.639/2003 que obriga o ensino da história e cultura africana e afrobrasileira em todos os níveis



da educação, e essa deveria ser uma preocupação das escolas de engenharia, arquitetura e urbanismo, no entanto essas áreas as desconhecem por completo. Existe uma intencionalidade em não tratar as temáticas de interesse da população negra e as raízes dessa problemática precisam ser pensadas e discutidas. Esse é o principal objetivo desse artigo que trabalha no campo do conhecimento urbanístico como preocupação central devido a importância que a produção da cidade e das habitações têm nos indicadores de desigualdades sociais e em razão das visíveis consequências para a vida da população.

Um lugar fora das preocupações e das ideias urbanísticas caracteriza o foco da discussão indicando que estamos diante de uma ideologia, como forma de dominação e nos interessa compreender como ela se processa. Embora as formações tecnológicas estejam distantes do acesso e do uso das populações dos bairros negros algumas ações importantes caminham neste sentido a exemplo dos projetos dos grupos de engenharia solidária (AVELAR, 2012), (SOUZA,2002) e de grandes projetos de reurbanização de favelas (SILVA JUNIOR, 2006), os quais colocam importantes discussões sobre espaço urbano, urbanismos, espaço público, qualidade de vida e relação desses temas com cultura e diversidade da população, todos estes projetos carecem de uma base conceitual e estrutural sobre as especificidades da população negra.

Falta também uma crítica que sistematize as formações dadas nas universidades brasileiras, as quais descartam a existência de africanos e descendentes como seres pensantes e produtores de conhecimento, bem como grupo social estrutural da formação política, cultural, social e econômica do país,

portanto substanciais e essenciais na compreensão da sociedade em que vivemos. Dessa forma ignoram o eixo motor a partir do qual se articulam as formas de produção das desigualdades sociais no Brasil.

O texto deste artigo é escrito a partir de constantes conversas com pessoas que tratam do tema da produção da desigualdade sobre a população negra e tiveram inquietações sobre bairros considerados pelos técnicos, arquitetos e engenheiros, como parte da cidade feita sem conhecimentos científicos, construídos pelos usuários, denominados autoconstrução ou espaços de construção informal (GROSTEIN, 2001), que têm como oposto a cidade formal, aquela que existe nas formalidades da lei e das formações universitárias. Porém, também é preciso tratar da cidade real aquela parte que é ignorada pelo conhecimento urbanístico e arquitetônico praticado pela maioria dos profissionais das áreas de engenharia, arquitetura e urbanismo e principalmente pelos programas de formação destes profissionais, que apresentam visões cega sobre uma realidade que ocorre na maioria das cidades brasileiras. Portanto trata-se de um texto feito com grande carga de criticismo e ceticismo sobre a experiência de ensino, pesquisa e extensão nas universidades e faculdades do Brasil e com grande carga emocional.

As primeiras anotações desse trabalho foram elaboradas em 2014, quando fiquei dois meses na área do Calabar em Salvador. No entanto, sintetiza mais de uma década de trabalhos, discussões, análises de currículos, programas e ações das universidades brasileiras que evidenciam a ausência de preocupação com as populações negras, com a cultura negra,



com a situação de vida habitacional e de estrutura urbana dessa população. Em uma das conversas com colegas engenheiros, eles falavam de “ideias fora do lugar”, referindo-se à expressão popular de ideias que não tiveram o lugar adequado, que estavam muito avançadas em relação às possibilidades reais ou que não se aplicavam no caso em discussão. Construiu-se o texto parodiando as ideias de fora do lugar, que remete ao fato de que existe um lugar que não faz parte do conhecimento universitário, em virtude da forma de construir não obedecer ao pretendido pelas formalidades teóricas, portanto é desconsiderado e transformado em ilegal.

Os lugares da população negra são lugares fora das ideias do pensamento urbanístico brasileiro por diversas razões e tem como consequência uma política pública de prejuízos sociais, econômicos, culturais, políticos e educacionais para esse grupo. Na literatura, os temas relativos à população negra definem certas políticas públicas que promovem a ausência sistemática de preocupação com essa população, como um processo de desqualificação social, que se insere nas práticas de racismo estrutural institucional antinegro (CUNHA JUNIOR, 2008), (CUNHA JUNIOR, 2015).

Devido às teorias urbanísticas não levarem em conta a existência desses lugares fora das ideias do campo universitário, as populações negras ficam fora de todos os benefícios pensados de maneira formal para as políticas públicas de reforma urbana e melhoria de vida nas cidades brasileiras. Ficamos de fora como cidadãs e cidadãos negros e negras, mesmo que entremos como anônimos na tarja de pobres ou povo, mas não entramos como somos e queremos ser, como população negra. Dessa forma, de

uma ‘maneira técnica’ o conjunto do pensamento acadêmico se desresponsabiliza com o segmento negro da população.

Este artigo também tem como função além de levar a refletir sobre as razões, os porquês dos temas que se referem às populações negras no Brasil serem ideias fora do lugar das ideias acadêmicas e também induzir à inquietação de que continuando como tal teremos consequências nas políticas públicas e nas ações de combate às desigualdades sociais, que estão inseridas as populações negras. Trata-se de um tema difícil para o conjunto universitário, pois toda auto crítica é laboriosa, principalmente por já existir a prática da universidade em descontar suas responsabilidades nas desigualdades sociais fora do campo acadêmico, ficando de forma aparente o sistema universitário sempre como crítico e não como fonte-parte de um sistema de dominação, como coautor da produção das desigualdades sociais. Na conclusão demonstramos como as ideias acadêmicas colaboram para a produção da desigualdade sobre as populações negras e da relação dessa com a perspectiva da produção das cidades.

2 O URBANO E A SUA PRODUÇÃO

A cidade é composta de bairros onde vivem as pessoas e onde a diversidade humana se manifesta. Uma das dimensões dos problemas de uma sociedade é o da mediação entre a cidade e a diversidade de população e de grupos sociais. A produção da identidade, individual e coletiva, sociabilidade e também das oportunidades de vida estão em grande proporção associadas à vida nos bairros. A qualidade de vida permitida aos grupos



populacionais em grande proporção se define pelos bairros e encontra-se condicionada à produção dos espaços públicos, da infraestrutura urbana e das condições de moradia (NEAL, 2010). O desenho urbano, entendido como o desenvolvimento e consolidação de como é efetivamente estabelecida a cidade moderna, é mediado e executado por urbanistas, num campo de consensos e conflitos de interesses sociais, políticos, culturais e econômicos, no entanto pautado e submetido ao conhecimento científico. Além dos urbanistas, participam desse desenho urbano e das discussões arquitetos, engenheiros, geógrafos, sociólogos, sanitaristas, ambientalistas e juristas. Constitui uma área de pensamento pautada pela interdisciplinaridade, apesar de ser orientada por um número reduzido de eixos sobre as concepções de cidade e sobre a formação dos profissionais enquanto urbanistas ou outros dedicados ao planejamento e desenho do espaço urbano.

No pensamento urbanístico a concepção de cidade é orientada pela história das cidades no ocidente. Geralmente inicia-se pensando a habitação e a vida em coletividade tendo como base a alegoria da caverna de Platão. Segue na composição da racionalidade arquitetônica inspirada no “Tratado de Arquitetura de Vitruvio”, escrito no século I antes de Cristo, relativo à vida prática profissional na Roma de Cesar Augusto. Faz referência aos feitos de Leonardo Da Vinci, passa para a história das cidades europeias (ROSSI,1966), (BENEVOLO, 2003) como sendo a história das cidades do mundo e mergulha nas discussões da carta de Atenas Le (SENT/CORBUSIER, 1942) e suas consequências entre franceses, ingleses e americanos (DUCCI, 2009). Inexistem referências africanas e asiáticas fortes,

embora Benevolo (2003) tenha parte de um capítulo sobre o Egito e dentro das perspectivas de formação dos profissionais, os fenômenos urbanos tenham ocorrido desde 4000 anos antes da era cristã, no Egito (MALEK, 2003) e os demais lugares da Ásia e África não são estudados. Ou seja, a maior variedade de formas de urbanismo e arquitetônicas que estão presentes nas histórias asiáticas e africanas (HORNUG, 1992) ficam fora dos currículos e da história das cidades e do urbanismo. Podemos deduzir que a fundamentação teórica do urbanismo se limita ao exame da tradição eurocêntrica, dialoga apenas com parte das culturas europeias, produzindo uma mentalidade eurocêntrica e disfarçada como conhecimento científico e universal.

O padrão de urbanização brasileiro imprimiu nas metrópoles e cidades conceitos e formas de concebê-las baseado na coletânea técnica utópica europeia. Formalizou-se o conceito de padrão periférico que engloba loteamento ilegal, a autoconstrução e os distantes conjuntos habitacionais desprovidos de equipamentos urbanos e de espaços públicos. Padronizou a ideia de cidade como um espaço dual, dividido entre área informal, sem tecnologia, planejamento e investimentos públicos significativos e área formal concentradora dos investimentos públicos, lugar de planejamento e de aplicação das tecnologias. Os bairros e lugares onde se concentram as populações negras recebem designações tais como, cidades clandestinas, cidades irregulares, cidades informais e cidades periféricas. Lugares à margem do pensamento e da prática de urbanização, portanto fora do desenho urbano e sem investimentos proporcionais à densidade da população, sem um reconhecimento da importância da forma urbana das



populações negras.

Pensando na produção da desigualdade social no Brasil observa-se que a forma da produção da cidade além de relacionar-se com a formação das ideias acadêmicas, também correlata-se com a distribuição de valores sociais. O tratamento dispensado a determinada área depende do grupo social que ali habita, podemos então inferir que a desigualdade social produzida sobre a população tem um componente especial urbano sintetizado no Bairro Negro. Assim a sistematização de “não lugar” nas ideias urbanísticas é parte da forma de produção da inclusão precária das populações negras na sociedade brasileira. A forma que a população negra aparece nas ideias urbanísticas retira a especificidade de ser um lugar de maioria de população negra e a estigmatiza como lugar de produção espacial urbana informal. Essa sistemática social pode ser considerada como parte do processo de desqualificação social da população negra e ato de prática do racismo antinegro e independente da nomenclatura utilizada, o uso dessa proposição nos ajuda a explicar a produção de desigualdade entre as populações negras e brancas na sociedade brasileira devido ao desenho urbano das nossas cidades.

3 RETIRANDO O LUGAR DA POPULAÇÃO NEGRA DO LUGAR DOS PROBLEMAS CIENTÍFICOS

Quatro importantes aspectos foram constatados quando examinamos a relação entre população negra e o sistema universitário, relação essa que esteve presente na discussão social durante a polêmica sobre as cotas para população negra

nos processos de ingresso nas universidades públicas brasileiras (TREGNAGO, 2013). A constatação de que a população negra se encontra ausente das preocupações universitárias brasileira pode ser obtida através da observação do número reduzidíssimo de teses e dissertações de mestrado sobre esse público nos diversos aspectos, sejam históricos, geográficos, sanitários, jurídicos, urbanos, sociais, culturais ou econômicos.

Outra constatação de ausência é a quase completa inexistência de disciplinas específicas sobre população negra nos diversos cursos de graduação nas diversas áreas do conhecimento. Constatou-se também que há uma porcentagem mínima de alunas e alunos negros nos cursos de pós-graduação e também de professoras e professores negros universitários.

A terceira constatação pode ser retirada dos depoimentos dos pesquisadores negros quanto às dificuldades de levarem a cabo as suas intenções de pesquisa, esses são em sucessivas ocasiões convidados a mudarem de tema.

E a quarta é relativa ao exame dos acervos das bibliotecas das universidades brasileiras, nos quais figuram pequeno número de títulos sobre temas de interesse da população negra. Essas constantes ausências podem ser pensadas como a formulação de uma ideologia de inviabilização da população negra para as formatações e produção das ideias acadêmicas. E sendo uma ideologia, essa não se produz de forma simples e nem é consequência de ações isoladas, resulta da sinergia de diversos fatores. Como toda ideologia, os absurdos e produções de injustiças sociais se naturalizam e tornam-se motivo de contestação por apenas um grupo social.

Na desqualificação da problemática da população negra



no Brasil incidem pelo menos dois grandes fatores, um de ordem internacional de produção e dominação ocidental e outro derivado da ideologia da mestiçagem, pensamento que aponta a ideia da miscigenação como solução do problema de conflitos sociais entre as populações de origem africana e europeia na sociedade brasileira. No primeiro caso, da dominação ocidental, o ocidente europeu se apresenta como a civilização em contraposição ao continente africano caracterizado pela barbárie. A construção da ideia de superioridade do ocidente tem como base o pensamento racional e o pensamento científico, e esses seriam produtos apenas do ocidente. Fatos que têm como premissa desta organização a filosofia que é publicada como de tradição grega (CUNHA JUNIOR, 2010). Produzindo também a ideia da Grécia como parte seminal da sociedade ocidental. Sendo que é fácil mostrar que a pretensão da filosofia ser apenas grega é ideológico e não condiz com a realidade histórica. Primeiro porque grande parte da filosofia arrolada como grega não é produzida na Grécia e nem por gregos, a exemplo de Tales de Mileto apresentado como filósofo grego nos manuais clássicos de filosofia sendo ele Jônico. A Jônia é a região da atual Turquia, portanto não é grego.

Por outro lado se questiona quanto à existência de uma filosofia africana (TOGA, 1971). E diversos são os questionamentos, existe ou não uma filosofia africana como parte da inclusão ou não de africanos e descendentes dentro do pensamento racional? Muitos são os caminhos para comprovação da existência de uma filosofia africana, um deles seria reivindicar a verificação da literatura de tradição africana na filosofia, nessa literatura figura a produção de Theophilo

Obenga sobre a filosofia egípcia do período dos faraós (OBENGA, 1990). Também em termos de moderna filosofia africana essa pode ser pensada em grandes grupos como pan africanismo, negritude, etnofilosofias e filosofia da libertação.

Também há o posicionamento do filósofo africano Paul Hountondji, em “Por filosofia africana entendo um conjunto de textos” (HOUNTONDJI, 1983). Além disso, entende-se que todos os povos da humanidade têm as suas filosofias (CUNHA JUNIOR, 2010), portanto pensamento racional também é africano.

No segundo caso, a argumentação em torno da mestiçagem no Brasil, discussão que se transformou em monólogo, pois foi criado um ícone em torno da figura de Gilberto Freyre e produzida uma equivocada máxima importância ao livro Casa Grande e Senzala, tanto que esse livro pleno de absurdos, bem como o autor passou a ser considerado pelos intelectuais brasileiros como um definidor das relações sociais entre a população escravizada e escravizadores. São prestados ao autor e ao livro falsos atributos e ignorados quaisquer questionamentos sobre a qualidade do texto e veracidade das informações apresentadas. O texto que é adotada em todas as formações de ciências humanas e forma uma estabilidade conceitual das relações entre os setores da população de maneira razoavelmente harmônica tendo como base a relação entre as escravizadas africanas negras e os escravizadores brancos, ou seja, configura a suposição da inexistência de racismo antinegro na sociedade brasileira em razão da mestiçagem de origem. Em “Críticas ao pensamento das senzalas e casa grande” (CUNHA JUNIOR, 2013) fazemos uma abordagem sobre os problemas do



livro de Freyre para a população negra, no entanto permanece um silêncio sobre esta e outras críticas.

Os falsos atributos sobre o livro são vários, primeiro quanto à originalidade em ser considerado como divisor de águas no tratamento das relações raciais brasileira, apontado como inovador tendo mudado o foco das questões. Durante a primeira república a discussão sobre a população negra tinha o conteúdo de raça inferior e nessa raça inferior residiam todos os problemas da formação populacional do Brasil. Entretanto o problema foi contestado de forma científica e definitiva pelo pesquisador Juliano Moreira que determinou em 1891, nos seus trabalhos, que tudo que imputava aos trópicos e a raça não eram mais do que as “condições sociais adversas impostas a população negra” (VENANCIO, 2010). Também em 1917 o notável professor Manoel Querino introduz a ideia do africano como colonizador do Brasil dando novo patamar de importância às questões da cultura africana na formação da sociedade brasileira (QUERINO, 1918). No entanto, a ciência e o conhecimento universitários brasileiros fazem enorme silêncio sobre os trabalhos de Juliano Moreira e de Manoel Querino e traçam um perfil de grandes elogios ao trabalho de Gilberto Freyre. Porém a originalidade e mudança de rumos seriam de Juliano Moreira e de Manoel Querino, dois exemplos dentre vários outros.

O trabalho de Gilberto Freyre pode ser discutido quanto a sua seriedade e propriedade por diversos caminhos, primeiro é um trabalho totalmente desinformado sobre história e cultura africana o que pode ser comprovado pelo exame da bibliografia, as referências são todas de uma produção racista, não contém

instrumentos para falar de população de origem africana e da sua inserção na sociedade brasileira (CUNHA JUNIOR, 2013). Outro é com relação a propriedade escravista tomada como base do livro, na qual existiam em um engenho de produção de açúcar cerca de 1000 pessoas trabalhando em atividades diversas e especializadas como oleiros, marceneiros, criadores de animais, barqueiros etc, e a complexidade de relações foi reduzida ao domínio da suposta vida na casa grande. Suposta, pois todas as afirmações do texto partem de suposições. Algumas absurdas, como a de que mulheres negras tenham preferido os portugueses nas relações sexuais tendo em vista o diminuto pênis dos africanos. Como destacamos em trabalho anterior, todos os críticos do livro são ignorados pela maioria das formações que adotam o livro (CUNHA JUNIOR, 2013). Também, a versão de Gilberto Freyre instrui a inexistência de conflito e de importância em tratar a população negra na formação brasileira, pois a mestiçagem eliminou todos os antagonismos e mesmo a notoriedade das culturas negras.

Por conseguinte, tanto na relação da dominação ocidental quanto do contra ponto relativo à formulação da mestiçagem surgem as ideologias de invisibilidade da população negra na cultura universitária brasileira.

4 A DESQUALIFICAÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO NEGRA

As metas da política da república eram impor uma nação homogênea, moderna, no sentido europeu e sem antagonismos entre a população negra e branca, eliminando as marcas do



passando do escravismo criminoso e ignorando os conflitos acumulados durante a sua existência, sem contudo fazer nenhuma concessão política, econômica ou social às “classes sociais” afrodescendentes herdeiras desfavorecidas do regime político passado. Quanto à política da república podemos qualificá-la da mesma forma que a da monarquia como eurocêntrica e segregacionista, pois impunha-se em redefinir a identidade nacional como uma identidade europeia, morena e tropical, bem como intentava ordenar e modernizar a nação. Também implicava acabar com as revoltas sociais de maioria negra e civilizar o país. Projeto de nação de características étnicas bem determinadas e que contou com ampla aceitação tanto dos setores políticos conservadores e liberais como dos críticos socialistas e marxistas.

A industrialização como símbolo da modernidade e progresso foi estabelecida e operada privilegiando a imigração europeia e valorizando o trabalhador imigrado da Europa em detrimento dos trabalhadores nacionais, pretos, pardos e mestiços em sua quase totalidade. Mesmo nos setores da economia que os nacionais, lê-se pretos e pardos, detinham a base de conhecimento, como foi o caso da agricultura do café, esses foram substituídos pelos europeus (CUNHAJUNIOR, 1992). A industrialização também foi operada numa associação entre o capital nacional exportador de produtos primários, capital herdado dos crimes do escravismo, capital quase que hegemonicamente eurocêntrico, e os capitais administradores europeus para infraestrutura urbana e infraestrutura ferroviária e energética. A modernização urbana e tecnológica é fortemente revestida de um caráter étnico e antinacionalista.

O dinheiro público foi amplamente utilizado no financiamento da imigração europeia. Em nome do progresso econômico, da modernidade tecnológica e da civilização, que deveria afastar o atraso social brasileiro, se processou uma operação ampla de reenquadramento social e disciplinar das populações afrodescendentes durante a república, principalmente nos primeiros anos do século XX. A política pública de imigração foi uma política contrária aos interesses dos afrodescendentes, acompanhando esta política se processaram outras no espaço urbano que são desestabilizadoras sociais dessa mesma população como veremos mais adiante. As políticas de modernização e de acesso à civilização e combate ao suposto atraso cultural brasileiro foram sumariamente políticas de desqualificação social e quebra de identidade dos afrodescendentes.

Durante o longo período de produção através do escravismo criminoso a constituição de famílias de africanos e afrodescendentes foram possíveis por diversas estratégias sociais. Uma das formas de elaboração dessas famílias foi a extensão para o Brasil do modelo de família extensa africana, representada por laços simbólicos e não necessariamente consangüíneos. Por outro lado neste período, os casamentos oficiais realizados na igreja contemplavam um número reduzido de pessoas mesmo entre a população eurodescendente, devido aos custos e exigências de rígida moral católica. A concepção de família europeia, com casamento realizado na igreja católica, foi reforçada na perspectiva social urbana da república. Desenvolvendo uma imensa campanha social por partes dos estratos de classe burguesa contra as formas de organização das famílias afrodescendentes. Campanha essa, baseada num



discurso da moral, dos bons costumes e da ordem social, que precisa ser bem compreendida como a afirmação social urbana de uma classe social idealizada eurodescendente no meio urbano das cidades brasileiras. Afirmação social urbana que funciona como meio de desqualificação social dos afrodescendentes. No campo da moral estavam enquadradas todas as festas populares de origem afrodescendente, mesmo as religiosas, as práticas de Catimbó, Candomblé e Umbanda sofreram grande perseguição como atos imorais. As formas de socialização como os batuques, sambas, pastoris, maracatus, bumba meu boi, marabaixo, maxambombas, mamolengos, teatro de rua e danças em salões populares foram alvo constantes de perseguições e intervenções policiais, de ingerência pública e qualificadas como baderna (ARAUJO, 1992), (ARRAIS, 1998). A ética moral da república é a da modernidade organizada e contrária as manifestações de lazer e socialização de base da cultura africana. Os cortejos e festas negras sugeriam para a ordem republicana a desordem, eram denominados como lugar de degeneração moral, continham o signo do atraso social e refletiam nas perspectivas das novas burguesias urbanas eurocêntricas, o quanto o meio urbano brasileiro estava distante da civilização europeia.

As cidades brasileiras do império eram espaços de maioria afrodescendente devido ao grande número de trabalhadores e comerciantes, negras e negros, no espaço público dos centros urbanos. Contingentes importantes de afrodescendentes moravam nos centros das cidades em habitações coletivas denominadas de cortiços. Como as imagens do espaço público urbano do império eram negras, a política da república exerceu uma ampla tarefa de ressignificação destas imagens do espaço

público e reorganização populacional.

A mudança da cidade republicana foi realizada pela cópia do urbanismo e das edificações em estilo “belle epoque” francesa. As cidades brasileiras de norte a sul realizaram suas revoluções urbanísticas e estilísticas com a premissa de renovação civilizatória europeia (CHALHOUB,1986), (ARRAIS, 1998). As dificuldades higiênicas, a falta de infraestrutura sanitária e as epidemias urbanas serviram de desculpa para justificar o teor das medidas implantadas. A remoção sistemática das populações afrodescendentes dos centros urbanos se realizou em todas as cidades brasileiras, transferindo estas populações para áreas ermas, difíceis, desprovidas de meios de transporte, saneamento, saúde, sistemas de educação e lazer. Como também distantes dos meios de trabalho e sobretudo das modernas formas de trabalho.

A dicotomia urbana estabelece uma rígida demarcação, entre a cidade e a denominada periferia, entre o urbano citadino eurodescendente e o urbano periférico afrodescendente. É necessário atentar para o caráter ideológico da ideia de periferia pois construiu-se um significado de conotação negativa em torno dessa. Foram definidos conceitos e as realidades de mocambos, arrabaldes, favelas, alagados, palafitas e outras denominações, como sinônimas de áreas de maioria afrodescendentes. A dinâmica imposta à essas áreas urbanas de maioria afrodescendente são produtoras da persistência de pobreza em parcela significativa da população afrodescendente, a população de periferia é alimentada pelos fluxos migratórios devido aos êxodos rurais. O racismo antinegro como controle social dos afrodescendentes é construído em uma das suas



práticas, através das relações de ocupação e territorialização urbana.

Os lemas da república no meio urbano criam uma utopia disciplinar da cidade (ARAUJO, 1992), (RAGO, 1985). Os lemas de sanear, embelezar e civilizar embutiram e camuflaram as políticas públicas urbanas contrárias aos interesses das populações afrodescendentes. O lema da república está expresso na bandeira nacional de forma abreviada. Temos a divisão, Ordem e Progresso, que foi executada como “Racismo, Ordem e Progresso”.

5 CONCLUSÃO

A produção e a reprodução das desigualdades de gênero e raça são parte de problemas estruturais da sociedade brasileira e encontram uma materialização sistemática na produção urbana das cidades do Brasil, que são apresentadas na literatura divididas em formal e informal. A cidade real que tem áreas de autoprodução de seus habitantes, estão fora das perspectivas acadêmicas. Não existem no pensamento de produção acadêmica, visto não fazerem parte da pauta das ideias desse campo de preocupações. E como a existência de políticas públicas e políticas urbanas dependem do respaldo das ideias acadêmicas e de serem pautadas pela pesquisa, ensino e extensão, a cidade real acaba sendo mantida fora das ideias acadêmicas, não entram para os problemas de sociedades industriais. Não são entendidas como problema específico do planejamento urbano, das teorias e práticas do ensino e das formas de estudo de solução, simplesmente são tratadas e

consideradas como um não problema, reproduzindo sempre a ideia de inexistência.

Não se trata de uma casualidade e sim de uma sistemática concebida e prevista na estrutura do pensamento de dominação ocidental. A representação de africanos e descendentes desses, num primeiro momento da formulação do racismo gerido pela ciência figuraram como povos sem cultura, e raça sem intelecto. Devido às mudanças impressas na organização mundial e da relação entre os povos, essa fórmula tornou-se desmoralizada pela própria ciência, no entanto permaneceram os seus resquícios e as formas de manter a supremacia europeia, sendo a mudança completa sempre adiada. Assim, na cultura brasileira instalou-se o pensamento Freyriano que nega com firmeza a existência de tensões sociais entre as populações de descendência africana e a europeia. Nessa negativa a população negra é um não problema, inclusive há questionamentos sobre sua existência, transforma-se somente num problema de orientação das formas europeias de desenvolvimento da sociedade.

Como no campo dos conhecimentos sobre cidades há uma invisibilidade em relação à população negra, essa é traduzida em um lugar fora das ideias da cultura científica, portanto inexistente como problemática social específica e como problema a ser resolvido. Devido a essa negação do reconhecimento da existência de bairros negro, de bairros de maioria afrodescendente se articulam as diversas formas que dão coerência aos processos de dominação postos em prática na sociedade brasileira, o que concorre para essa população ser relegada à submissão e a produção de variados tipos de



desigualdades.

Mesmo existindo a lei 10.639/2003, essa é absolutamente ignorada pelas faculdades de arquitetura e urbanismo e pelos órgãos responsáveis pela vigilância quanto ao respeito legal. A produção da desigualdade social entre a população negra e a branca se mantém nas práticas da produção do espaço urbano, sem uma indagação efetiva nesta direção. A diferença fica naturalizada e explicada como um problema da pobreza, sem questionamentos e sem relação com a história do Brasil quanto à existência do escravismo criminoso como herança da formação nacional.

O modo como é formulado e conduzido o pensamento universitário urbanístico produz, reproduz e dá continuidade aos processos de inscrição sistemática da desigualdade social sobre a população negra. Através do exercício do pensamento urbanístico e pelas práticas urbanas são mantidas inquestionáveis na produção do espaço urbano, as hierarquias entre o grupo social negro e o branco. Trata-se de um dos elos da cadeia que produz a invisibilidade social da problemática de um grupo étnico e também relega ao esquecimento a população negra como cidadãos de direito às transformações sociais e a produção da melhoria das condições de vida pelo acesso à tecnologia e ao direito a cidade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa. **Festas: Máscara do Tempo: Entrudo, mascarada e Frevo no Carnaval do Recife.** Recife: Dissertação de mestrado. UFPE, 1992.

ARRAIS, Raimundo. **Recife, cultura e confrontos**. Natal: EDUFRN, 1998.

AVELAR, Celso Alexandre de Souza de. **A economia solidária em territórios populares: uma pesquisa exploratória sobre o tecido socioprodutivo em quatro comunidades da cidade do Rio de Janeiro** / Celso Alexandre Souza de Alvear ... [et al]. - Rio de Janeiro: Núcleo de Solidariedade Técnica da UFRJ / Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário, 2012.

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. Editoria Perspectiva.2003.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro na “belle époque”**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. **Racismo antinegro, um problema estrutural e ideológico das relações sociais brasileiras**. Política Democrática (Brasília), v. VII, p. 118-127, 2008.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. **Serviço Social e população negra: Conceitos para uma análise estrutural do racismo antinegro**. In: Angela Ernestina Cardoso de Brito; Henrique Cunha Júnior. (Org.). Serviço Social e a população negra: a encruzilhada. 1ed.Montes Claros: Editora Caminhos Iluminados, 2015, v. 1, p. 15-36.

CUNHA JUNIOR, Henrique.NTU. Revista Espaço Acadêmico (UEM), v. 9, p. 8191, 2010.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. **História e Memória de Bairros de Maioria Afrodescendentes**. In: José Gerardo Vasconcelos; Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Junior; Zuleide Fernandes de Queiroz; José Edvar Costa de Araújo. (Org.). Interfaces Metodológicas na História da Educação. Fortaleza: Edições da UFC, 2007, v. 1, p. 77-89.

CUNHA JUNIOR, Henrique. **Educação, cidade e afrodescendência: As formas territoriais e políticas do racismo no Brasil**. In: Laura Cristina Vieira Pizzi e Neiza de Lourdes Frederico Fumes. (Org.). Formação



do pesquisador em educação: identidade, diversidade, inclusão e juventude. Maceio: Edufal - Editora da Universidade Federal de Alagoas, 2007, v., p. -.

CUNHA JUNIOR, Henrique. **Críticas ao pensamento das senzalas e casa grande**. Revista Espaço Acadêmico. Nov. 2013.

CUNHA JUNIOR, Henrique. **Textos Para o Movimento Negro**. São Paulo – SP: Edicon, 1992.

CUNHA JUNIOR, Henrique. **A Espacialidade Urbana das Populações Negras: Conceitos para o Patrimônio Cultural**. In: Afro Patrimônio Cultural. Fortaleza: Editora Via Dourada, 2019.

DZIEKANIAK, Gisele e ROVER, Aires. **Sociedade do Conhecimento: características, demandas e requisitos**. DataGramZero - Revista de Informação - v.12 n.5 out/2011. http://www.dgz.org.br/out11/Art_01.htm. Consulta em 1 de fev.2016.

DUCCI, M. **Conceptos básicos de urbanismo**. México: Trillas, 2009.

GOMES, Fabio Lourenço. **Pan-africanismo, historiografia e educação. Experiências de Cabo Verde e no Brasil**. 2014; Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Ceará. 2014.

GROSTEIN, Marta Dora. **Metrópole e expansão urbana. A persistência de processos “insustentáveis”**. São Paulo Perspec. vol.15. no.1 São Paulo Jan./Mar. 2001. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392001000100003>.

HORNUNG, Erik. (1992). **Idea into image: essays on ancient Egyptian thought**.

Translated by Elizabeth Bredeck. **New York: Timken**.1992.

HOUNTONDI, Paulin (1983), **African Philosophy: Myth and Reality**. **Bloomington: Indiana University Press**.1983.

MALEK, Jaromir. **Egypt: 4000 Years of Art.** London: Phaidon Press, 2003.

NEAL, Zachary. **Seeking common ground: three perspectives on public space.** Urban Design and Planning. Proceedings of the Institution of Civil Engineers. 2010.

OBENGA, Théophile. **La philosophie africaine de la période pharaonique.** Paris: L'Harmattan, 1990.

QUERINO, Manoel. **O Colono Preto como Fator da Civilização Brasileira.** Anais do 6.º; Congresso Brasileiro de Geografia, 1918.

RAGO, Luzia M. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil -1890 - 1930.** Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985.

ROSSI, A. **Architettura della città.** Padua: Marsili Editori, 1966.

SENT / LE CORBUSIER. **La carta de Atenas, manifesto urbanístico.** Congresso Intenacional de Arquitetura Moderna. (CIAM). 1942.

SOUZA, C., 2002. **Governos e sociedades locais em contexto de desigualdades e de descentralização.** Ciência & Saúde Coletiva 7 (3): 431- 442.

TREGNAGO, Carlos Alberto. **Cisma moderna: sistema de cotas é ferramenta de injustiça e inferioridade.** Disponível em <http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/3804/Cisma-moderna-sistema-de-cotas-eferramenta-de-injustica-e-inferioridade>. Acesso em 07 jun. 2013.

TOWA, Marcien. **Essai sur la problématique philosophique dans l'Afrique actuelle.** Yaoundé: Ed. CLE, 1971.

VENANCIO, Ana Teresa A. **Pioneiro, Juliano Moreira propôs o fim das camisas de força nos hospícios.** Revista de História. 2010. <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/reportagem-psiQUIATRIA-empReconceito>.



CAPÍTULO 2

EMBU DAS ARTES: CIDADE DE URBANIZAÇÃO PELA ARTE AFRODESCENDENTE

Maria Cecília Félix Calaça

Henrique Cunha Junior

1 DO TRATA O ARTIGO

Embu das artes é uma cidade da região metropolitana de São Paulo/SP - Brasil, com pouco mais de 200 mil habitantes (censo de 2010) que apresentou na sua forma de urbanização a arte afrodescendente como impulsionadora (TRINDADE, 2010). De pequena cidade centenária decorrente da passagem de tropeiros e desconhecida até 1950, ganhou notoriedade regional e divulgação internacional entre os anos de 1960 a 1990 em razão do fortíssimo movimento de artistas plásticos, pintores e escultores, em sua maioria negra e tendo como eixo de formação artística a cultura de base africana. No período em questão existiram pelo menos três gerações de artistas que trabalharam, moraram e divulgaram a sua arte nesta cidade, reunindo um número expressivo de mais de 300 artistas sendo pelo menos 60 de renome internacional. Trata-se de uma cidade que abrigou importantíssimo movimento cultural negro,



iniciado pelas lideranças de Claudionor Assis e Solano Trindade, que aglutinaram em torno de si um número importante de intelectuais e artistas precursores do movimento cultural que nós denominamos de “Fundamento Negro” para efeito da pesquisa de doutoramento que realizamos entre 2009 e 2013, e cujos resultados são apresentados neste artigo (CALAÇA, 2013). Os precursores foram lideranças políticas e artísticas que ensinaram as artes afrodescendentes, produziram grupos de teatro e dança, de manifestações folclóricas, poesia e literatura. Os iniciadores do movimento artístico tinham ligações como os movimentos do partido comunista e o movimento negro, e com a religiosidade da Umbanda e do Candomblé. A cidade cresceu neste período devido ao turismo e ao comércio de obras de arte que se formou principalmente em decorrência da feira de artes realizada todos os finais de semana. Instalaram-se no centro da cidade um conjunto de ateliers de artes plásticas e galerias de comercialização de obras de artes. Trata-se de uma urbanização desenvolvida a partir de um grande movimento artístico de maioria negra e com forte expressão da arte negra, possivelmente um dos maiores movimentos artísticos da história da arte brasileira, pela força artística, pela sua duração e quantidade de artistas. Acreditamos que devido à natureza da arte negra e da maioria de artistas negros e do racismo antinegro existente no país esse movimento ainda não possui a sua devida inscrição na história da arte brasileira. O artigo proposto gira em torno da conformação urbana de uma cidade paulistana em torno de um movimento artístico de fundamento negro. São apresentados no artigo a formação do movimento artístico, alguns dos principais artistas e as sua

obras de arte e os aspectos de uma urbanização fomentada em parte pela arte negra. Este movimento artístico do Embu das Artes se construiu em paralelo com outro grande movimento da população negra que foi o movimento de consciência negra da cidade de São Paulo, que também produziu movimentos no campo da literatura, teatro, dança e música. Existiram no mesmo período histórico, e no mesmo território geográfico do estado de São Paulo, jornais e um ciclo de um grande festival anual de dança e teatro negro denominado como Feconezum, que realizou 30 edições e número de associações e clubes negros da cidade de São Paulo. Trata-se de um grande ciclo de um amplo movimento político cultural negro onde as partes se conectam e que tem conexões com a formação da cidade de Embu. A ideia de consciência negra gerou uma “cultura de consciência negra” que catalisou parte dos artistas negros e outros não negros dos movimentos do Embu das Artes (CUNHA JUNIOR, 1996), (PEREIRA, 2001).

Embu das Artes, abriga uma centena de atividades comerciais relacionadas com artes plásticas, artesanato, música, teatro, dança e gastronomia, formando importante polo cultural do estado de São Paulo. Existem dois centros de artes relacionados com artistas negros, uma irmandade do Rosário de Homens Pretos e um cineclube de direção de artista negro. As apropriações de população negra dos espaços da cidade permitem dizer da existência de uma forma urbana negra. Os fluxos de artistas negros na criação da cidade é um fenômeno semelhante aos fluxos de trabalhadores negros na criação de cidades no Brasil, este fluxo gera um território de influência da população negra (AQUINO /CUNHA JUNIOR, 2018), (CUNHA



JUNIOR, 2016). Podemos classificar a existência de uma forma urbana baseada na arte negra. A arte negra e a cidade em si são partes do patrimônio cultural da população negra. A pesquisa realizada é de natureza transdisciplinar sendo utilizada a metodologia afrodescendente de pesquisa.

2 CONCEITOS E MÉTODOS

Os conceitos e métodos que foram usados na pesquisa sobre a urbanização de Embu das Artes através da arte negra são: Africanidade e afrodescendência; Arte negra e arte popular; Forma urbana negra; Movimento artístico de fundamento negro e metodologia da pesquisa afrodescendente.

Africanidade e afrodescendência. Africanidade é um conceito importante para compreensão da história africana e produção intelectual dos povos africanos no mundo (CUNHA JUNIOR, 2001). A africanidade é a matriz geradora das diversas culturas africanas a partir das culturas desenvolvidas no vale do Rio Nilo. Funciona como a gênese das culturas africanas e possibilita a determinação de um modelo de unidade cultural africano. A africanidade é o sinônimo de unidade cultural africana. Trata-se de um marco conceitual desenvolvido por Cheike Anta Diop (DIOP, 1959) que indica que as culturas africanas possuem uma base comum e que esta base sobre alterações como o lugar e os tempos de cada lugar produzem a diversidade cultural africana. Africanidade é definida como a unidade diante da diversidade. Um conceito desenvolvido dentro do conceito de complexidade dinâmica da cultura, no sentido de complexidade dado pelas filosofias africanas. Trata-se de um conceito perfeitamente aceito entre

os intelectuais pan-africanistas, no entanto polêmico para as ciências eurocêntricas por questões de ordem ideológicas. O conceito de africanidade é importante, pois oferece uma base única de partida para interpretação das culturas africanas. Deriva do conceito de africanidade o de afrodescendência que implica na transformação da cultura africana em cultura negra brasileira. Afrodescendência é um modelo conceitual que não parte da integração harmoniosa das três raças como a maioria dos modelos dominantes sobre cultura brasileira e cultura negra. Um conceito que desenvolve a ferramenta de superação do momento histórico. Trata-se de uma cultura que supera os sistemas de dominação do escravismo criminoso e do capitalismo racistas que pautaram pela sua eliminação. Apesar das condições socioeconômicas adversas continua se processando a existência da matriz africana.

Arte negra ou arte popular. Registramos a existência de algumas confusões conceituais e políticas feitas em torno dos conceitos da arte negra e da arte popular e que são importantes para esse artigo. Um mesmo artista tem sua arte apresentada hora como arte popular hora como arte negra. Como exemplo de João Cândido que na exposição do Museu de Arte de São Paulo – MASP de 1973 sua obra de arte figura como “cultura negra” e o mesmo artista na exposição da prefeitura de São Bernardo do Campo de 1988 aparece como “arte popular”. Os dois termos embora não conflitantes encerra propostas político - ideológicas diferentes. A arte negra consideramos como um produto das transformações culturais das artes de matriz africana. São artes que operam com elementos da cultura de base africana, controlados pelas concepções estéticas de matriz africana, ou seja, da cultura negra no Brasil. Isto não implica na



cor de pele de cada artistas mas na vertente estética e cultural que se engendra (CALAÇA, 1999). Nesse sentido o conceito autoriza a existência de artistas de tonalidade de pele branca numa maioria de artistas negros fazendo arte negra. A arte popular é definida dentro de um conceito de oposição entre as formas de fazer arte popular e erudita. Existe uma linha de separação entre a arte feita pelas diferentes classes sociais. Neste trabalho estamos utilizando o enfoque de arte negra devido que o conceito de arte popular dilui ou torna invisível os padrões estético de base africana e a importância da cultura negra.

Forma urbana negra. O espaço habitado reproduz as culturas, as relações sociais e formas de vida nele inseridas e coletivamente elaboradas produzindo a especificidade diacrítica do lugar, modelando as singularidades objetivas e subjetivas de um lugar e transformando este lugar numa forma de urbanização própria denominada como forma urbana. O lugar cria e é criado, é fator de identidade e de formação de patrimônio cultural. Os fatores culturais da população negra são um dos principais articuladores da forma urbana negra na cidade brasileiras. Outros fatores estão identificados com a concentração de militâncias políticas e religiosas, com as práticas sistemáticas das lutas sociais da população negra inseridas no espaço urbano. A forma urbana negra é resultante de diversas práticas sociais da população negra funcionando como um território específico e com uma territorialidade particular. A forma urbana negra é uma leitura da formação urbano pautada pela existência da cultura negra e de populações negras e as suas apropriações do espaço.

Movimento artístico de fundamento negro (CALAÇA, 2013). O conceito de movimento artístico de fundamento negro

traduz a ideia de ser um movimento não apenas de negros e não apenas dentro dos contornos habituais do se considerar negra, mas que contém a essência dos modos de vida, das questões sociais e das representações da população negra tanto no campo artístico-cultural como político.

Metodologia de pesquisa afrodescendente. A metodologia da afrodescendência é proposta numa relação sujeito de pesquisa e sujeito pesquisador. Difere da proposta sujeito objeto. Trata de temas relativos às vivências da pesquisadora ou do pesquisador no seu cotidiano anterior a pesquisa. São trabalhos de pesquisadoras que pela origem, social, cultural, histórica, territorial ou política estão imersos no tema de pesquisa, Conta com os conhecimentos prévios e com as experiências anteriores e se propõe resolver problemas oriundos das próprias vivências. São pesquisadores de dentro da porteira seguindo da definição de Narcimaria Luz (LUZ, 2000). O método é transdisciplinar envolvendo várias áreas do conhecimento. Sendo parte dos métodos de pesquisa ação que no uso dessa metodologia os métodos empíricos precedem os conceitos teóricos. A prática de pesquisa e social demanda a teoria apropriada e não o inverso onde a teoria se impõe sobre a prática e a pesquisa torna-se um estudo de caso que visa reforçar a teoria.

3 O MOVIMENTO ARTÍSTICO DE FUNDAMENTO NEGRO E A PRODUÇÃO DA CIDADE DE EMBU

A causa primeira da concentração de artistas negros e militantes políticos em Embu são de origem indeterminada. O que existe de consenso nos depoimento dos artistas entrevistados (da ordem de 30 durante a pesquisa para a tese



de doutoramento) é que entre os precursores do movimento de artistas na cidade destacam-se Claudionor Assis e Solano Trindade.



Figura 1 - Núcleo de Teatro Experimental do Negro. São Paulo, 1951, Diretor Solano Trindade. Fonte: Castellar (2010)

Solano Trindade em 1950 havia se transferido do Rio de Janeiro para São Paulo e organizou na cidade de São Paulo uma nova versão do Teatro Experimental do Negro do Negro dirigido por Abdias do Nascimento no Rio de Janeiro. A versão paulistana tinha como conteúdo temas da cultura negra, como forte base na religiosidade africana e na cultura do Recife/PE. Era um teatro grupal com grande número de participantes no palco. Na figura 1 apresentamos a fotografia do elenco do Teatro Experimental do Negro – São Paulo.

Acreditamos que em razão da adesão ao Partido Comunista o Teatro Experimental do Negro é transformado em Teatro Popular Brasileiro, levando peças que excursionaram durante três anos pela Europa. Na figura 2 temos a na fotografia

do elenco no porto de Santos – SP partindo para a excursão na Europa em 1952. Segundo informação de Raquel Trindade (2013), Solano Trindade não está na fotografia pois viajou de avião.



Figura 2 – Fotografia do Grupo de artistas do Teatro Popular Brasileiro.
Fonte: Arquivo pessoal do filho do Bolinha, um dos componentes do Teatro Popular Brasileiro que embarcaram em turnê à Europa, 1952

No entanto a mudança de denominação não alterou os participantes continuam sendo formados por negros e trabalhando temas da cultura negra. Nesse período Solano Trindade foi convidado por Assis para ir morar em Embu. Ambos Assis e Solano dispõem as suas casas para moradia e permanência de artistas que acabaram por residir ou estabelecer atelier na cidade. Tanto Assis como Solano fizeram a formação de artistas e organizam movimentos variados das diversas artes, literatura, pintura, escultura, teatro e cinema. Dessas iniciativas é que se cristaliza um intenso movimento artístico de maioria de negras e negros e com temática das culturas negras. Merece

destaque nesse movimento a participação da família Silva composta de membros artistas de grande negritude na sua arte (BÜLL, 2007). Artistas de maior renome pertencentes a família Silva; Vicente de Paula Silva, Raquel Trindade (filha de Solano e foi casada com Vicente), Maria Trindade de Almeida Silva (conhecida pelo pseudônimo de Tânia Felix), Maria Auxiliadora Silva, Benedito Silva, João Cândido da Silva, Sebastião Cândido da Silva, Ilza Jacob da Silva, Conceição Aparecida de Silva, Natalia Natalice da Silva, Georgina Penha da Silva (pseudônimo de Gina) e Efigênia Rosário da Silva (CALAÇA, 2013). Entre 1960 e 1980, período de delimitação da pesquisa o movimento artístico de fundamento negro do Embu produziu três gerações de artistas, muitas vezes envolvendo filhos e netos de artistas, reunindo mais de 300 participantes sendo pelo menos 60 artistas de expressão internacional. Destes movimentos é que resultam as paisagens urbanas artísticas da cidade de Embu das Artes (TRINDADE, 2010). As figuras 3 e 4 exemplificam o cotidiano da região central da cidade de Embu das Artes.



**Figura 3 – casa de uma das ruas centrais de Embu.
Fonte: Prefeitura de Embu**



**Figura 4 – Feira de artesanato e arte no centro de Embu.
Fonte: prefeitura de Embu**

4 ASSIS E SOLANO – PERSONALIDADES NEGRAS DE GRANDE LIDERANÇA

4.1 MESTRE ASSIS



**Figura 5 – Claudionor Assis Dias/ Mestre Assis do Embu.
Fonte: Arquivo pessoal de Ubiratã Assis**

Claudionor Assis Dias foi casado com D. Imaculada e tiveram oito filhos. No início da vida exerceu diferentes funções, pedreiro, marceneiro e frentista. O meio artístico foi que proporcionar a oportunidade de vida exercendo as atividades de pintor, escultor, poeta e articulador cultural. Quando integrou a companhia de Teatro Popular Brasileiro, de Solano Trindade, desempenhou várias papéis. Foi ritmista, capoeirista, bailarino, declamador e contrarregista. No cinema atuou em alguns filmes como O Santo Milagroso, Fredy, A Guitarra e o Mar e O Acordo (TRINDADE, 2010).

No artigo publicado na Revista Contemporânea, o artista Wanderley Ciuffi (2008) conta, de maneira interessante, como Claudionor Assis Dias chegou ao Embu:

Em 1959, em visita à sua mãe, que trabalhava como cozinheira num acampamento da BR 116 (em Aldeinha, próximo de Juquitiba), soube que um artista, Cássio M'Boy, morava na região num lugarejo chamado Embu. Assis, que já usara o barro da Aldeinha para modelar, foi a Embu visitar Cássio em seu atelier, no Cercado Grande, trazendo consigo uma peça em cerâmica, intitulada cabeça de Mameluco, hoje de propriedade de Anis Neme Bassith. Encontrou-se também com Sakai, que era aluno de Cássio M'Boy. Entusiasmado com Assis, Cássio providenciou sua mudança e o instalou numa casa no bairro da Capuava, junto com sua família, sua mãe, sua irmã Expedita e o marido onde, entretanto, ficaria por apenas seis meses (CIUFFI, 2008, p. 33).

Do seu currículo, constam premiações como uma medalha de ouro que recebeu nos Estados Unidos e na França e uma citação sobre o artista plástico Claudionor Assis Dias no Dicionário Francês de Arte (Dictionnaire Français Universel de l'Art), publicado na França.



**Figura 6 – Madonna. Escultura abstrata em madeira.
Fonte: Arquivo do Centro Cultural Mestre Assis do Embu.**

4.2 SOLANO TRINDADE



**Figura 7 - Francisco Solano Trindade/Solano Trindade:
Fonte: Vasques (2010). (Recife, PE - 1908 / Rio de Janeiro, RJ - 1974).**

Francisco Solano Trindade foi um artista multifacetado: pintou telas, escreveu poemas, dirigiu peças teatrais, atuou como ator e, sendo folclorista, dirigiu um grupo de dança popular. Solano foi casado com Maria Margarida da Trindade. O casal atuou de forma incansável na ‘militância negra’. Maria Margarida trabalhou como costureira, bordadeira, professora de dança folclórica e terapeuta ocupacional no Museu de Imagem do Inconsciente com a Dra. Nise da Silveira. Tiveram quatro filhos: Raquel, Godiva, Liberto e Francisco Solano Trindade Filho. Este último, por ser brizolista, foi assassinado num presídio carioca, no período ditatorial militar brasileiro, iniciado em 1964. Solano Trindade, natural do Recife teve uma trajetória de vida marcada também por vários deslocamentos para outros estados do território nacional. Em alguns, não morou por muito tempo, como Belo Horizonte e Rio Grande do Sul. Por onde passou, deixou contribuições socioculturais, se dedicou a formação de pessoas e realizar congressos e incentivar a valorização do negro. Com esse intuito, na década de 1930, se junta às lideranças negras para organizar o I Congresso Afro-Brasileiro, no Recife, e participar do II Congresso Afro-Brasileiro, em Salvador. Fundou, com o artista plástico Barros, conhecido como “Barros Mulato”, e os escritores Ascenso Ferreira e José Vicente Lima, a Frente Negra Pernambucana e o Centro Cultural Afro-Brasileiro (TRINDADE, 2010; SILVA, 2008). Nos anos de 1940, participou do grupo de Teatro Folclórico Brasileiro de Haroldo Costa, no Rio de Janeiro. Do acervo do jornalista e escritor Oswaldo de Camargo encontramos documento que registra que 1945, Solano participou do Teatro Experimental do Negro de São Paulo, onde esteve pelo menos até 1952. Solano Trindade também esteve envolvido com o Teatro Experimental

do Negro do Rio de Janeiro. Ainda na década de 1950, Solano fundou com sua esposa Margarida Trindade e o sociólogo Edson Carneiro, o Teatro Popular Brasileiro (TPB).

No início dos anos de 1960, Solano já frequentava a Praça da República, onde existia uma feira de arte aos domingos, acompanhado de um grupo de artistas negros. Em 1961, aceitou o convite do Mestre Assis do Embu para conhecer o Embu. Fixou então residência na cidade levando consigo um grupo de 30 integrantes da sua companhia de Teatro Popular Brasileiro. Para popularizar as manifestações artísticas começou a realizar festas com danças afro-brasileiras e exposições de arte em sua casa. Os eventos despertavam a curiosidade dos visitantes e chamavam a atenção de grupos de intelectuais paulistas, que passaram a frequentar, cada vez mais, o Embu, na época, considerado um lugar distante de São Paulo. Pouco tempo depois, junto com alguns artistas locais, como Assis, Sakai, Azteca, Cássio M'Boy, começaram a Feira das Artes de Embu (TRINDADE, 2010).

5 A ESTÉTICA DA ARTE AFRICANA EM 4 ARTISTAS

Baseado nos conceito de africanidade e afrodescendência podemos inferir a existência de uma estética africana e de uma estética afrodescendente, denominada como arte negra (CALAÇA, 2013), (MATOS, 2016), (LUZ, 1983), (ARAUJO, 1988), (THOMPSON, 2011). Para efeito deste artigo vamos caracterizar a arte negra do Embu através de quatro artistas.

Agenor e Agenov são pai e filho grande representantes da arte negra do Embu. Na figura 8 apresentamos calçada

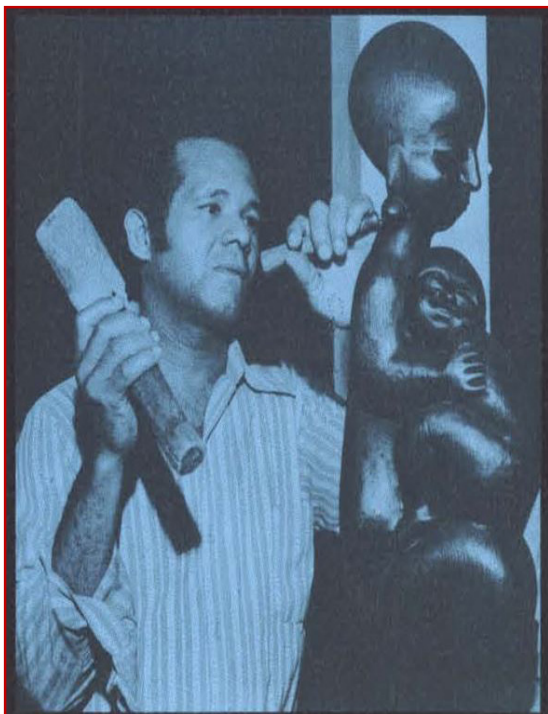


da rua onde Agenov expõe a sua arte que bem caracteriza a africanidade das arte do Embu.

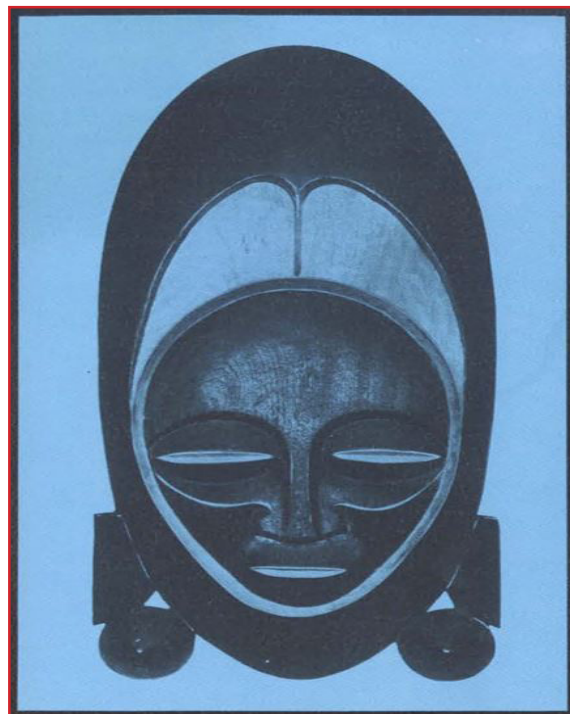


Figura 8 - Calçada do atelier de Agnov, como obras na rua.

Fonte: prefeitura do Embu. Mestre Agenor, apresentando na Figura 8 realizando trabalho de escultura. Agenor Francisco dos Santos / Mestre Agenor (Alagoinhas, BA - 1932 / Embu, SP - 1995)



**Figura 9 - Mestre Agenor.
Fonte: Arquivo pessoal do artista
Agenor Francisco dos
Santos Júnior.**



**Figura 10 - Máscara em
Madeira. Fonte: Arquivo
pessoal Agenor Francisco dos
Santos Júnior.**

Tanto na figura anterior como na máscara da figura 10 se observa nas obras apresentadas a existência de elementos formais que podem ser considerados renascentes da base africana.

João Cândido da Silva, natural de Campo Belo, minas gerais é parte de uma família extensa de grandes artistas plástico ligados ao Embu (ANTONIO, 2011).

A figura 11 apresenta um retrato do artista João Candido. Os quadros de João Candido expressão a música, danças e capoeiras realizadas pelas populações negras.



**Figura 11 – Apresenta um retrato do artista João Candido.
Fonte: Acervo pessoal da autora.**



**Figura 12 - Quadro de João Candido.
Fonte: Acervo pessoal da autora.**

Raquel Trindade “A Kambinda” (Recife, PE - 1936 / Embu das Artes, São Paulo - 2018) (TRINDADE, 2009). Uma das figuras artísticas das mais notáveis do movimento de Embu das Artes. Raquel Trindade, cuja fotografia é apresentada na figura 12 e que assina seus quadros como Kambinda, é a filha mais velha do grande poeta Solano Trindade e da terapeuta ocupacional Margarida Trindade. Pintora, dançarina, coreógrafa, grande conhecedora da história e cultura afro-brasileira, é considerada uma das maiores guardiãs do conhecimento sobre cultura afro no Brasil.



Figura 13 - Foto de Raquel Trindade.
Fonte: Muniz (2011).

Fundadora do Teatro Popular Solano Trindade e da Nação Kambinda de Maracatu, no Embu, e do grupo Urucungos, Puítas e Quijengues, em Campinas, Raquel também atuou na área acadêmica, tendo lecionado na Universidade de Campinas (UNICAMP). Também criou enredos de escolas de Samba de São Paulo, figurinos e carros alegóricos para diversas escolas de samba como Vai-Vai, Mocidade Alegre, Pérola Negra, Prova de Fogo, em São Paulo, e Escola de Samba Quilombo do Candeia, no Rio de Janeiro (TRINDADE 2010). Os quadros da figuras 14 e 15 ilustram a pintura da artista Raquel Trindade.



Figura 14 – Dança do Coco. Pintura, 2005. Fonte: Trindade (2009).



Figura 15 – Pintura. Carnaval, 2005.

Fonte: <http://raqueltrindadekambinda.blogspot.com/2009/02/quadros-raquel-trindade-kambinda.html>.

Antenor Calos Vaz. Um dos artistas que recebe a homenagem como nome de rua na cidade de Embu.

Na figura 16 apresentamos a fotografia do artista. Foi conhecido como maestro e pintor.



**Figura 16 - Fotografia do Artista Plástico e maestro Antenor Carlos Vaz.
Fonte prefeitura do Embu.**

A figura 17 é a imagem de um quadro que ilustra a obra de Antenor Carlos Vaz.



Figura 17 - Quando de Antenor Vaz. Fonte: prefeitura do Embu.

6 CONCLUSÃO

Concluimos que Embu das Artes é uma forma urbana negra, resultante da cultura negra através das religiões de matriz africana, das artes plásticas de artistas inseridos na arte negra e de uma militância política e cultural negra entremeada ao marxismo dos partidos políticos brasileiros. Esta conclusão é baseada na forma que os precursores estavam inseridos nas culturas negras e no conhecimento sobre as religiões africanas. Mesmo os artistas brancos sofrem forte influência dos temas da cultura negra principalmente do candomblé. Outro motivo é a existência na cidade da Irmandade do Rosário de Homens Pretos que carrega a demarcação de um território de população negra. Como também da existência de dois centros culturais organizados em torno da memória e da arte de duas lideranças culturais negras, o Teatro Popular Solano Trindade que foi dirigido até o ano passado pela sua filha Raquel Trindade, o memorial do Claudionor Assis Dias. Também é importante destacar o Cine Clube CINECLUBE EMBU DAS ARTES, fundado em 2007, dirigido pelo ator e diretor de teatro negro Benedito Vicente da Silva (Benê Silva), que organizava em torno de si um movimento de artistas negros, sem, contudo ser parte do movimento negro. Como ele se auto definia eram negros em movimento de artes.

O cotidiano da cidade é marcado pela estética negra exposta nas ruas e praças de forma bastante intensiva. A pesquisa realizada teve como tarefa mostra a intensidade do movimento artístico de fundamento negro em Embu das Artes

e reivindicar a africanidade desse movimento como também mostrar uma cidade brasileira resultante da influência artística negra no país. São reconhecimentos necessários que não são realizados devido à produção da cultura racistas antinegro que promove a invisibilidade das construções sociais da população negra. Sendo que uma das formas dessa invisibilidade é confundir a cultura negra apenas como uma cultura popular brasileira e referencia-la a um híbrido cultural onde as marcas das africanidades ficam diluídas ou em desaparecimento. Pensar a cidade de Embu das artes como uma forma urbana negra é um acréscimo ao reconhecimento da população negra como produtora de cidades e bairros na sociedade brasileira. Diz respeito aos patrimônios culturais urbanos de referências negras no Brasil.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, Renata; CUNHA JUNIOR, Henrique. **Petrópolis-RJ: cidade de grande fluxo de população negra na formação do território. 2018. (Apresentação de Trabalho/ Comunicação).** II Seminário internacional. História da Abolição no Mundo – Rio de Janeiro – RJ- Fundação Getulio Vargas. 2018.
- ARAÚJO, Emanuel (Org.). **A mão Afro-brasileira: Significado da contribuição arte histórica.** São Paulo: Tenenge, 1988.
- ANTONIO, Fernando. **João Candido da Silva um artista brasileiro de alma e pintura.** 29 abr. 2011. Disponível em: <<http://www.vidabstrata.com.br/2011/04/joao-candido-da-silva-um-artista.html>>. Acesso em: 10 jan. 2011.



ARAÚJO, Emanuel (Org.). **A mão afro-brasileira: significado da contribuição artística e histórica**. São Paulo: Tenenge, 1988.

ARY MATHÉIA. **Assis do Embu: o pai das artes e artesanato e a alma do Embu das Artes**. In: BLOG Estrela brasileira, 2011. Disponível em: <http://www.estrelabrasileira3.com.br/Assis%2odo%2oEmbu.html>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

ASSIS do Embu: **Mestre Assis do Embu – sua história e sua arte...** Embu Digital, 7 abr. 2009. Disponível em: <<http://www.embudigital.com.br/2009/04/assis-do-embu/>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

AUGEL. Moema Parente. **A fala identitária: teatro afrobrasileiro hoje**. Afro-Asia, Belo Horizonte, n. 24, p. 291-323, 2000. Disponível em: <www.letras.ufmg.br/literafro.d/t>. Acesso em: 10 maio 2012.

BÜLL, Marcia Regina. **Artistas primitivos, ingênuos, (naïfs), populares, contemporâneos afro-brasileiros. Família Silva: um estudo de resistência cultural**. Dissertação de Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura / Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2007.

CALAÇA, Maria Cecília Felix. **O fenômeno da arte afrodescendente: um estudo das obras de Ronaldo Rego e Jorge dos Anjos. 1999**. Dissertação (Mestrado em Artes) – Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 1999.

CALAÇA, Maria Cecília Felix. **Movimento artístico e educacional de fundamento negro da Praça da República: São Paulo 1960-1980**. Tese (doutorado) Universidade do Ceará, Fortaleza, 2013.

CASTELLAR, Maria Rita. **Um artista do povo**. A Nova Democracia, [s.l.], ano 8, n. 61, jan. 2010. Disponível em: <<http://www.anovademocracia.com.br/no-61/2571-um->

artista-do-povo>. Acesso em: 22 fev. 2010.

CATÁLOGO das artes. **Ivonaldo Veloso de Melo – Ivonaldo**. 2010. Disponível em: <<http://catalogodasartes.com.br/Avaliacoess2.asp?Pesquisar=1&cboArtista=Ivonaldo>>. Acesso em: 10 dez. 2010.

CIUFFI, Wanderley. **Claudionor Assis Dias**. Revista Contemporânea, Rio de Janeiro, ano 1, n. 10, p. 32 -35, ago. 2008.

COSTA, Juliana. **Um centenário poeticamente negro**. 2008. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/2008/07/centenario-solano-trindade/?lang=en>>. Acesso em: 25 ago 2012.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. **Movimento de consciência negra na década de 1970**. Revista Educação em Debate, ano 25, v.2, n. 46, p. 47-54, 2003.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. **Africanidades, afrodescendência e educação**. Revista Educação em Debate. Ano 23. v.2, número 42. Fortaleza, 2001.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. **Lugar fora das ideias urbanísticas: população negra, bairros negros e a produção conceitual das cidades**. Brasília. DEMODE. 2016.

DIOP, Cheikh Anta. **L'Unité culturelle de l' Afrique Noire**. 2. ed. Paris: Presence Africaine, 1982. (Primeira edição 1959).

EMBU. Prefeitura Municipal. **1ª. Mostra de Artes dos Artistas de Embu na Guanabara**. Rio de Janeiro, 1974.

EMBU. Prefeitura Municipal. **27º. Salão de Artes Plásticas**. Anuário Embu das Artes: Embu das Artes, 2010.

ESCULTURA madeira Agenor pai JM. 1976. Disponível em: <<http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-227422525-escultura-madeira-agenor-pai-JM>>. Acesso em: 22 jan. 2011.



LOPES, Maria Aparecida Oliveira. (2015). **RASTROS DE UMA HISTÓRIA DA ARTE AFRO RELIGIOSA NA DIÁSPORA**. Capoeira – Revista de Humanidades e Letras, Vol.2, Nº. 1, Ano 2015, p. 22.

LUZ, Marco Aurélio. **Estética Negra e Artes Plásticas**. In: Cultura Negra e Ideologia de recalque. Edições Achiamé Ltda. Rio de Janeiro. 1983. (p. 76).

MATOS, Nelma Cristina Silva Barbosa de. **Identidades nas artes visuais contemporâneas: elaboração de uma possível leitura de Ayrson Heráclito, artista visual afro-brasileiro**. Salvador: Tese de doutoramento em Estudos Étnicos e Africanos. UFBA, Ano de obtenção: 2016.

MUNIZ, Elke Lopes. **Raquel Trindade lança livro**. 11 abr. 2011. Disponível em: <<http://www.embudasartes.sp.gov.br/e-gov/noticia/?ver=3686>>. Acesso em: 15 maio 2011.

OS SILVAS na cultura negra. **São Bernardo do Campo: Departamento de Cultura e Esportes, 1981**. Catálogo.

SILVA, Maria Augusta. **Esculturas de Agenor**. Portugal: Diário de Notícias, 1993.

PEREIRA, Amauri Mendes. **Cultura de Consciência Negra: pensando a construção da identidade nacional e da Democracia no Brasil**. Mestrado em Educação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Brasil. Ano de Obtenção: 2000.

TRINDADE, Zinho. **Raquel Trindade: Rainha Kambinda**. 15 fev. 2009. Disponível em: <<http://raqueltrindadekambinda.blogspot.com.br/2009/02/quadros-raquel-trindade-kambinda.html>>. Acesso em: 16 maio 2012.

TRINDADE, Raquel. **Embu: de Aldeia de M'Boy a Terra das Artes**. 2. ed. São Paulo: Noovaha América, 2010. (Série Conto, canto e encanto com a minha história...).

TRINDADE, Zinho. **Raquel Trindade: Rainha Kambinda**. 15 fev. 2009. Disponível em: <<http://raqueltrindadekambinda.blogspot.com.br/2009/02/quadros-raquel-trindade-kambinda.html>>.

blogspot.com.br/2009/02/quadros-raquel-trindade-kambinda.html>. Acesso em: 16 maio 2012.

THOMPSON, Robert. Farris. **Flash of the spirit, arte e filosofia africana e afro americana**. São Paulo: Museu Afro Brasil, 2011.



CAPÍTULO 3

RACISMO ANTINEGRO E REORDENAMENTO SOCIO - ESPACIAL EM SALVADOR BAHIA: A RESISTÊNCIA DO POVO NEGRO NO PELOURINHO - CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR

Apoena Ferreira

1 INTRODUÇÃO

Racismo antinegro é uma forma de dominação realizada no capitalismo brasileiro e que produz a desigualdade social, econômica, cultural, política e urbana sobre a população negra. Para compreender por completo um processo urbano, em contexto local, qualquer processo apresentado como global, que tenha impacto sobre o território – onde está circunscrita a identidade de um grupo de população negra ou do povo negro – deve-se primeiramente analisá-lo a partir das relações populacionais imposta pelo racismo antinegro já estabelecidas. As reformas urbanas com prejuízos da população negra e vantagens significativas para a população branca fazem parte a história do capitalismo brasileiro no período do pós-abolição do escravismo criminoso, constituem limpezas étnicas, caracteriza uma prática sobre o território que na literatura atual do urbanismo e da geografia se denomina de gentrificação.



O Pelourinho é uma região urbana da cidade de Salvador, circunscrita no Centro Histórico, famosa na atualidade por sua localização e por seus grupos culturais, no período escravista criminoso era um lugar de sacrifício da população negra, onde se açoitavam publicamente as negras e negros em descompasso com leis injustas do período histórico. Neste artigo e nessa linha de raciocínio, busca-se compreender as tentativas de gentrificação no Pelourinho, considerando as formas de resistência negra, por meio do trabalho, como elemento importante para compreender o fenômeno em contexto local.

A gentrificação é um conceito que surge da observação das relações sócio-espaciais no centro de Londres na segunda metade do século XX, no contexto do pós-guerras, e atualmente é apresentada como a principal política do urbanismo neoliberal utilizada pelo mercado imobiliário e demais corporações da iniciativa privada em parceria com o Estado para promover grandes intervenções que visam reestruturar centros antigos habitados por populações pobres, elevando o valor do solo urbano através de novos usos e atividades afim de atrair a população de alta renda e expulsar os antigos moradores.

Em Salvador, região metropolitana do Estado da Bahia, as imposições urbanas de gentrificação tem mostrado diferentes resultados práticos e diversas escalas da incidência sobre a forma urbana da cidade. No Pelourinho, por exemplo, não é possível afirmar que exista um processo bem delineado e consolidado da gentrificação, se comparado a outras áreas da cidade como o Santo Antônio Além do Carmo e o bairro 2 de Julho. Existe na historicidade de Salvador elementos que evidenciam a dificuldade que tem os brancos soteropolitanos

em compartilhar de forma harmônica com negros, o convívio num território marcadamente negro.

Durante o século XIX, a região denominada de Pelourinho, foi o centro comercial, financeiro e de serviços da cidade em meio a uma sociedade que dependia exclusivamente da mão-de-obra escravizada. Das comidas nas mesas às construções e reparos das casas, do abastecimento de água e descarte dos dejetos ao transporte de pessoas e cargas, das construções de igrejas, ruas, fortes... enfim, tudo era feito por mãos negras. Com a influência dos ideais higienistas europeus a elite soteropolitana começa a se afastar do centro, que passa a ser associado a pobreza e a sujeira. Nesse período, a população do Pelourinho era majoritariamente negra.

Em meio as relações contraditórias de dependência e repulsão que a elite branca mantinha com a população negra (escravizada, livre e semi-livre ou mesmo com os africanos libertos), o trabalho se constituiu uma importante forma de resistência. Dentre estes negros e negras – que conservou o Pelourinho nas saídas das classes altas – existiam as mais diversas profissões. Dentre eles e elas, costureiras, quitandeiras, pintores, pedreiros, lavadeiras, estivadores, engomadeiras, sapateiros, carpinteiros, alfaiates, e tantos outros ofícios catalogados por Manoel Querino, até o começo do século XX. Essa população continuou existindo e se moldando a diferentes conjunturas políticas.

Este artigo tem como objetivo, portanto, analisar como o processo de gentrificação se insere no contexto de exclusão e marginalização da comunidade negra no Centro Histórico de Salvador, especificamente no Pelourinho e compreender de que



forma a resistência negra pode se constituir um entrave para a consolidação desse processo. Neste sentido a primeira parte deste artigo reúne elementos que caracteriza as formas de existência da população negra no século XIX, numa sociedade ainda escravista criminosa que dependia essencialmente da mão-de-obra escravizada no Centro da cidade. Na segunda parte são discutidos como os ideais republicanos e integracionistas se desenrolaram de forma prática na vida na população negra e qual o impacto disso no espaço urbano. Na terceira parte, busca-se compreender como as relações racistas já estabelecidas se agregam aos objetivos da gentrificação e como a população negra tem sido impactada. Na última parte desse trabalho apresenta algumas considerações finais.

2 EXISTÊNCIA NEGRA EM SALVADOR NO SÉCULO XIX

A perseguição e exclusão do povo negro em Salvador das redomas onde a classe alta branca transitava foi (e é) uma constante, mesmo após o período da Abolição. No entanto, embora houvesse a necessidade de afastamento segregacionista, existia em igual proporção uma forte relação de dependência, pois tudo que se movimentava era fruto do trabalho do negro. Abdias do Nascimento relata de forma mais ampla essa relação parasitária, característica do sistema escravocrata e que não se restringe a Salvador:

Tanto nas plantações de cana-de-açúcar e café e na mineração, quanto nas cidades, o africano incorporava as mãos e os pés das classes dirigentes que não se auto degradavam em

ocupações vis como aquelas do trabalho braçal. A nobilitante ocupação das classes dirigentes - os latifundiários, os comerciantes, os sacerdotes católicos - consistia no exercício da indolência, o cultivo da ignorância, do preconceito, e na prática da mais licenciosa luxúria. (NASCIMENTO, p.50)

Dessa forma, no século XIX, especificamente em Salvador população negra foi o motor pelo qual a cidade se movimentava. Das comidas nas mesas às construções e reparos das casas, do abastecimento de água e descarte dos dejetos ao transporte de pessoas e cargas, das construções de igrejas, ruas, fortes... enfim, tudo. Assim, diversos ofícios exigiam o fluxo de negros e negras escravizados ou não nas ruas para garantir o funcionamento constante de Salvador.

Essa presença negra se fazia por meio da vigilância e controle por parte das autoridades. Ana L. R. da Costa (1989), em seu trabalho Ekabó! Trabalho Escravo e Condições de Moradia em Salvador no século XIX, faz um breve levantamento das posturas (espécies de decretos) que restringiam a livre circulação dos negros escravizados ou mesmo dos africanos libertos:

- 1672 - Proibição do uso de atabaques;
- 1716 - Proibição do uso de atabaques e marimbas dentro dos muros e praias de Salvador;
- 1785 - Determinação da presença de pelo menos um capataz a cada ajuntamento de negros ganhadores;
- 1831 - Proibição de batuques, danças e ajuntamentos de escravos em qualquer hora e lugar;
- 1844 - Proibição da presença de escravos em tendas, botequins, tabernas e demais casas comerciais, além do tempo indispensável e proibição da prática de jogos por eles;
- 1850 - Proibição de escravos sair às ruas à noite, sendo permitido apenas portando bilhete de seu senhor com a devida autorização;
- 1890 - Capoeira crime pelo código penal.

As penalidades para quem as infringissem variavam de



pagamento de multas a torturas físicas. Outra inquietação era quanto à permanência dos negros dentro da cidade. No século XIX várias cidades da Bahia já dispunham de decretos que visavam controlar a população negra e suas poucas “liberdades” (no caso do escravo de ganho). A Assembleia Legislativa Provincial sancionou a Lei de 13 de maio que proibia, em seu artigo 18, o aluguel de casas tanto aos escravizados quanto a africanos libertos, em 1835 (COSTA, 1989, p.193). O que sinaliza a preocupação em proibir os negros que por meio de uma leve ascensão social, tinham a possibilidade de compartilhar o mesmo convívio com os brancos, de forma equilibrada. Compartilhar o mesmo espaço com negros era permitido desde que isso se limitasse a lugares insalubres da habitação.

Na Freguesia da Sé, coração da cidade, (onde hoje é grande parte do Pelourinho), se concentrava a maior parte dos edifícios públicos, igrejas e importantes praças, sendo considerado o centro administrativo da cidade. Segundo Costa, nessa região estava o maior número de pessoas morando em áreas como subsolos, sótãos e térreos, áreas destinadas a moradia dos mais pobres. A autora ressalta também que a grande maioria dos negros que participaram da Revolta dos Malês, em 1835, moravam na Freguesia da Sé.

Registra-se nessa mesma região, o que aparentava ser um mercado com o ajuntamento de cerca de cem mulheres ganhadeiras, no Largo do Pelourinho. E na Praça do Terreiro de Jesus, a segunda mais importante da cidade (sendo a primeira a Praça do Palácio), situava-se um chafariz onde também constituía um importante ajuntamento de negros e negras, do qual a polícia tinha grande preocupação.

De forma geral, as condições em que moravam muitos escravizados, em Salvador, eram de insalubridade e falta de higiene, tanto os de ganho que moravam em diferentes lugares da cidade, quanto os escravizados que moravam com seus senhores: “os espaços que aí lhes eram destinados eram sempre os piores da casa, como os porões, subsolo, sótãos, etc.” (COSTA, 1989, p.210).

Como pode ser observado por Costa, os ideais higienistas europeus, dominaram o modo de vida das elites, que passaram a ocupar outros lugares na cidade:

Ao longo do século XIX, com o crescimento populacional da cidade e as conseqüentes transformações no meio urbano, novas áreas foram sendo incorporadas à cidade, surgindo outros bairros residenciais como o Corredor da Vitória, Graça, Canela, Garcia e Ladeira da Barra, para onde se deslocaram as famílias ricas abandonando desta forma o centro da cidade, que se tornava a cada dia mais saturado. Contribuindo para esta fuga do centro também estavam as preocupações com a higiene e a salubridade, que assumiriam grande importância no século XIX dado o medo das pestes sendo a cidade antiga vista como suja e insalubre, propícia a proliferação de epidemias (COSTA, 1989, p)

Especificamente sobre a Freguesia da Sé, no contexto de crescimento populacional e mudanças da época, Costa (1989) observa que:

“fora a freguesia de elite que passava então por profundas transformações em sua estrutura social. Seu parque imobiliário, constituído em grande parte pelos sobrados setecentistas subdivididos em vários fogos, abrigava cada vez mais os extratos inferiores da população”(COSTA, 1989, p.202).

Neste sentido, é evidente que a elite soteropolitana já nessa época, passa a incorporar outras áreas ao seu patrimônio e criar barreiras físicas para se afastar do grande contingente



de população negra que abarrotava a cidade. O medo de contaminação de doenças relacionadas a população negra (se acreditavam existir doenças naturais a população negra) justificou o afastamento do centro da cidade, trazendo soluções individualizadas para as famílias mais ricas, no entanto, não foi suficiente para fazê-las pensar, naquela época, em meios que pudessem trazer soluções coletivas e garantir, se não a coexistência com outras raças e classes no Centro, ao menos um melhoramento no saneamento da cidade.

A elite branca preocupava-se sobretudo em manter as aparências tendo como espelho a Europa, o que Muniz Sodré, chamou de “europeização - absorção de aparências de cultura europeia” (SODRÉ, 1988, p.34). Segundo o autor, o desejo principal era romper com as relações sociais e o estilo de vida associados à Colônia, a qual estava relacionada ao atraso, em que “a figura do escravo representa um empecilho ideológico à higiene e à modernização”(SODRE,1988, p.37 e 39), que seriam meios necessários para alcançar o progresso e os ideais de civilização, orientados pelo modelo europeu, principalmente o francês. Pode ser identificado neste quadro uma relação utilitarista e parasitária do branco para com o negro – não necessariamente do senhor para com o escravo, uma vez que muitas punições e restrições se estendiam à negros libertos – que exige sua presença, mas que impede sua plena existência e permanência nos mesmos espaços.

Essa oposta relação de dependência e repulsão para com o negro está associada ao medo cultivado pela elite, sobretudo num período em que eram comuns as revoltas negras, dentre elas a Revolta dos Malês (1835) e a Sabinada (1837-1938), ambas

na Bahia.

Segundo Amparo-Alves (2010), as elites alimentaram em seu imaginário uma paranoia em relação ao corpo negro e em relação aos territórios predominantemente ocupados por esses povos.

“tal paranoia sustentou o terror racial do Brasil-Colônia, as teorias eugenistas do século XIX, a configuração territorial das nossas cidades, o surgimento do aparato policial e as narrativas contemporâneas da violência urbana que ainda hoje são profundamente racializadas”. (FOUCAULT, 2003, AMPARO-ALVES, 2010, p. 571)

O mesmo autor afirma ao citar Foucault que, o racismo aparece aqui como uma tecnologia de biopoder: “em uma sociedade normativa, raça, ou racismo, é a pré-condição que torna possível a aceitabilidade da matança. [...] é a condição indispensável para o exercício do poder de matar”.

Assim sendo, não há como desconectar as relações sociais de imposição racista ao analisar os processos existentes nesses territórios. Na verdade, não há como analisar os processos nesses territórios sem considerar o sistema de dominação do racismo antinegro elemento central da discussão sobre a forma urbana. A dependência do negro por parte das elites retardou processos como o desenvolvimento de sistemas de encanamento e esgotamento sanitário, rede de abastecimento de água, iluminação pública, entre outros avanços dos quais não eram problematizados porque para tudo tinha negros e negras para fazer. As relações raciais determinaram a forma como a cidade crescia e se desenvolvia.

3 RESISTENCIA NEGRA NO SÉCULO XX



Dito isso, adentramos o século XX, com a escravidão legalmente abolida e a República instaurada. Como já foi dito, o desenvolvimento ideológico brasileiro se inspirava nos ideais europeus, mas como observou Lilia Shawarcz, as teorias raciais chegaram no Brasil tardiamente, na metade do século XIX cuja releitura em solo nacional permitiu a fusão de pensamentos opostos.

Fazendo-se um casamento entre modelos evolucionistas (que acreditavam que a humanidade passava por etapas diferentes de desenvolvimento) e darwinismo social (que negava qualquer futuro a miscigenação racial) – arranjo que em outros contextos acabaria em separação litigiosa –, no Brasil as teorias ajudaram a explicar a desigualdade como inferioridade, mas também apostaram em uma miscigenação positiva, contanto que o resultado fosse cada vez mais branco. (SHAWARCZ, 2012, p.39)

Dessa forma, o início do século XX é marcado primeiro pela propagação de unificação da cultura brasileira – necessária em meio às rupturas oriundas da substituição da matriz latifundiária agroexportadora do Nordeste para o regime de oligarquias industriais no Sudeste – e segundo, pelo incentivo da miscigenação enquanto política de branqueamento pelo qual o Brasil alcançaria o progresso. Registra-se nesse momento o resgate de símbolos nacionais, dentre eles o mulato, como símbolo da união harmônica entre as raças e a industrialização como símbolo de modernidade e progresso. Sobre isso, Cunha Jr (2016), ressalta que:

[a industrialização] foi estabelecida e operada privilegiando a imigração europeia e valorizando o trabalho imigrado da Europa em detrimento dos trabalhadores nacionais, pretos, pardos e mestiços em sua quase totalidade. (CUNHA JR, 2016).

Assim, as políticas instituídas contribuíram para a marginalização e subalternização do africano e seus

descendentes em diferentes áreas, nas formas de habitação, nas manifestações culturais, no mercado de trabalho, dentre outras.

A imagem de que o negro era parte importante para a construção do Brasil passa a ser amplamente divulgada, mas de forma prática isso não se evidenciava, principalmente no espaço territorial. Exemplo disso é a instituição da Capoeira como esporte nacional em 1937, momento em que os Candomblés da Bahia irão sofrer maior perseguição por parte das autoridades: entre 1920 e 1940 (BRAGA, 1995 e Barros, 2006).

Segundo Júlio Braga, neste período,

várias vítimas da repressão policial foram arbitrariamente presas, responderam a inquéritos judiciais, foram covardemente espancadas, tiveram seus lares invadidos, seus santuários profanados e masculados e pertences religiosos, emblemas e insígnias publicamente ridicularizados. (BRAGA, 1995, p. 15)

Durante a primeira metade do século XX, as batidas policiais tornaram-se ainda mais frequentes nas casas de culto, os pais e mães-de-santo eram ridicularizadas e revistadas em qualquer momento, tendo seus objetos apreendidos e/ou tendo a licença de funcionamento suspensa ou cancelada. Tolerar formas de existência que preservassem a identidade e cultura africanas era difícil para uma sociedade que se projetava europeizada (BRAGA, 1995, p. 23).

Em Salvador, segundo Braga, os candomblés utilizaram diferentes estratégias para “driblar” as autoridades, dentre elas a autodenominação como centros espíritas, a boa relação com pesquisadores e importantes personalidades políticas e o deslocamento das áreas centrais da cidade para as periferias.



No Pelourinho, a Igreja do Rosário dos Pretos e a Igreja da Barroquinha, ambas construídas por negros e para a população negra, no século XVIII, continuavam recebendo continuamente seus fies. O paralelismo religioso permitiu o culto descentralizado das divindades tanto em terreiros quanto em igrejas católicas.

Até 1950 o centro da cidade abrigava quase toda a atividade comercial de Salvador. Segundo Rubim, Coutinho e Ancântara (1982) existiam divisões bem delineadas para as atividades comerciais:

O comércio varejista de artigos mais sofisticados estava instalado nas principais ruas da Cidade Alta, (Misericórdia, Ajuda, Carlos Gomes, Avenida Sete) uma espécie de “vitrine” da cidade e ponto alto deste tipo de comércio. Na Baixa dos Sapateiros, Rua Dr. J.J. Seabra, principal via de tráfego para os bairros mais populares, exercia-se um comércio mais popular. (RUBIM; COUTINHO; ANCANTARA, 1982, p.36)

A partir das décadas de 1960 e 1970, por iniciativa intergovernamental, novos vetores de crescimento foram delineados para Salvador. Embora não seja objetivo desse artigo se aprofundar nesse item, citaremos alguns elementos importantes que contribuíram para a descentralização das atividades e dos usos da cidade, dentre eles: a criação da Avenida Luiz Viana Filho (Avenida Paralela), a criação do Centro Administrativo da Bahia (CAB), construção do Shopping Iguatemi (agora Shopping da Bahia), a implantação, na Região Metropolitana de Salvador, do Complexo Petroquímico de Camaçari (COOPEC) e Polo Industrial de Aratu, entre outros.

Todos esses fatores contribuíram para uma nova migração das classes mais economicamente abastadas e

predominantemente brancas do Centro da cidade para as áreas como a Pituba, Paralela, Itaigara, Caminho das Árvores, entre outros. O estilo de vida adotado, exigia o uso constante do automóvel e da troca da casa por apartamentos, embora não fosse unanimidade. No entanto, garantia uma forma ampla de segregação urbana sem uma declaração explícita de racismo antinegro.

Durante esse período o Centro Histórico de Salvador vivencia o abandono. Com a população majoritariamente negra e pobre, o Pelourinho passa a ser marginalizado. Junto a isso, a população negra, de forma geral é retratada nos veículos de comunicação de forma ridicularizada e subalternizada.

Como elemento importante para a constituição da autovalorização e exaltação da estética e culturas afro-brasileiras, surge em Salvador, no bairro da Liberdade o bloco afro Ilê Ayê, em 1974. Segundo Goli Guerreiro (2000), o bloco estabeleceu uma relação necessária com a África, retomando importantes elementos identitários: “os cabelos aparecem presos em torços ou trançados de variadas maneiras ou ainda em forma de gomos, popularizando o estilo rastafári”. Estima-se que o surgimento de mulheres trançando cabelos nas ruas do Pelourinho seja deste período. As trançadeiras, estão distribuídas em diferentes pontos do Pelô: Praça da Cruz Caída, Praça da Sé, Largo do Terreiro de Jesus, Rua das Portas do Carmo, Largo do Pelourinho. O ofício é desenvolvido embaixo de um sombreiro, onde existem uma cadeira, uma pequena mesa e os materiais necessários para o desenvolvimento do ofício.

Outro acontecimento de igual relevância é o surgimento do bloco afro Olodum, este no próprio Pelourinho, em 1979.



Importante para o resgate da autoestima da população do bairro, o Olodum contribuiu para desmitificar o Pelourinho no imaginário da cidade como um lugar inferior, como descrito por Guerreiro:

“pela riqueza de sua arquitetura barroca foi tombado como patrimônio histórico da humanidade. Era habitado por prostitutas, traficantes e vagabundos, que viviam da mendicância fomentada por turistas brasileiros e estrangeiros, que se arriscam a transitar pelo local, além daqueles que viviam do comércio de bebidas e de produtos regionais. Sua população quase toda negra, sempre foi amante da arte musical”(GUERREIRO, 2000, p. 43).

Seria mais assertivo dizer que dentre essa população – que segurou o Pelourinho nas saídas das classes altas – existiam as mais diversas profissões. Dentre eles e elas, costureiras, quitandeiras, pintores, pedreiros, lavadeiras, estivadores, engomadeiras, sapateiros, carpinteiros, alfaiates, e tantas outras ocupações que desenvolviam para se sustentar, como evidenciado em QUERINO (1909) e REIS (2002).

No fim do século XX, o processo de marginalização e expulsão da população negra do Pelourinho ganha novos elementos. Em 1990 é inaugurado o Programa de Recuperação do Centro Histórico que corrobora com a política excludente praticada desde fins dos anos 60. Instituído pelo Governo do Estado, numa tentativa de atrair investimentos privados com foco no turismo e lazer, para a acomodação permanente de populações de classes altas, se desencadeou um processo violento contra a população do Pelourinho, cujas gerações passadas residiam a mais de 300 anos. A partir daí o processo de exclusão e expulsão da população majoritariamente negra do Pelourinho se intensifica, se articulando com o processo de

gentrificação.

4 SÉCULO XXI - GENTRIFICAÇÃO E SOFISTICAÇÃO DO RACISMO

Quando surgiu, em 1964, por Ruth Glass, o termo gentrificação foi utilizado para se referir a expulsão de pobres do centro de Londres, especificamente no contexto do pós guerras. Descrita por vários autores como Arantes (2000), Maricato (2002), Rolnik (2006), Silva (2006), Fernandes (2006), José (2007), Vainer (2002), Mourad,(2011) entre outros, como um processo global que afeta sobretudo os centros urbanos das cidades grandes, a gentrificação é apontada como a principal política do urbanismo neoliberal utilizada pelo mercado imobiliário e demais corporações da iniciativa privada em parceria com o Estado para promover grandes intervenções que visam reestruturar centros antigos habitados por populações pobres, elevando o valor do solo através de novos usos e atividades afim de atrair a população de alta renda e expulsar os antigos moradores. Resumindo, o retorno do capital aos centros urbanos desvalorizados outrora.

Segundo Mourad & Figueiredo (2014), no centro antigo de Salvador o processo de expulsão dos moradores pobres, por meio de intervenções voltadas a um urbanismo excludente, acontece desde 1970, passando a gentrificação a se estabelecer a partir de 1990.

Para Márcia Sant'anna (2003), as intervenções financiadas pelos governos em áreas centrais e sítios históricos de cidades do Nordeste foram comuns nos anos 1990. Além do Pelourinho,



em Salvador, destacam-se: a Rua do Bom Jesus em Recife, Ribeira em Natal e Praia de Iracema em Fortaleza. Em outras cidades do Brasil como Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre também passaram por requalificação de espaços públicos e reabilitação de imóveis nos centros antigos, no mesmo período. A autora ressalta que essas intervenções foram acompanhadas de medidas de controle do uso dos espaços com eliminação ou ordenamento do comércio informal e outras medidas que serviram para restringir a população local.

Muitos autores associam essas intervenções nos centros antigos das cidades brasileiras à gentrificação, segundo Marina Siqueira (2014), isso acontece principalmente porque, nos países onde surgiu e se consolidou – Inglaterra e EUA – a gentrificação foi impulsionada por um modelo de desenvolvimento, decorrente do pós-guerras que permitiu,

o movimento de capital (e pessoas) deixando os bairros urbanos em direção aos subúrbios e o seu posterior retorno com a possibilidade de extração de mais-valias das áreas que sofreram desinvestimento (SIQUEIRA, 2014, p. 349).

Siqueira (2014) afirma que o modelo de desenvolvimento da Inglaterra e EUA, possibilitou que projetos de “revitalização” dos centros históricos das grandes cidades resultassem em gentrificação. No Brasil, no entanto, a autora observa que os resultados são menos evidentes:

os projetos de “revitalização” não têm resultado em uma transformação efetiva dessas áreas em termos residenciais, sendo o impacto pequeno, pouco duradouro ou restrito às quadras adjacentes aos projetos-âncora (Leite, 2007). Intervenções pontuais, financiadas em especial pelo Estado através da promoção de distritos culturais e instalações turísticas, têm promovido uma gentrificação do consumo (Frúgoli Jr. e Sklair, 2008) que é limitada a espaços e períodos

específicos, sem transformar drasticamente a paisagem socioeconômica dessas áreas. Portanto, é possível identificar uma estratégia de intervenção que objetiva a gentrificação enquanto sua falha em alcançá-la pode ser causada, em especial, pela falta de interesse dos grupos de renda mais alta por opções de moradia nos centros históricos (Silva, 2006). (SIQUEIRA, 2014, P.395)

Ainda segundo Siqueira, a gentrificação, no Brasil, não está necessariamente relacionada a localização em áreas centrais, mas “a processos mais abrangentes de produção do espaço que podem se dar em diferentes configurações e localizações urbanas” (SIQUEIRA, 2014, p. 394). Dentro disso, a autora encaminha essas considerações à análise da gentrificação voltada às operações urbanas consorciadas na cidade de São Paulo, onde o sucesso da operação é determinado pela escolha do mercado imobiliário em áreas mais lucrativas (fora do centro antigo).

Em Salvador, nos bairros como o 2 de Julho e o Santo Antônio Além do Carmo é possível observar um processo mais consolidado de gentrificação, marcado sobretudo, por investimentos que atraíram o mercado consumidor composto de segmentos de renda alta.

Os investidores privados já adquiriram, nos últimos anos, no Bairro 2 de Julho e em uma pequena porção no bairro do Comércio, cerca de cinquenta imóveis entre terrenos, ruínas e casarões para serem transformados em lofts, pousadas, hotéis, lojas, restaurantes e escritórios. (MOURAD & FIGUEIREDO, 2014, p).

Essas apropriações de imóveis junto a empresas nacionais e internacionais tem contribuído para a especulação imobiliária que estimula a crescente união entre o capital financeiro e o capital imobiliário estabelecendo a financeirização dos imóveis e inserindo-os num mercado global de imóveis. Ao que tudo



indica parece haver uma nova população disposta a ocupar esses lugares.

No Pelourinho acontece um processo mais tímido, por dois motivos. O primeiro é a incapacidade da elite soteropolitana (majoritariamente branca) em compartilhar com a população do Pelourinho o mesmo espaço de convívio. Embora o poder público tenha investido vultosos recursos para restauração e conservação do acervo arquitetônico, recuperação de fachadas, reformas de vias e logradouros, etc. objetivando atrair grandes redes de comércio e serviços de alto padrão, o público alvo não respondeu como esperado, o que resultou em abandono por parte dos comerciários e proprietários de franquias. Portanto, não parece haver um desejo, daqueles para quem o projeto é pensado em se estabelecer nesse espaço.

O segundo motivo, que se relaciona com o primeiro dialeticamente, é a resistência do povo negro em permanecer habitando o Pelourinho, de diferentes formas. Não existiu uma política de incentivo a permanência das famílias que já habitavam o Pelourinho antes das intervenções, pelo contrário, muitas receberam indenizações para sair de suas casas, como relata Nobre (2003),

Em 1995, por volta de mil das famílias residentes, 85% do total, recebeu US\$ 900 mil como compensação pela relocação, perfazendo uma média de US\$ 900 por família (IPAC, 1995). Considerando que a renda média familiar em Salvador é menos de US\$ 100 por mês, não é surpreendente que a maioria das famílias decidiu se mudar. (NOBRE, 2003, p.09).

Embora muitas famílias tenham saído de suas casas, o cenário turístico vendido nacional e internacionalmente, em torno do Pelourinho, exige a presença negra como elemento fundamental. Por isso, é possível observar essa presença

desempenhando diferentes atividades, como forma de resistência por meio do trabalhar. Tanto no trabalho formal quanto no trabalho informal, baianas de acarajé, trançadeiras, vendedores, atendentes de lojas, garçons, entre outras, formam o traço marcante de população negra nas ruas e largos do Pelourinho que também está presente dentre os moradores em situação de rua. Mais uma vez, o trabalho é um meio de resistência nesse território para a população negra – como foi nos séculos passados.

Por reconhecer a resistência negra no Pelourinho enquanto entrave para atrair a classe alta, o poder público não movimentou grandes esforços para garantir a permanência efetiva destes por meio da habitação – elemento fundamental de permanência. Nesse cenário, ocupar os casarões abandonados é quase uma obrigação para essa população desassistida. Segundo o Plano Municipal de Habitação de Salvador (2008), a Secretaria de Habitação identificou que cerca de 4,5 mil famílias vivem em edifícios ocupados pelo Movimento Sem Teto de Salvador, em levantamento feito entre 2005 e 2007.

Atualmente as remoções forçadas no Pelourinho acontecem de diferentes formas: por meio da repressão policial, que tem como alvo principal a juventude negra; através da alienação e doação de terrenos públicos, que disponibiliza à iniciativa privada imóveis que poderiam se reverter em habitação de interesse social ou mesmo equipamentos públicos; através de reintegrações de posse, que acontecem com o apoio de agentes militarizados tanto da guarda municipal quanto da polícia militar coagindo e humilhando as famílias que são expulsas de suas casas; por meio das demolições de casarões,



resultado do abandono e falta de uso. As famílias são induzidas a sair também por meio da retirada e/ou ineficiência de serviços públicos como postos de saúde, escolas e linhas de ônibus.

A Articulação do Centro Antigo que reúne cinco organizações, o MSTB, os Artífices da Ladeira da Conceição da Praia, o “Movimento que Ladeira é essa?” da Ladeira da Preguiça, a Associação de Moradores da Gamboa, e moradores e moradoras da Vila Coração de Maria tem feito uma importante frente de disputa política no Centro Antigo de Salvador nesses últimos anos, promovendo atividades político-acadêmicas-sociais que buscam pensar a cidade na perspectiva de quem a vivência e é atingida/o pelas reformas e projetos realizados.

Movimentos sociais como o Movimento Sem Teto da Bahia – MSTB e a Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico – AMACH, dentre outros, fazem a frente de resistência para garantir o direito de continuar no Pelourinho (e em outras áreas do Centro Histórico) habitando e trabalhando com dignidade. Em 2007, por meio de ação no Ministério Público foi assinado um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC para garantir a habitação de interesse social no Centro Histórico, mas pouco se consolidou nestes 11 anos. Em todo o Centro Antigo foram delimitadas em 2016, através do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador- PDDU, nove Zonas Especiais de Interesse Social- ZEIS, mas até aqui nenhuma delas foram regularizadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existiram processos de expulsão do povo negro, ou mesmo

de auto segregação por parte da elite no sentido de garantir a separação étnico-racial populacional em Salvador. Esses processos não desapareceram com a chegada da gentrificação, pelo contrário, se tornam a estrutura pela qual a gentrificação se sustenta, ou seja, a forma de incorporação o racismo antinegro como parte invisível do processo, não declarada nos seus propósitos e ações.

Como demonstrado neste artigo a população negra do Pelourinho, Centro Histórico de Salvador e antigo centro administrativo do estado, passou de meio indispensável ao funcionamento da cidade, até o século XIX à elemento pouco útil para a economia, sendo marginalizada no século XXI.

É possível observar que a elite soteropolitana se recusa a compartilhar harmonicamente o mesmo espaço com o negro num território cuja presença negra é tão acentuada. Por outro lado, a população negra, tem sido expulso de diferentes formas, mas resiste, se recusa a sair do território construído através de mais de trezentos anos de resistência negra.

Disputar esse espaço tem sido possível através do trabalho, meio pelo qual é possível estar nesse território e ter acesso a moradia, ao lazer, a serviços públicos, elementos próprios das áreas centrais cuja infraestrutura urbana é consolidada. Assim, a resistência, por meio do trabalho, tem sido um importante entrave para a consolidação da gentrificação no Pelourinho.

Nota-se também uma relação utilitarista dos investidores (poder público ou não), para com a população negra, onde sua cultura e mão-de-obra são apropriadas para fins comerciais, mas não lhes são asseguradas garantias de permanência efetiva no lugar.



Olhar o fenômeno a partir da questão racial contribui para intensificar, por parte da população negra, formas de resistências cada vez mais racializadas, já que a base da questão é essa. De modo que ocupar o centro histórico se torne uma preocupação não apenas para sanar o “déficit habitacional”, mais também, uma forma de se apropriar de um território que tem valor simbólico para a cultura e história negra a mais de trezentos anos.

REFERÊNCIAS

- AMPARO-ALVES, Jaime do. **À sombra da morte: juventude negra e violência letal em São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador**. Bahia Análise & Dados, v. 1 (1991) Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2010. V. 20, n.4.
- BRAGA, Júlio. **Na Gamela do Feitiço: Repressão e Resistência nos candomblés da Bahia**. Salvador: EDUFBA, 1995.
- COSTA, Ana Lourdes Ribeiro da. **EKABÓ! Trabalho escravo, condições de moradia e reordenamento urbano em Salvador no século XIX**. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo: Universidade Federal da Bahia, 1989.
- CUNHA JUNIOR, Henrique. **Lugar fora das ideias urbanísticas: população negra, bairros negros e a produção conceitual das cidades**. III Simpósio Nacional sobre Democracia e Desigualdades, Brasília: 2016.
- GUERREIRO, Goli. **A Trama dos Tambores**. Editora 34. 2000.
- MOURAD, Laila Nazem. FIGUEIREDO, Glória Cecília. **O Bairro 2 de Julho, ou o que está em jogo no Projeto de “humanização” de Santa Tereza?** Urbanismo na Bahia – URBA: 2012.

- NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Editora Paz e Terra, 1978.
- NOBRE, E. A. C. (2003). **Intervenções urbanas em Salvador: turismo e gentrificação** no processo de renovação urbana do Pelourinho. In: X Encontro Nacional da ANPUR. Anais. Belo Horizonte, ANPUR.2003.
- REIS, Lysie. **A liberdade que veio do ofício: práticas sociais e cultura dos artífices na Bahia do século XIX**. Salvador: EDUFBA, 2012.
- RUBIM, Antonio A. C. COUTINHO, Simone. ANCÂNTARA, Paulo Henrique. **Salvador nos anos 50 e 60: encontros e desencontros com a cultura. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico**. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:igkqT-WHCbkJ:https://rigs.ufba.br/index.php/rua/article/download/3104/2218+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=opera>. Acesso em: 20 de novembro de 2018.
- SANT'ANNA, Márcia. **A Recuperação do Centro Histórico de Salvador: origens, sentidos e resultados**. Revista de Urbanismo e Arquitetura, v.6, n. 1. 2003.
- SCHWARCZ, Lilia Mortiz. **Nem Preto Nem Branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociedade brasileira**. 1ª Ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.
- SIQUEIRA, Marina Toneli. **Entre o fundamental e o contingente: dimensões da gentrificação contemporânea nas operações urbanas em São Paulo**. Caderno. Metropolitano, São Paulo, v. 16, n. 32, pp. 391-415, nov. 2014. Disponível <<http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2014-3205>>.
- SODRE, Muniz. **O Terreiro e a Cidade**. Petrópolis: Editora Vozes, 1988.
- QUERINO, Manoel. **Artistas baianos**. Rio de Janeiro, 1909.



CAPÍTULO 4

BAIRRO CONJUNTO PALMEIRAS, TERRITÓRIO DE MAIORIA AFRODESCENDENTE: MEMÓRIAS DAS LUTAS E RESISTÊNCIAS EM FORTALEZA, CEARÁ

Emanuela Ferreira Matias

Henrique Cunha Júnior

1 INTRODUÇÃO

O espírito de lutas sociais urbanas de grupos sociais da maioria negra contém a metáfora do quilombismo urbano. Abdias do Nascimento definiu o quilombismo como uma prática social de luta por direitos e afirmação dos valores da cultura negra (NASCIMENTO). Assim pensamos sobre a história de luta do Conjunto Palmeira, onde fomos criados desde a infância, participamos da cultura desenvolvida e das lutas sociais e hoje retratamos a história e memória desse lugar numa pesquisa de mestrado sobre movimentos sociais urbanos. “Deus construiu o mundo e nós o Conjunto Palmeiras” foi essa a divisa que simbolizou a saga da constituição dos bairros com condições de vida e organização social de maior protagonismo com relações aos demais bairros da cidade e com destaque entre os movimentos de população urbana do Brasil como veremos



mais adiante.

O Conjunto Palmeiras é um bairro da cidade de Fortaleza, formado entre 1970 e 1990, resultante do deslocamento compulsório de populações de maioria afrodescendente moradores nas áreas da orla marítima para a o interior do município. Na década de 1970 em diante as áreas da orla marítima foram valorizadas pelos sistemas urbanos municipais (poder público) em sintonia com o sistema imobiliário e como as políticas de turismo do governo federal. Essas políticas produziram a desocupação e comercialização do espaço urbano de praia, transferência dos moradores para lugares alagadiços sem infraestrutura urbana e com a promessa da construção de conjunto residencial que nunca foi realmente edificado. Racismo anti negro contém as facetas da atuação do estado nas áreas geográficas de maioria de população afrodescendente e se caracteriza pela precarização das áreas destinadas a população negra como forma de atuação do estado e da sociedade no controle das populações negras, Na definição do racismo antinegro sobre o espaço urbano existe a precarização do trabalho (CUNHA JUNIOR, 2011), o que ocorreu devido à maioria dos moradores serem ex-pescadores, terem perdido a possibilidade da pesca artesanal e dos comércios de pescado. O racismo antinegro é enfocado como um problema estrutural da sociedade brasileira (CUNHA JUNIOR, 2013).

Uma das características marcantes do movimento social do Conjunto Palmeiras é promoção de grupos culturais, da organização social e econômica. Os movimentos do Conjunto instalaram um sistema de produção local, desenvolveram um grande comércio do bairro e criaram um banco comunitário,

Banco Palmas, que faz financiamento de pequenos negócios, com uma moeda própria que circula somente entre os moradores do Conjunto Palmeiras. Este artigo é acerca da história e memória do ativismo político, cultural, social e econômico do bairro, enfocado como um bairro de grande contingente de população negra e mestiça envolvendo uma grande dinâmica cultural de matriz africana, principalmente em torno dos terreiros de Umbanda, sendo estimado existirem mais de 60 casas nos primeiros 15 anos de instalação do bairro. O bairro permaneceu por mais de uma década com moradias de lona que foi substituída pela autoconstrução em taipa e depois alvenaria. A infraestrutura urbana do bairro, escola, água encanada, energia elétrica e canalização e drenagem urbana, foi resultado das lutas sociais. Na organização do artigo apresento conceito de bairro de maioria afrodescendente, os movimentos de população urbana que resultam na instalação do bairro, a dinâmica das culturas negras nessa localidade e as considerações sobre a pesquisa realizada.

2 CONCEITUANDO BAIRO DE MAIORIA AFRODESCENDENTE

O conceito de territórios de maioria afrodescendente ou territórios negros foi utilizado nos trabalhos Juliana Sousa Mavoungou - Yade (MAVOUNGOU - YADE, 2010), Maria Cecília Felix Calaça (CALAÇA, 2013), Marlene Pereira dos Santos (SANTOS, 2012) e Renata Aquino Silva (SILVA, 2018), Henrique Cunha Junior (CUNHA JUNIOR, 2011). São territórios geográficos cuja população é de maioria negra e



produziu transformações que representam inscrições negras. Afroinscrições como conceito trata-se do reconhecimento do que foi escrito pelas transformações realizadas nos bairros, cidades e territórios de maioria africana e afrodescendente. O que permanece escrito na história material e imaterial de produção de africanos e afrodescendentes. As transformações implicam em conhecimentos, técnicas e tecnologias cujas inscrições são testemunhos da importância cultural de um povo. O fazer da inteligência humana criam inscrições históricas.

As afroinscrições são partes importantes dos acervos de patrimônio cultural das cidades e territórios de maioria negra. Como parte do patrimônio cultural são também partes essências da produção e reprodução de identidades positivas. Os territórios de maioria afrodescendentes são, portanto afroinscrições e determina no modo de vida e na organicidade das comunidades. São Territórios cheios de cultura e de vida, em que se encontra a cultura dos terreiros a capoeira, dança as formas de sobrevivência e lutas do afrodescendente. Isso se apresenta dentro das relações culturais, arquitetônicas, identidades social, modo de vida das populações que vivem nos bairros. Esses territórios estão sempre associados a uma noção histórica na perspectiva espaço-tempo-comunidade que o constitui.

A maioria da população que constitui esses territórios são de pessoas negras, são essas pessoas negras, que ocuparam os centros das cidades as regiões litorâneas no final do século XIX com maior ênfase no século XX. Em decorrência das mudanças sobre a ocupação da cidade e as formas de moradia os pobres foram tirados dos centros e espaços importantes da cidade pelo

próprio Estado em favor dos empresários do capital imobiliário e projetam bairro que estão longe dos centros urbanos, tirando os pobres de espaços importantes, assim tornando essas populações invisibilizadas dentro da cidade. Como aponta (VALERA 2012) em Apud.

Em 1960, afirma Lima (2003:22), os governos locais passaram a destruir a memória local da cidade, através da substituição de prédios históricos por modernos. Neste momento, os planejamentos urbanos deixam de servir às características sociais e voltam-se à reformulação das características socioespaciais da cidade, ao critério do capital. Para Pinheiro (2005), ao final da década de 1970 a segregação socioespacial era visível na cidade.

O planejamento urbano e as políticas públicas não atende as necessidades reais da comunidade. Essas mudanças são feitas em dose homeopáticas, mas não vem de forma tranquila e de vontade da prefeitura, exige luta e organicidade dessas comunidades, é necessário criar espaços de lutas, como associações, grupos, coletivos para obter o básico como educação, infraestrutura e saúde. Desde o início do povoamento dessa região do Jangurussu em 1960, até o presente 2018, os projetos de melhoria ou qualidade de vida dessas pessoas são superficiais, o que há são apenas manutenção e permanência da pobreza nestes territórios. Os serviços funcionam como moeda de troca em época de campanha política para partidários que todos os anos entram nesses espaços para fazer promessas e gerar lucros sobre a pobreza. Como falamos (CUNHA, JUNIOR, 2016) “A pobreza não pode ser considerada como uma deficiência individual das pessoas, mas como ato proposital das políticas públicas. [...] temos então que a pobreza é uma decorrência coletiva e produzida pelas as relações políticas, e



é esta a novidade de que o espaço urbano sempre foi sede de imposição étnica.”

O território de maioria afrodescendente passa por investimento diferenciado na cidade é perceptível que os lugares turísticos recebem maior investimentos públicos, infraestrutura, acesso de bens e serviços públicos, saneamento básico, educação, saúde e transporte, percebemos neste caso que, até a qualidade dos transportes é diferenciada, enquanto nas periferias circulas os ônibus mais velhos e sucateados pelas empresas que presta serviços para prefeitura, os ônibus que circula para a orla marítima são bem conservados e com ar-condicionado. A forma de ocupação da cidade não designa os espaços estruturados e bem urbanizados para as populações afrodescendente. As desigualdades na forma de tratamento ficam visíveis nas condições de moradia e de infraestrutura.

De acordo com dados da pesquisa, Retratos da Desigualdade do Instituto de Pesquisa econômica Aplicada- IPEA de 2011, A menor cobertura do serviço públicos, abastecimento de água e outros serviços, se dá, entretanto, em domicílios com trabalhadoras domésticas chefes ou cônjuges de cor/raça negra (88,5%), enquanto, nas casas chefiadas pelas trabalhadoras brancas, este número chega a 93,3%. Os territórios de maioria afrodescendentes sofrem um processo de separação das classes sociais e função do espaço urbano, que chamamos de segregação espacial e populacional. (ROLNIK, 2003). As mudanças sociais e estruturais não trazem avanços significativos para o acesso das populações afrodescendentes. Os eurodescendentes mesmo sendo menor que a população negra ainda continua sendo beneficiado e estão com o melhor espaço e solo urbano das

idades brasileiras.

Os bairros das preferias em sua maioria se constituem como área de ocupação, ou são planejados para colocar pessoas que são retiradas do seu lugar de origem para dar lugar a grandes construções públicas privadas, em sua maioria essas áreas estão bem localizadas, em áreas supervalorizadas pelo capital imobiliário ou próprio poder público. Assim criam e projetam bairros que ficam fora do circuito da cidade e colocam as famílias nesses bairros com pouca ou nenhuma infraestrutura com acesso básico como transporte, educação e saúde de forma bem precária. Apesar de construções de bairros negros temos na periferia de Fortaleza, Ceará a experiência do Conjunto Palmeiras que abordaremos no tópico seguinte. Uma experiência de famílias que foram remanejadas da área da praia e avenidas importantes da cidade para dar lugar a prédios luxuosos e grandes avenidas de acesso as áreas litorâneas e centrais da Capital de Fortaleza.

3 MEMÓRIAS E LUTAS DO CONJUNTO PALMEIRAS

3.1 SITUANDO O CONJUNTO PALMEIRAS

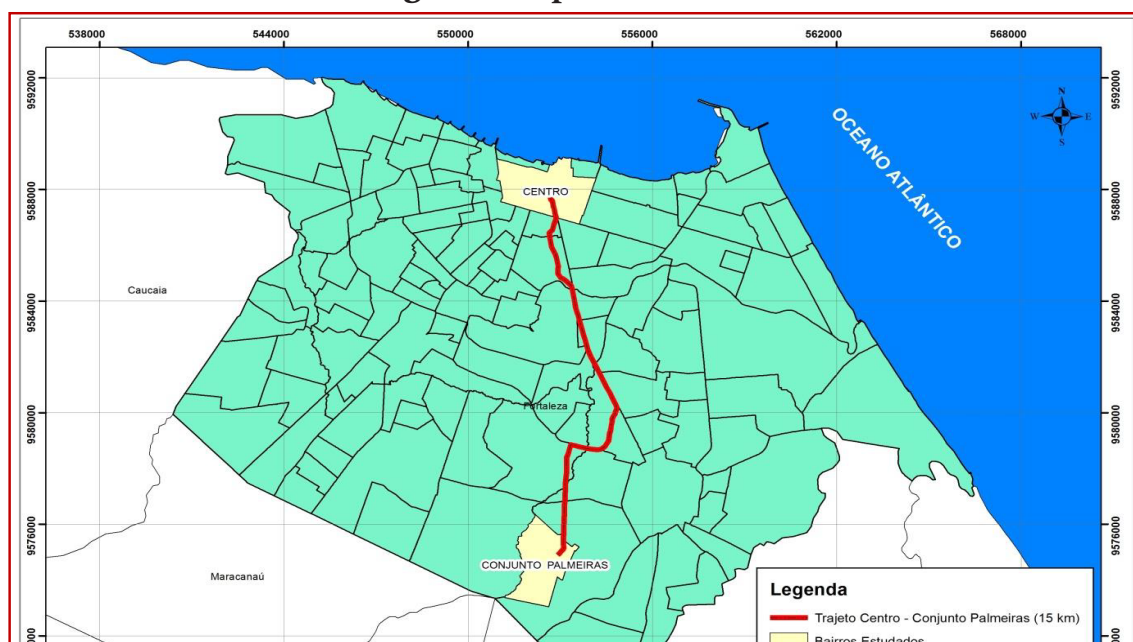
Como é mostrado no mapa de figura 1, o Conjunto Palmeiras é localizado na região extremo sul da cidade de Fortaleza, fica a 15 km do centro da cidade. Ocupa uma área de aproximadamente 418 (ha). Até 2007 em termos da administração municipal o Conjunto Palmeira era parte do grande Jangurussu, área do aterro Sanitário de Fortaleza por 20 anos (1978 a 1998), onde se descarregava de maneira



inadequada parte de todo resíduo sólido da cidade tornando a localidade insalubre e de péssimas condições humanas.

Figura 1 Mapa de Fortaleza, mostra a distância entre Conjunto e o centro de Fortaleza, Ce.

Figura 1 Mapa de Fortaleza

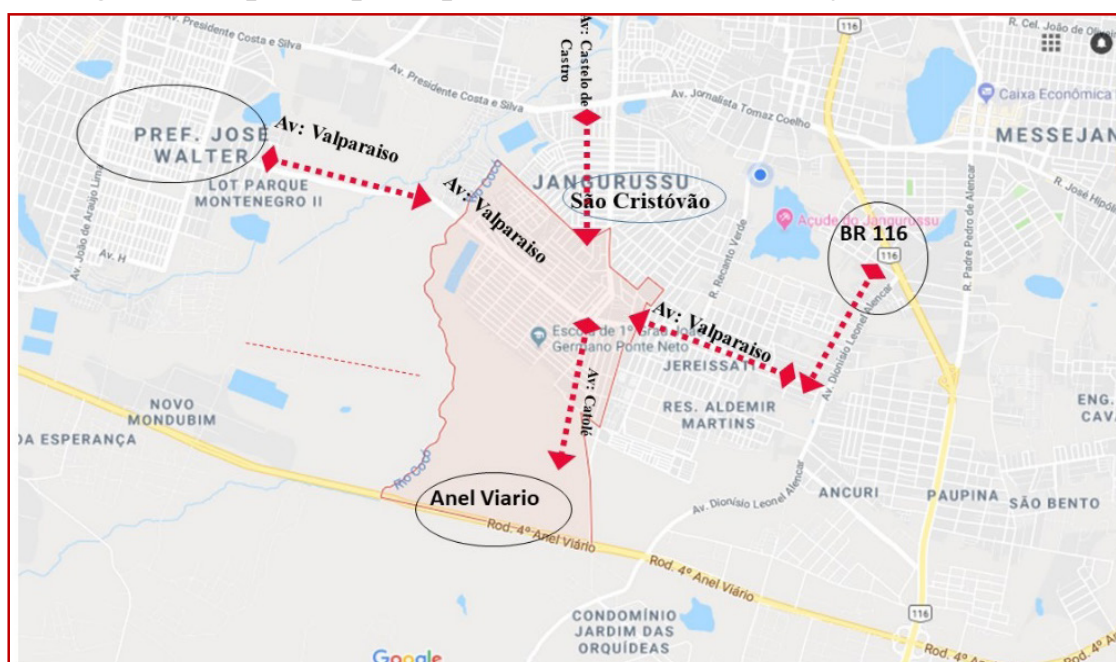


Fonte: Cristiano Rabelo.

No mapa da figura 2, temos com maior precisão a localização do bairro, as áreas vizinhas e as vias de acesso ao bairro. Para a população de Fortaleza a principal referência do Conjunto Palmeiras é comunidade do São Cristóvão, que faz parte do território do Jangurussu, porta de entrada do Conjunto Palmeiras de que vêm da região leste, oeste e Centro de Fortaleza. Outra referência é a grande Messejana, bairro que já foi considerado um município no século XIX, depois incorporado a Fortaleza e conhecido também pela Lagoa da Messejana. O bairro tem saídas para cidade, seguindo pela rua catolé sairá no Anel viário e pela avenida principal a Valparaíso

que seguindo chegará ao Bairro José Walter. Sendo o Bairro de Jose Walter também um conjunto residencial planejado pelo governo do Estado e vendido aos moradores pelos planos de habitação, sendo uma população de emprego fixo e de rendimentos bem maiores que a população inicial do Conjunto Palmeira. Seguindo pela Avenida Castelo de Castro sairá na comunidade do São Cristóvão que chegará à Avenida Presidente Costa e Silva, sendo esta uma grande Avenida Perimetral da cidade.

Figura 2 Mapa das principais vias de acesso ao Conjunto Palmeiras



Fonte: Construção autoral

O Conjunto Palmeiras tem 45 anos de história e vitórias sociais de lutas sobre diversos desafios urbanos, no entanto carrega a marca desses sofrimentos, sendo que essa realidade precisa ser compreendida no sentido de avanço dos movimentos sociais e em particular do movimento de mulheres e do movimento negro. Abriga uma população de 37.599 de habitantes, sendo destes total 27,7 mil se declaram pardos

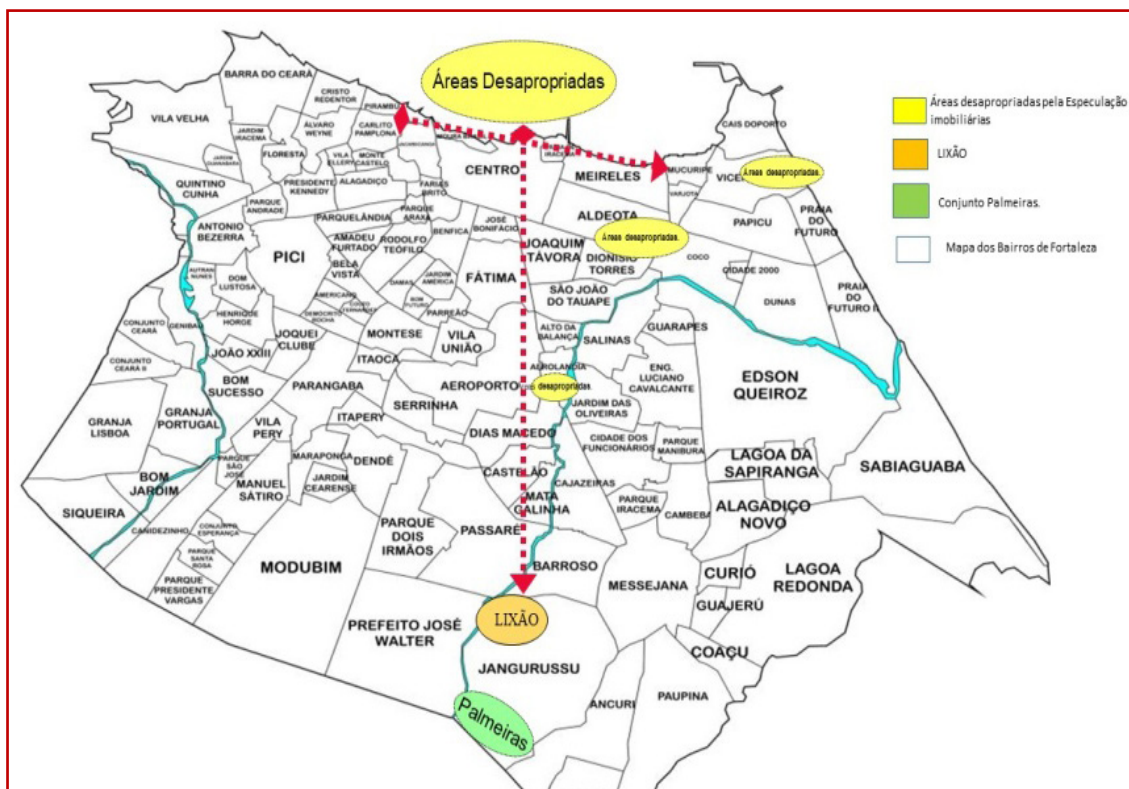
ou negros pelo censo demográfico do Instituto de geografia e estatística- IBGE de 2010. O bairro tem o menor índice de desenvolvimento humano da cidade.

O conjunto habitacional, Conjunto Palmeiras, foi criado na década de 1970, apenas com aspectos topográficos do arruamento, sem nenhuma infraestrutura urbana, foi planejado sem casas apenas com os terrenos para abrigar moradores que foram sendo removidos dos seus locais de moradia, como, Poço da Draga, Arraial Moura Brasil, Morro das Placas e Verdes Mares, todos essas comunidades ficavam à beira mar, sendo que população era de pescadores e trabalhadores do comércio de Fortaleza. Outros moradores vieram do bairro Lagamar que fica localizada próxima a base áreas de Fortaleza, sendo atravessado pelo Rio Coco, constituída por áreas de inundações. O Lagamar foi bairro ocupado por famílias que vieram do interior, vítimas da seca do período de 60 a 70, que se situa na atual Avenida Raul Barbosa e a BR 116. Muito moradores vieram para o Conjunto Palmeiras, remanejados pela própria prefeitura em função de enchentes e calamidades públicas. Na figura 3 apresentamos o mapa do deslocamento da população situando a Beira Mar (áreas Especulada) de Fortaleza, de onde procede a maioria dos moradores do Conjunto Palmeiras, como também do Lagamar. As áreas de amarelo foram as desapropriadas.

Todas as pessoas que moravam nesses lugares foram vítimas das obras de expansão turística da cidade de Fortaleza.

Todas as pessoas que moravam nesses lugares foram vítimas das obras de expansão turística da cidade de Fortaleza.

Figura 3 áreas ocupadas pela população antes de serem remanejadas para o Conjunto Palmeiras.



Fonte: Mapa adaptada pela autora.

Essas famílias chegam ao bairro Conjunto Palmeiras entre 1973 e 1974, um lugar alagadiço e cheio de mato sem infraestrutura urbana e sem qualquer tipo de serviço público, sem casa ou construções para abrigar os moradores. No início eram 1,5 mil famílias, que vieram removidos pela prefeitura municipal de Fortaleza, através da Fundação de Serviço Social (FSSF). Esse órgão da prefeitura foi responsável pela transferência das pessoas, cederam lonas e madeiras para serem feitas as barracas em termos de moradias provisórias. Passaram-se 10 anos sem a construção de casas pelo estado e sem condições de habitação, pois era uma área de inundações do rio Coco. A figura 4 mostra as barracas como eram estas barracas construídas pela a maioria da população.



Figura 4 Habitações de famílias recém chegadas no Conjunto Palmeiras e 1976.



Fonte: Foto do Arquivo da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras. Retirada do arquivo do Jornal O Povo.

O bairro foi construído pelas as mãos dos seus próprios moradores, que lutaram por cada serviço básico na comunidade e pela drenagem da área, através da organização popular, Associação dos Moradores e outras associações, a Igreja, através das Comunidades Eclesiais de Bases – CEB’S. A década de 1980 e 1990 representou tempos de muitas conquistas no Conjunto Palmeiras. Em 1977, os moradores se articularam e criaram o serviço de uma emergência comunitária, para levar o povo para o hospital, criam uma maternidade e uma funerária no próprio do bairro. Em 1978, a construção do Centro Social Urbano (CSU), A escola Aldaci Barbosa e o Posto de Saúde Pedro Sampaio. De 1979 a 1981 inicia a luta por água e energia elétrica no bairro e cria-se a Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras, mais somente em 1988 é que se implanta a rede

de abastecimento de água no bairro pela CAGECE, através de fortes mobilização e ameaças ao governo. A fotografia da figura 5 registra os atos de protestos. E em 1990 a 1995 Construções do Canal de Drenagem que amenizaria o problema do Escoamento da água da chuva evitando as enchentes no bairro por conta do terreno alagadiço e consequência da situação hidrográfica das áreas.



Figura 5 Foto da Manifestação em frente a Cia de Água e Esgoto do Estado-CAGECE. Ano 1988. Fonte: Foto do Arquivo do Banco Palmas.

Em parceria com a ONG GTZ¹ e PRORENDA, órgão ligado à prefeitura de Fortaleza é que foi possível construir o canal de drenagem do Conjunto Palmeiras e a principal praça do bairro. Tudo com a organização dos moradores através do movimento popular. Em 1997 inicia-se um projeto de geração de renda pensado pelo o fórum das entidades e associações

¹ Sociedade Alemã de Cooperação Técnica, financiou 25 da construção do Canal de Drenagem do Conjunto Palmeiras.



do Conjunto Palmeiras, esse projeto recebe o nome de Banco Palmas. Constitui-se um banco local com moeda própria e que incentiva a produção manufatureira local e o comércio do bairro. O principal resultado é que 70% das compras dos moradores é realizada no próprio bairro e em moeda local. Também daí advém muito empregos.

Figura 6 Foto da construção do Canal de Drenagem na década de 1990.



Fonte: Arquivo Banco Palmas.

Essas são algumas das principais conquistas do bairro Conjunto Palmeiras, um bairro de pessoas que se organizaram, buscou parceria e com isso foi possível urbanizar o bairro, “habitando o inabitável”. Desta forma poderíamos dizer a frase que mais marca a do bairro: “Deus criou o mundo e nós criamos o Conjunto Palmeiras”.

**Figura 7 Foto da Praça da Inauguração da Praça do
Conjunto Palmeiras 1995.**



Fonte: arquivo Banco Palmas.

Essa frase foi marcou a inauguração da 1^o e única praça pública do bairro construída e planejada pelos os próprios moradores. A urbanização desigual, fez com que esse povo se organizasse e não esperasse do poder público em atender as demandas da comunidade, mas se organizou e construiu o bairro. Nesse sentido o que se fez no Conjunto Palmeiras de construções e organização estava dentro de um conhecimento e práticas genuínas da comunidade.

4 BAIRRO CONJUNTO PALMEIRAS E A AFRODESCEDÊNCIA

Estando trabalhando com movimentos sociais, memória de população negra e com bairros de maioria negra estamos



produzindo conhecimento útil para a população negra, especialmente para a educação. Os territórios afrodescendentes, os espaços urbanos não constituem espaços aleatórios, indiferentes ou abstratos. São territórios urbanos produzidos socialmente, estando presentes através das histórias e memórias coletivas e vinculados a uma realidade concreta vivida cotidianamente, onde se é possível identificar o caráter simbólico dos espaços impregnados de afetos, sensações e lembranças. São lugares de produção de arte e de cultura negra. Partindo do conceito de Afrodescendência, relembro da memória da história do Conjunto Palmeiras, as lutas e resistências por questões básicas, partimos para pensar as memórias negras e práticas culturais desenvolvidas na vida da comunidade e na luta diária do povo do Conjunto Palmeiras.

Os primeiros relatos de construções do bairro na década de 1970 estão diretamente ligados ao conhecimento construtivo de origem africana para o Brasil, as construções o modo e as estruturas nos remetem a formas de organização semelhantes às africanas África. O modo de família estendida em que se criam extensões familiares com os vizinhos. Esta ligação comunitária nos faz afirmarmos que estamos falando de um território de maioria Afrodescendente, nossas práticas tradicionais, a dança, a capoeira angola, as práticas religiosas a forma como nós ligamos com o Sagrado nas Casas de Tradições de terreiros de Umbanda, nos torna próxima mais ainda do continente africano. No início do Bairro existe a referência a número elevado de terreiros de Umbanda, da ordem de mais de 60 casas. O bairro é fortemente marcado pela cultura das ancestralidades, com forte influência de grupos culturais de

dança cultural, capoeira e da cultura dos povos tradicionais dos povos de terreiro de Umbanda.

A prática de maior força e resistência de influência africana no bairro são os terreiros de Umbanda de tradições de matrizes africanas. Estão presentes no bairro desde a década de 70, quando foi o bairro habitado pelos primeiros moradores. Os centros de Umbanda resistiram à discriminação e o racismo religioso no bairro. As práticas tradicionais sempre foram invisíveis aos registros culturais do bairro, o que é contraditório com relação ao forte movimento político e de consciência social. Esta é uma contradição que o movimento social não conseguiu resolver e muito menos discutir. No entanto seguem como uma marca forte da memória ancestral na história do bairro. As tradições que se segue nos terreiros é a marca mais concreta e visível da nossa ligação com as influências africanas. Já se contaram cerca de 50 a 60 terreiros aqui no Conjunto Palmeiras. Hoje contamos aproximadamente 13 terreiros, Terreiro do Pai Jorge e Mãe Aldenora, Terreiro do pai Neudo, Terreiro do pai Helio Conhecido como pai Baiano, Terreiro da mãe Neila e Pai Berg, Terreiro do Pai Tam Senna do Vira mundo e da Mãe Edineuda, Pai Lele e Pai Douglas, Pai Cristiano, Pai Isaque e Pai Dodo. Os pais de Santo mais antigo como, a mãe de Santo Dona Francisca, Pai Edilson, mãe Vera, contam que no bairro havia muitos terreiros do que se tem hoje. Esta invisibilidade é marca do preconceito e da estigmatização com tudo que está ligado as raízes africanas. Temos uma sociedade adoecida pelo racismo anti-negro e suas culturas e isso reflete no bairro na história.



Figura 8 Fotos do Centro de Umbanda e Quimbanda Pai Tam Senna do Vira Mundo.



Fonte: Arquivo pessoal.

Em 1978, quando no Conjunto Palmeiras não se tinha muitas atividades para as crianças e adolescentes foi criado no Centro Comunitário o CSU, um grupo de capoeira angola, Capoeira Angola é uma expressão da tradição afro-brasileira calcada em exercícios de convivência grupal. Sua prática representa a conjugação de diferentes manifestações culturais que incluem a dança, a música, a dramatização, a brincadeira, o jogo e a espiritualidade. Em seu ritual, todos participam e cada um é fundamental e único, o grupo recebeu o nome de “Grupo de Capoeira Palmares. Outras rodas aconteciam na comunidade como CSU, na igreja Católica com o mestre Zé Ivan. Todas as quintas feiras eram organizadas os encontros das rodas de capoeira no bairro no Mercado Público. Sempre juntava os moradores no mercado para prestigiar.

Essas manifestações culturais que apresentamos mostram continuidade histórica são perpetuadas por meio da oralidade, forma de aprendizados dos africanos. Essa manutenção da cultura propicia um aspecto forte e faz com que se criem novas lideranças e mantenham essa cultura. A luta do bairro tem que ser passada para os mais novos as lutas dos terreiros para que se perpetue um lugar de novos avanços e não se conforme com a realidade difícil no bairro. O bairro Conjunto Palmeiras é reconhecido internacionalmente pela sua trajetória de luta e resistência. Tudo isso faz parte dessa ancestralidade africana dos nossos antepassados que lutaram até o fim, resistiram aos cativeiros e senzalas e hoje resistem os cativeiros sociais. Portanto temos muitas vivências e experiência para anunciar o Conjunto Palmeiras com territórios de maioria afrodescendente por tudo que é visto na prática cotidiana do bairro.

Mesmo com a existência desse acervo de memória e práticas culturais negras e afrodescendente a identidade negra do bairro é um tema em discussão. Os vários trabalhos anteriores de estudo e sobre os movimentos sociais do Conjunto Palmeiras, tem ênfase na cultura popular e nos movimentos de luta populares sem a referência de população negra. Esse trabalho é parte do primeiro estudo que enfoca o bairro como território de maioria afrodescendente, como parte as lutas sociais da população negra.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos o Conjunto Palmeiras é um território que se organizou e conquistou sua própria urbanização, um



bairro da região sul, estigmatizado e com menor índice de desenvolvimento, buscou alternativa para superar a pobreza e urbanizar o seu próprio bairro. Entendemos então que é necessário romper com a barreira que ainda castiga os bairros de maioria afrodescendente, para mudarmos as possibilidades dos negros e negros que ainda assolam com a pobreza. Essa que impede do avanço dos afrodescendentes nas periferias.

É preciso valorizar a memória e a história do legado negros nos territórios de maioria afrodescendente. É preciso dar visibilidade a cultural ancestral tão produzida no espaço urbano, passando despercebida pela as influências eurocêntricas. O Espaço urbano é constituído pelas suas autoconstruções, as políticas públicas pouco avançaram para combater as desigualdades entre negros e brancos no solo urbano.

O racismo anti-negro perpassa por todas as instituições, ou seja, As políticas públicas não dão prioridade a essas comunidades e excluem os afrodescendentes ficando de fora da política sociais. É com a própria vida que negras e negras pagam essa conta nas comunidades, sofrem com a falta de acesso a bens, serviços, esporte, lazer. E com a estigmatização das culturas e tradições praticada pelo afrodescendentes.

REFERÊNCIA

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. GOMES, NILMA LINO. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão.** Brasília 2005.

CALAÇA, Maria Cecília Felix. **Movimento Artístico e Educacional de Fundamento Negro da Praça da República:**

São Paulo 1960 a 1980. Fortaleza – doutoramento em educação. UFC. 2013.

CUNHA JUNIOR, Henrique. **Racismo anti-negro um problema estrutural e ideológico das relações sociais brasileira.** Política Democrática- Revista de Política e Cultura- Brasília/DF: Fundação Astrogildo Pereira, ano VII, nº 21, p. 118-127, Jul. 2008.

CUNHA JUNIOR, Henrique. **TERRITÓRIOS DE MAIORIA AFRODESCENDENTE: Segregação Urbana, Cultura e Produção da Pobreza da População Negra nas Cidades Brasileiras.** Revista Desenvolvimento Social, [S.l.], abr. 2011. ISSN 2179-6807. Disponível em: <http://www.rds.unimontes.br/index.php/desenv_social/article/view/32>. Acesso em: 23 jul. 2018.

CUNHA JUNIOR, Henrique. **Lugar fora das idéias urbanista população negra, bairros negros e a produção conceitual de cidade.** Demode: III Simposio nacional de Democracia e desigualdade 11 a 13 de maio de 2016-UNB-BRASILIA.

CUNHA JUNIOR, Henrique. **Afrodescendencia africanidades: Um dentre diversos enfoques possíveis sobre a população negra no Brasil -** Revista interfase de saberes (FAFICA-OLLAINE) volume I pag14 a 24, 2013.

CUNHA JUNIOR, Henrique. **Educação, cidade e afrodescendência: As formas territoriais e políticas do racismo no Brasil.** In: Laura Cristina Vieira Pizzi e Neiza de Lourdes Frederico Fumes. (Org.). Formação do pesquisador em educação: identidade, diversidade, inclusão e juventude. Maceio: Edufal - Editora da Universidade Federal de Alagoas, 2007.

CUNHA JUNIOR, Henrique. **Nós, afro-descendentes: História africana e afrodescendente na cultura brasileira.** In: SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - MEC. (Org.). História da Educação do negro e outras histórias. 1ed. Brasília: Edições MEC/



- BID/UNESCO, 2005, v. 1, p. 249-273.
- NASCIEMNTO, ABDIAS. **O Quilombismo**, 2^a ed. (Brasília/ Rio: Fundação Cultural Palmares/ OR Editora, 2002.
- MAVOUNGOU YADE, Juliana de Souza. **MEMÓRIAS E HISTÓRIAS NEGRAS DA CIDADE DE CARAPICUÍBA-SP: UMA ABORGAGEM PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR**, Fortaleza – Mestrado em Educação. UFC. 2010.
- MELO NETO, JOAQUIM JOÃO. MAGALHÃES, SANDRA. **Bairros pobres ricos Soluções: Banco Palmas Ponto a Ponto**. Fortaleza: Expressão Gráfica. 2008.
- PINHEIRO, Carlos Henrique Lopes. **Desenvolvimento Urbano e Segregação Socio Espacial: Um Estudo da Avenida Leste Oeste em Fortaleza Ceará**. http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos2/Carlos_henrique237.pdf Acessado dia 20 de julho de 2018.
- SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.
- SANTOS, Marlene Pereira dos Santos. **Incursão na História e Memória da Comunidade de Quilombo de Alto Alegre - Município de Horizonte - CE**. Fortaleza – CE. Dissertação (Mestrado em Educação). UFC. 2012.
- PROGRAMA DE IGUALDADE DE GÊNERO E RAÇA - UNIFEM: **Diretoria de Assuntos Sociais-IPEA: Retrato das Desigualdades de Raça e Gênero**. Ano 2009.
- VARELLA, Marcelo Cunha. **Da solidariedade à Economia Solidária: um estudo sobre os processos socioespaciais ocorridos no Conjunto Palmeiras (Fortaleza - CE)**. Dissertação de mestrado - MPPT/ FAED/ UDESC, Florianópolis, 2013.

CAPÍTULO 5

COMUNIDADE ROSALINA: Um território de maioria afrodescendente na cidade de Fortaleza - Ce

Tiago Souza de Jesus

Henrique Cunha Júnior

1 INTRODUÇÃO

Abordar processo histórico/ideológico construído em torno da máxima de que no Ceará não existem negros nos faz retomar a fábula, em forma de história oficial, que tem como base o pensamento que os negros haviam deixado o Ceará em busca de outras sortes cinco anos antes de findar o longo processo histórico do escravismo criminoso em, 1888 para o Brasil, sendo que o estado do Ceará aboliu, de certa forma em 1883.

Entendemos que a cidade não é uma construção aleatória, mas produzida por um grupo específico de pessoas, que também são responsáveis pela organização da cidade, os eurodescendentes. Estes, são responsáveis pela falta de infraestrutura física dos territórios de maioria afrodescendentes.

O espaço é um conjunto de objetos e as relações que são realizadas sobre estes objetos (SANTOS, 1988, p. 71). O espaço tem dois elementos fundamentais: os objetos que constituem

este e a ação humana sobre estes objetos em um dado momento histórico. Essa ação, porém, determinada por fatores culturais, econômicos e sociais incide sobre a (re)elaboração da identidade do espaço. “O território étnico ou de população negra é o espaço construído, materializado a partir das referências de identidade e pertencimento territorial, e, geralmente, a sua população tem um traço de origem comum.” (SANZIO, 2009, p. 149)

Seguindo nessa linha de pensamento é que estamos realizando estudos urbanos na comunidade Rosalina, bairro de formação afro descende na cidade de Fortaleza, Ceará. Como parte da metodologia da Afrodescendência. Onde o sujeito pesquisador tem íntima relação como o sujeito da pesquisa, informamos que este é o bairro onde vivemos o período de infância (1999 – 2003) e hoje aí nos apresentamos como pesquisadores. A preocupação da pesquisa em curso é com a história da localidade e das relações entre este lugar e as políticas públicas da cidade de Fortaleza. São tratadas a cultura e a memória da população negra sobre a localidade e sobre a relação com a cidade. Os bairros guardam as especificidades que caracteriza um espaço em que compõe em sua maioria Afrodescendentes.

2 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

Um território comum ocupado é uma condição primordial para a permanência de quilombos e comunidades negras tradicionais, que estão presentes até os dias de hoje, sobretudo em solo cearense. (SMDH, 2005) O processo de ocupação da



comunidade Rosalina se deu por meio de manifestações de um grupo de um movimento por terras em Fortaleza. O lugar uma vez ocupado, “a questão do espaço habitado pode ser abordada do ponto de vista biológico, pelo reconhecimento e adaptabilidade do homem, como indivíduo” (SANTOS, 1988, p. 37).

A noção de lugar nesta pesquisa comunga com a ideia de Milton Santos que, sob o prisma da Globalização considera que “cada lugar é, à sua maneira, o mundo.” (SANTOS, 2006, p. 213) No campo afetivo, a relevância que o lugar adquire do habitante está no campo afetivo, o orgulho por ter uma casa naquele espaço habitado transita entre o campo afetivo e a conquista de um lugar para morar, uma condição real de vida. O fato de os moradores terem orgulho de residirem no território reflete essa definição.



**Imagem 01: Vista de cima da Comunidade Rosalina.
Fonte: Google street view, 2018.**

Os primeiros lotes de terra ocupados na Rosalina limita-se entre a rua 101, Henrique Dias, Matadouro e sete de julho,

como podemos ver no mapa acima. Dividindo-se em lotes de 16 metros quadrados, este espaço ocupado formou o que futuramente viria a se chamar Rosalina.



Imagem 02: Moradores construindo sua moradia na comunidade Rosalina.
Fonte: Arquivo particular da Associação Comunitária da Rosalina, s/d.

Nessa época, a comunidade denominava-se “sem-terra”, o ano de 1996 é a data mais provável de sua fundação. Parte dos primeiros habitantes são pessoas oriundas do bairro Serrinha. A Família Souza de Jesus residiu neste bairro, até surgir os boatos de que “morar lá é de graça.”¹ A chegada da família de Raimunda Araújo se deu em 1999, três anos após o início da ocupação. A comunidade já havia tomado forma triangular vista no mapa acima.

A comunidade Rosalina, um território de maioria afrodescendente, detém parcela da história no que diz respeito ao processo de desenvolvimento da vida dos afrodescendentes nas cidades urbanas brasileira. A história e a cultura partilhada em um determinado espaço formam o que chamamos de Unidade

¹ Frase dita por Raimunda Araújo de Souza, em entrevista concedida em 02/09/2018.



Cultural da Rosalina. Para Henrique Cunha Júnior (2007, p. 72) “a cultura de um território de maioria afrodescendente pode ser traduzida pelos conjuntos dos repertórios culturais presentes neste espaço geográfico”. Por territórios de maioria afrodescendente entendemos como

“espaços urbanos em que encontramos outros grupos sociais de origens históricas e culturais diversas, mas que encontra-se a população afrodescendente como maioria, sendo esta a que determina a dinâmica cultural e social desses territórios.” (CUNHA JUNIOR, 2007, p. 71)

Neste sentido, a comunidade Rosalina, espaço habitado em sua maioria por afrodescendentes, detém práticas culturais que marcam o território, produzem conhecimentos, formam métodos, relações sociais, subsidiam a sobrevivência em um território. Sumariamente, chama-nos atenção os múltiplos repertórios culturais do citado território de maioria afrodescendente.

Segundo Maria Estela Ramos, a “Diáspora Africana constitui um projeto de construções de pensamento autônomo, retomando novas perspectivas, [...] representadas por alternativas conceituais, metodológicas, filosóficas e, sobretudo, políticas”. (RAMOS, 2013, 189-190)

Este espaço dotado de práticas culturais, sociais e econômicas assentadas em ausência dos serviços públicos, porque resulta de uma política direcionada para este fim. As relações entre eurodescendentes e Afrodescendentes produzem os bairros desta cidade.

O valor do indivíduo depende, em larga escala, do lugar onde está, já o vimos. Em nosso país, o acesso aos bens e serviços essenciais públicos e até mesmo privados é tão diferencial e contrastante, que uma grande maioria de brasileiros, no campo e na cidade, acaba por ser privada desses bens

e serviços. Às vezes, tais bens e serviços simplesmente não existem na área, às vezes não podem ser alcançados por questão de tempo ou de dinheiro. (SANTOS, 1993, p. 111)

O espaço em questão, antes de se constituir enquanto Rosalina, este espaço foi um aterro sanitário, contam os mais velhos. Surge da ocupação de um movimento que lutou por terra, por volta do ano de 1996.

O nome Rosalina dar-se em homenagem à filha de um dos líderes da ocupação, uma criança que faleceu no final dos anos 1990. Os primeiros parentes da família Souza de Jesus chegaram à comunidade no ano de 1997. Porém, a relação direta da Família com o território inicia-se em 1999, quando Raimunda Araújo e Francisco de Assis adquiriram um lote de 16 metros quadrados na rua Amorim Paiva, sem número. Acima, vemos uma imagem da Rua Amorim Paiva, no ano de 2005. É possível observar uma versão reformada da antiga casa da família, ao lado direito da imagem, com paredes de tijolos, pintado de branco.



Imagem 03: Imagem da minha antiga casa, na Rua Amorim Paiva.

Data: 2005 - Fonte: Arquivo pessoal.



Observa-se que a estrutura de tijolos demonstra que a fotografia é de data posterior a 2003, último ano da família na residência. Tanto a frente da residência, quanto as paredes laterais da casa até 2003, bem como a dos fundos eram construídas de barro, com técnica pau-a-pique. Da esquerda para a direita, identificamos Marcos, um amigo de infância e vizinho. Exímio desenhista.



**Imagem 04: Imagem da Rua Amorim Paiva, em seu último quarteirão.
Fonte: Imagem da Internet.**

Acima vemos uma imagem congelada de uma reportagem que uma ex-liderança juvenil chamada Samuel, concedeu a um jornal local. Na imagem podemos observar o último quarteirão da Rua Amorim Paiva. Ao lado esquerdo, onde vemos um poste público, localizava-se a antiga residência. Observamos que o terreno está cercado, porém sem construção.

Já no lado direito observamos um muro branco, residência de Samuel. E, aos fundos, a casa de Renato, antigo vizinho e amigo de Francisco de Assis. A imagem data de 2009 e observamos algumas mudanças no local. A antiga residência já não existia, o espaço de brincar deu lugar ao matagal e a lamaçal. Em frente casa, havia uma rua de acesso ao posto de

saúde, na saída da Rosalina e entrada do Riacho Doce.



Figura 5: Imagens de uma família de moradores da Comunidade.

Data de 2004. Fonte: Arquivo Pessoal.

Acima observamos a fotografia de uma família de vizinhos. Na imagem podemos observar que um rapaz e uma menina, em pé, da esquerda para a direita, fazem um símbolo que significa paz. Na época utilizávamos sempre esse símbolo na comunidade. Com as mãos imitamos a forma de uma pomba branca.

De cócoras, camiseta azul e óculos escuros vemos um amigo de infância, Alex de Tiago Souza. A menina em pé e de blusa de cor rosa é a “pneu”, uma amiga de infância que veio a ser brutalmente assassinada anos depois. A imagem também nos traz elementos importantes no que se refere à infraestrutura das residências naquele período: as tábuas, ao lado esquerdo é parte do muro que demarcava o limite da parte frontal da



residência de pneu e Alex, que são irmãos de Marcos, o rapaz desenhista da fotografia anterior. Na imagem acima vemos também a lateral de uma casa, tal como a antiga casa: feita de pau-a-pique.

É importante imprimirmos a proposta de análise do território de maioria afrodescendente, a fim de buscar atingir os reais problemas envolvidos, a persistência da pobreza, a segregação espacial e social e os antagonismos. Para Cunha Júnior, “a produção da pobreza e da desigualdade social é construída sobre uma base de dominação e de estagnação social que denominamos de consequências do racismo” (CUNHA JUNIOR, 2007, p. 69).

Faz-se necessário expressarmos de onde falamos. Falamos a partir das heranças africanas, do âmbito da cultura das experiências dos afrodescendentes nos territórios de maioria afrodescendente. “Falamos dos lugares marcados pelas heranças africanas e não de outro lugar qualquer, genérico e inespecífico. Falamos dos lugares que moramos e das experiências sociais que nos cercam.” (CUNHA JUNIOR e RAMOS, 2008, p. 80)

A Rosalina, aqui é pensada como possibilidades sociais, econômicas e culturais, que moldam as vidas e o cotidiano da população residente nesses territórios de maioria afrodescendentes. Na comunidade Rosalina, o campo do palito é o único equipamento cultural existente dentro do território. Esse campo, existente desde o nascimento da comunidade, viabiliza uma série atividades.



Imagem 06: Imagem do campo do Palito, data de 2018.

Fonte: Arquivo pessoal.

Esse campo, existente desde o nascimento da comunidade, viabiliza uma série atividades. Nele, aconteceram campeonatos de futebol, havia um time que representa a Rosalina nos torneios de futebol amador da cidade: o Verdão da Vila, dirigido até hoje por Caetano. O campo por muito tempo constituiu-se como um espaço de encontros, brincadeiras, conflitos e confraternização. Nas festas de fim de ano, o campo transformava-se em área de som, onde o dono de um bar no entorno ligava suas caixas amplificadoras no volume mais alto e ali confraternizávamos a chegada do ano novo.

3 A DINÂMICA DA CULTURA NA COMUNIDADE ROSALINA



Um espaço habitado por uma maioria de afrodescendentes constitui-se de objetos que remetem à cultura e história afrodescendente em um espaço e tempo, especificamente. A maioria afrodescendente em um dado espaço e lugar é responsável pela dinâmica deste e determina uma série de fatores preponderantes para entendermos o desenvolvimento histórico, social, cultural, urbanístico e econômico do país.

Alex Ratts, intelectual negro e geógrafo, afirma que “a invisibilidade negra (e indígena) no Ceará é um discurso geográfico, político”. (RATTS, 2011, p. 22) É político, pois incide nas políticas elaboradas para atender a população cearense e com isso nunca houve atendimento de qualidade dos serviços públicos à população afrodescendente. Na nossa rua não tem coleta de lixo, um bem público. É geográfico por entenderem que apenas alguns são mapeáveis e étnicos (RATTS, 2011) enquanto outros, não.

O Brasil foi o país que mais importou seres humanos africanos e tem o maior número de registros de quilombos, antigos e atuais (ANJOS, 2009, p. 153). Segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Estado do Ceará têm em sua composição étnica 66,53% da população egra² (IBGE, 2010). A cidade de Fortaleza, capital cearense apresenta em sua composição étnica 62,12% de sua população negra.³

2 Os dados do IBGE sobre o Estado do Ceará estão condensados em estudos realizados pelo Instituto de Pesquisa e estratégia Econômica do Ceará (IPECE), e no Informe nº 23 observamos que “o Ceará ocupou o 8º lugar na proporção de residentes que se declararam como Pardos (61,88%) e o 24º (4,65%) em que sua população se autodenominou Preta” (IPECE, 2012, p. 4). É importante colocar que para o IBGE a categoria “negro” é a junção das duas categorias Preto e Pardo.

3 Pardos 57,21% e pretos 4,91%. IBGE 2010.

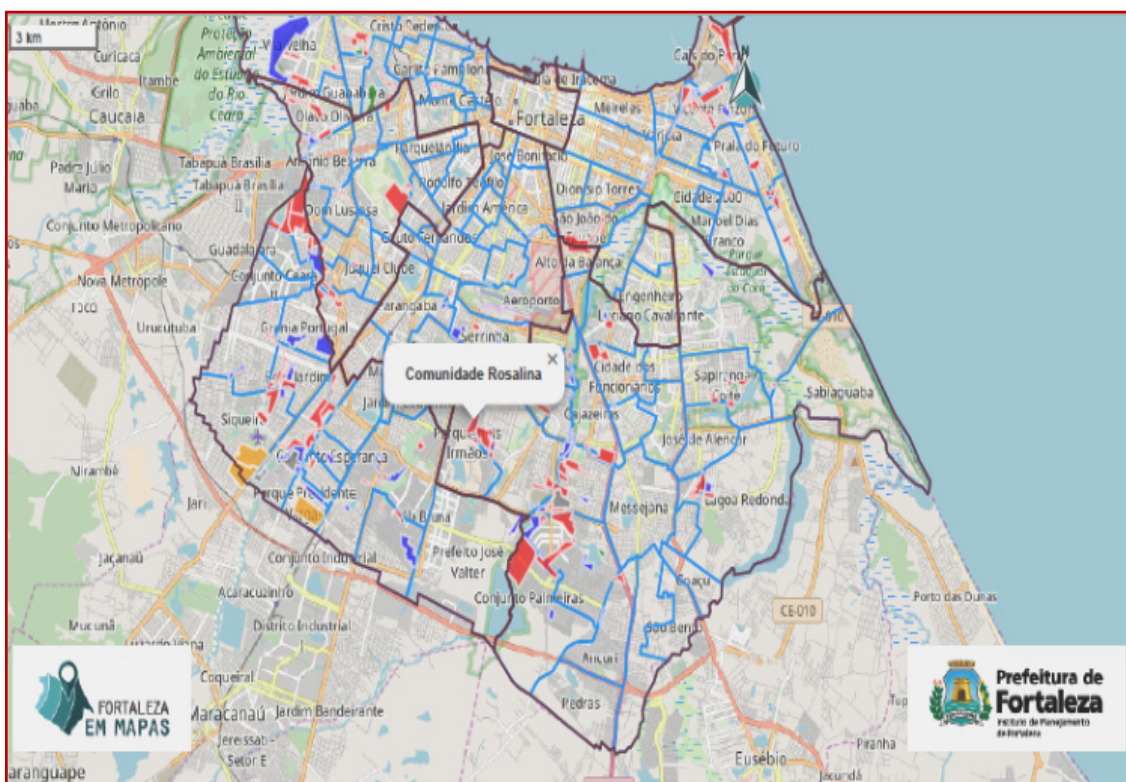


Imagem 07: Localização da Comunidade Rosalina em Fortaleza - CE. Fonte: Prefeitura de Fortaleza, 2017.

Os territórios de maioria afrodescendente foram pauta do Movimento Negro com a Frente Negra Brasileira. “Uma das ações concretas dos membros da Frente em São Paulo foi comprar terrenos em loteamentos recém-abertos nas periferias da cidade e fundar núcleos negros formados por casas próprias.” (ROLNIK, 2009, p. 84) Famílias afrodescendentes começaram a imprimir suas marcas no território e dinamizar a cultura local. As marcas identificáveis nas autoconstruções, nas estratégias de driblar o empobrecimento por meio do desemprego, criando oportunidades de trabalho, estratégias muitas vezes de contar metade da verdade sobre o local de residência para não ser excluído do processo seletivo de emprego.

Aos sete anos de idade Tiago Souza conseguiu seu

primeiro trabalho remunerado. Vendendo alface, coentro e cebolinha dentro da Rosalina. A dona do negócio e moradora do Parque Dois Irmãos⁴ necessitava de mais clientela, porém vender seus produtos dentro da Rosalina, para ela, seria um risco de vida. Daí surge a ideia de ofertar trabalho a algum morador que aceitasse vender sua mercadoria cinco horas diárias, das 07 horas às 12 horas, por um valor de R\$ 2 reais e cinquenta centavos o dia de trabalho. Sob essas condições, Francisco Cláudio e Tiago Souza iniciam seu trabalho em um dia qualquer, do ano de 2002, dentro da Rosalina.

Entre os anos de 1999 e 2003, em muitas situações cotidianas deslocávamos para o Campo do Palito para realizarmos algumas atividades de lazer, comumente aconteciam jogos de futebol amador, o Palmeiras, time de futebol amador da Rosalina participava de uma série de campeonatos. Com isso, era comum sentarem ao redor do campo, na frente das casas das outras pessoas e conversar sobre o jogo, sobre a vida, sobre problemas pessoais, angústias, alegrias e tristezas. As crianças utilizavam a lateral do campo para brincar de “pau na lata”⁵, pião⁶, bila⁷ ou mesmo futebol.

Houve um momento em que o funk esteve em alta na comunidade. No lançamento do grupo de funk Furacão 2000, um morador da Rosalina tinha um equipamento de som com caixas amplificadoras. Por muito tempo o lazer resumia-se em

4 A comunidade da Rosalina está localizada dentro do Parque Dois Irmãos, nesse caso me refiro aos espaços públicos do bairro fora da Rosalina.

5 Brincadeira semelhante ao Beisebol, porém, brincada com um uma bola de tênis, pedaços de madeiras e garrafas pet. O objetivo do jogo é arremessar a bola de forma que atinja a garrafa pet do adversário.

6 O pião é conhecido como carrapeta, pinhão em outros locais do Brasil e xindire, n'teco mbila em algumas regiões de Moçambique.

7 Bila é uma variação de peteca e bola de gude, amplamente disseminado no país.

ouvir musicas de funk no campo do palito.



Imagem o8: Vista do Cabeleireiro Evandro e do antigo mercado O Paulista.
Fonte: Google Street View, 2017.

Ao redor do campo do Palito, encontrávamos mercados, cabeleireiro, bares, locadoras de vídeo game⁸. A vida acontecia em torno do campo. Havia piqueniques organizados pelo time de futebol amador da cidade, no qual Francisco de Assis foi jogador por muitos anos. Esse time com frequência organizava jogos com times de outras cidades, tais como Maranguape, Sobral, Pacajus, dentre outras cidades que foram locais em que viajaram para prestigiar o confronto entre os times. Um ônibus era locado pelo clube com apoio financeiro da comunidade. O campo do Palito foi por muito tempo o ponto de encontro, que acontecia às 04 horas da manhã. A alimentação era de responsabilidade de cada família, porém, durante o almoço

⁸ Locadora de vídeo game é o nome dado a um espaço em que se paga para utilizar o videogame por determinada hora e preço. Naquela ocasião, juntamente com o cabeleireiro, era o único estabelecimento a oferecer tais serviços dentro da comunidade.



havia compartilhamento da alimentação entre todos de forma que nenhum participante ficasse sem se alimentar. Por vezes perguntado por seu filho o porquê de tanta comida nas sacolas e Raimunda Araújo respondia que “era para gente comer bem.” Nem sempre era assim.

O lazer acontecia nas vias públicas, ruas da Rosalina. A estrutura específica das ruas da Rosalina aproxima as habitações umas das outras. Havia mais sentido a realização do lazer na rua, que em um espaço específico distante, ainda que o campo ficasse a 10 minutos de qualquer residência da Rosalina. Até mesmo devido o compartilhamento do momento com a vizinhança e o suporte das casas para realização do lazer. Algumas dessas situações só fazem sentido se acontecer na porta de casa. Neste sentido, as ruas e o campo do palito eram de uso constante para o lazer.

“A rua, como espaço público, era o lugar das vivências cotidianas, das trocas, das festas religiosas e cortejos, enfim, espaço de socialização. Para as elites, no entanto, a rua se tornou terra-de-ninguém, perigosa porque mistura classes, sexos, idades, funções e posições de hierarquia. [...] a superposição de funções e o uso coletivo do espaço, além da estratégia de sobrevivência designam o modo de vida, modos de vida estes que delineiam formas e usos do espaço com suas próprias lógicas, razões e significados que vão muito além da simples precariedade da pobreza ou reflexo da prática da escravidão.” (RAMOS, 2007b, p. 109)

Todos esses espaços públicos, as ruas, as quitandas, o campo de futebol, são locais onde a vida na Rosalina acontece. Pois “a vida se realiza num tempo e espaço coletivo, no qual as pessoas que participam das práticas sociais e culturais vão atribuindo sentidos às dinâmicas que se concretizam em um dado lugar-instante” (DAMIÃO, 2007, p. 47) Cada morador ainda hoje confraterniza, cria e dinamiza a cultura no local.

Produzem conhecimento e estabelecem formas de sobreviver à realidade imposta por um grupo de pessoas de origens distintas dos moradores da Rosalina.

João Paulo Pinto Có, Investigador Permanente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa da Guiné-Bissau – NEP, certavez em um evento acontecido em Fortaleza⁹ nos afirmou que os conflitos existentes entre os seres humanos até os dias atuais, configuram-se como conflitos de disputas por espaços. Finaliza afirmando que “do ponto de vista histórico, sempre foi assim” (CÓ, 2017). Cunha Junior nos coloca que os conflitos entre Afrodescendentes e Eurodescendentes e é o que marca o real desenvolvimento da História do Brasil¹⁰.

Os dados expostos nos estudos de Eduardo Neto e Juliana Riani que mostram as desigualdades étnicas nas habitações em cidades brasileiras (NETO e RIANI, 2009) são, na verdade, produto do que Cunha Junior chama de desqualificação da população afrodescendente. (CUNHA JUNIOR, 2016). A elaboração do bairro Aldeota e Comunidade Rosalina na mesma cidade não podem ser vistos como acasos históricos. Explicá-los pela chave do capital, do trabalho ou da falta de sorte de alguns grupos sociais seria, na verdade, negar todos os conflitos entre população negra e população branca, entre Afrodescendentes e Eurodescendentes, que envolvem um processo de desqualificação social e disputa por espaços.

Esses espaços onde a vida acontece, pertence um solo urbano conquistado, porém, não regularizado. Funciona o

9 VIII Memórias de Baobá.

10 Os eurodescendentes que fazem parte do conflito com os afrodescendentes no território em questão são os responsáveis pela desqualificação social que os afrodescendentes sofrem, são os definidores de políticas e os que controlam a economia da cidade. Os eurodescendentes são, portanto, habitantes do território que determinam a elaboração dos bairros e das localidades.



racismos antinegro institucional como mediador e divisos de águas. Na verdade nós conquistamos a moradia. O direito, a legalização da habitação continua precária. O problema, neste sentido é legalizar os espaços, a moradia. A falta de legalidade dos territórios tornam as pessoas residentes na Rosalina ilegais.

Lei 6.766 de 19 de dezembro de 1979, o solo urbano por lei¹¹ deveria ser de uso social, ao mesmo tempo em que esse uso social necessita do aval do poder público local, o que ainda não aconteceu. Concluímos que as populações brancas, de classes médias e ricos, ocupam áreas urbanas de forma irregular e as legalizam pela posse de advogados e engenheiros e as populações negras não.

Raimunda Araújo chegou a fazer três cadastros em um posto de saúde nos limites da Rosalina com o Riacho Doce. Por trás dos cadastros estava a esperança de receber melhorias no local onde habitava. Papéis e assinaturas foram entregues, o ano era 2001 e dona Raimunda jamais recebeu qualquer habitação nova.

Em 2009, Maria Neusa Barbosa da Silva, então líder comunitária da Rosalina, denunciou em uma reportagem a um jornal local, disponível na internet¹², que a população residente próximo a rua 101 são privilegiados, pois quando

“[...] Chove lá em cima, 15 minutos depois está tudo sequinho e para onde é que corre a água? Aqui para baixo! [...] e na minha concepção quem deveria ter se mudado na primeira etapa e está lá em cima, era esse pessoal daqui de baixo. Então, as 400 famílias que estão morando lá em cima são as famílias lá de cima. Muitos deles pessoas que nem cadastro tinham aqui. [na Associação]” (SILVA, 00:02:01seg.)

¹¹ Lei 6.766 de 19 de dezembro de 1979. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6766.htm

¹² Disponível online em: <https://www.youtube.com/watch?v=_jWUP-UV6qk> acesso em 10/10/2018.

A Rosalina está em um terreno irregular, no sentido de que apresenta um declive no lugar, onde a rua 101 é o ponto mais alto da comunidade, e a rua Matadouro o ponto mais baixo. Em momentos de chuva a água escoar para o local onde morei, próximo a rua Matadouro. Internamente, a população considera um “privilégio” residir próximo à rua 101, visto que as residências apresentam maiores condições de infraestrutura e está no pico de um declive. Abaixo podemos visualizar a rua 101, a rua matadouro e o local de minha antiga residência, identificável através do balão azul ao lado do marcador vermelho.

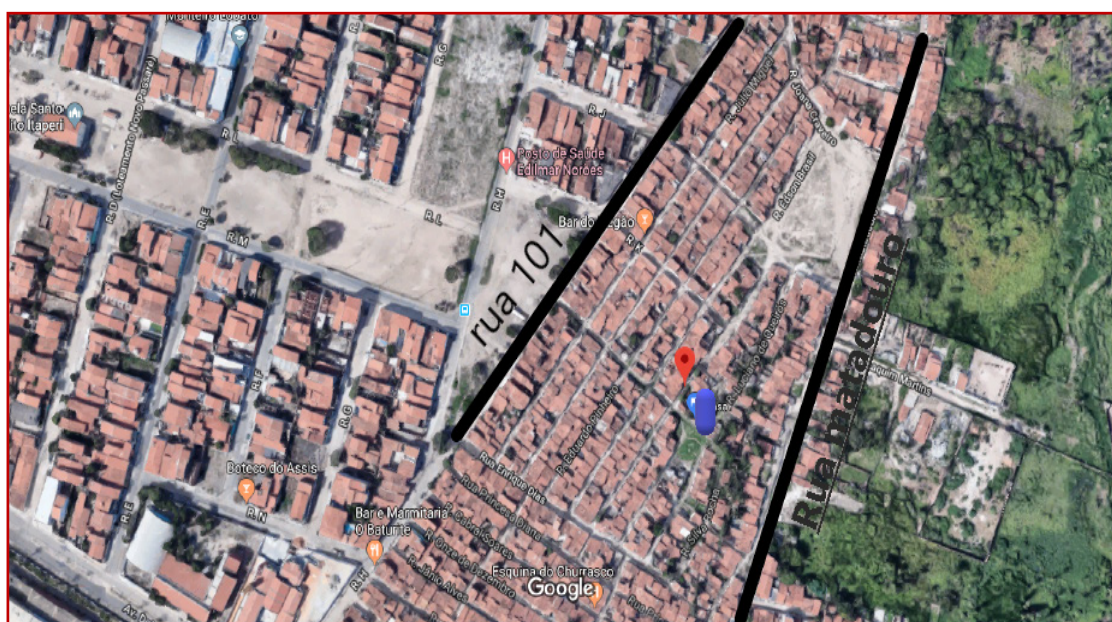


Imagem 09: Vista de cima da Comunidade Rosalina.

Fonte: Google Maps, 2018.

Ao longo dos dias de percursos urbanos, percebemos uma prática comum nas sociedades Bantu e presente em determinadas situações na Rosalina. Trata-se do trabalho cooperativo informal. Este acontece

“[...] nas terras de uma família. Nesta os anfitriões convidam os vizinhos para ajudá-lo e promove uma festa em recompensa ao trabalho. O clima de trabalho é de amizade solidariedade e festa. Não existe muita hierarquia e nem uma perfeita organização. O trabalho é completamente espontâneo.” (CUNHA JÚNIOR, 2010, p. 87)

Tiago Souza foi convidado para ajudar na construção da laje da residência de Francisco Cláudio. Chegando ao local, encontraram dois vizinhos, o padrasto de Francisco, seus primos, tia e um rapaz com um carro de som ligado tocando músicas de forró. Na mesa improvisada havia carne assada, uma grelha, cerveja, refrigerante e um clima de alegria.

Enquanto trabalhavam na construção, ouviam música, bebiam e compartilhavam momentos de humor da vida cotidiana. O clima era de solidariedade. Quando terminado as atividades, todos foram para suas residências, sem remuneração, mas com sensação de dever cumprido. A moeda de troca é a solidariedade. Em outros momentos, caso necessário, os anfitriões se tornarão convidados e os convidados anfitriões na construção ou reforma de casas da Comunidade.

Nesse retorno, Tiago encontrou pessoas que quando havia chegado em 1999 já residiam no território. Na Rua Edson Alves, reside uma família que está na Rosalina desde sua fundação e são amigos da família há mais de 20 anos. Foi evidenciado nos percursos urbanos que membros da família, que residem há 21 anos na Rosalina, conquistaram um respeito por todos que conhecem ali. O gesto protagonizado pela chefe da casa, que bateu no peito com orgulho levantando a voz afirmando “eu moro aqui desde que ela (a Rosalina) nasceu” é representativo do acúmulo repetitivo da experiência humana, que está ancorada na ancestralidade.

Percebe-se que o tempo que residem na Rosalina determina uma série de questões: é fundamental para garantia de respeito pelos demais membros da comunidade; Quanto mais tempo reside lá, mais respeito recebe dos demais, sobretudo dos mais novos. Observa-se, portanto, uma hierarquia que tem a ver com o tempo de vínculo que cada um tem com o território de maioria afrodescendente. O tempo de relação com o território permite o acesso a espaços (ruas e vielas) então privados aos mais novos.

Tempo e espaço na ancestralidade explica o fato das famílias mais antigas da Rosalina serem respeitadas pelos mais novos. Os mais velhos são representantes da primeira geração daquele espaço no tempo presente. São detentores da narrativa de todos os espaços e dos tempos da Rosalina.

4 CONCLUSÃO

O processo de desqualificação social da população afrodescendente atua no campo econômico, social, cultural, político e urbano. A população afrodescendente ainda ocupa lugares de difícil acesso nas cidades brasileiras e em consideráveis níveis de desigualdade social, devido a desqualificação social e o capitalismo racista antinegro.

Tem-se a visão de que os moradores da Rosalina vivem nas condições atuais porque são pobres. O constatado é que estes vivem esta situação por que foram desqualificados em uma política eurodescendente que mina os investimentos públicos no território em prol de uma parcela da sociedade, que são eurodescendentes. Portanto, não estamos nessa situação



porque somos pobres, mas porque não recebemos as devidas intervenções do poder público local no âmbito do solo urbano ocupado pela população afrodescendente da Comunidade.

Ainda são muitas as dificuldades para se conseguir emprego residindo na Rosalina. O estigma existente de que os residentes na comunidade são propensos à criminalidade é uma realidade. Observamos que no período compreendido entre 1999 e 2003 poucos eram os estabelecimentos comerciais dentro da Rosalina, em relação à década atual.

As lembranças traduzem cerca de 10 estabelecimentos comerciais, entre padarias, quitandas, mercados, cabeleireiro. Atualmente, cerca de 30 estabelecimentos comerciais existem dentro da Rosalina. Esse número cresce diariamente. Durante a pesquisa, foi inaugurada uma pizzaria dentro da Comunidade, por um morador. Para fugir das condições impostas pelo estigma que carregam por residirem na comunidade da Rosalina, os moradores estão apostando suas sortes no empreendedorismo.

A comunidade tem uma Associação Comunitária, um grupo de capoeira, uma escola na entrada da comunidade, bem como posto de saúde, creche. Porém, foram 20 anos para conquistar investimentos ínfimos no território. Acontece que todos esses equipamentos públicos estão localizados fora da Rosalina. E isso nas relações sociais cotidianas é um problema.

Quando criança, Tiago Souza precisava estudar, e assim como hoje, as escolas existentes ficavam fora da Rosalina, no bairro Parque Dois Irmãos. Lá, o nome de Tiago foi substituído por “sem-terra”. O ano era 1999. Poucos meses depois a comunidade foi denominada de Rosalina e Tiago passou a ser chamado de “favelado da Rosalina” pelos colegas

da escola. Alguns pais e mães buscavam saber qual a origem dos estudantes que estavam com seus filhos, que por sua vez tomavam conhecimento do local de sua residência e utilizavam-se dessa informação para desqualificar e excluí-lo do espaço escolar.

Observamos que ainda temos muito que avançar nos estudos acerca das múltiplas Comunidades, os territórios de maioria afrodescendente na cidade de Fortaleza. Partir da especificidade desses territórios e de dentro do território para fora dele, observamos que a Rosalina é um lugar de realização da vida. A Rosalina é uma conquista social, pois tem-se onde morar. E esse sentimento é que rege nossa relação com território. É necessário que as políticas públicas urbanísticas tenham conhecimento de tal realidade, pois a destruição das habitações para reconstrução em outro lugar destrói essa relação com a terra, que para a população afrodescendente é a maternidade, o ventre-mãe (OLIVEIRA, 2006).

REFERÊNCIAS

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. **Territórios étnicos: espaço dos quilombos no Brasil**. In: SANTOS, Renato Emerson dos (Org.). Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: O negro na Geografia do Brasil. Belo Horizonte: Editora Gutenberg, 2009 (Coleção Cultura Negra e Identidade), 2. Ed. 203 p.

CUNHA JUNIOR, Henrique. **Territórios de Maioria Afrodescendente: Segregação Urbana, Cultura e produção da Pobreza da População Negra nas Cidades Brasileiras**. Revista Desenvolvimento Social, v. 1, n. 2, 2008.



CUNHA JUNIOR, Henrique. **Metodologia Afrodescendente em Pesquisa**. Ethnos Brasil, ano 6, p. 69-80, 2008.

CUNHA JUNIOR, Henrique. **Lugar Fora da Idéias Urbanísticas: População negra, Bairros Negros e a produção das cidades**. In: III Simpósio Nacional Sobre Democracia e Desigualdades- DEMODE, 2016. (Simpósio).

CUNHA JUNIOR, Henrique. **Cultura Afrocearense**. In: CUNHA JUNIOR, Henrique; SILVA, Joselina da; NUNES, Cícera. (Org.). Artefatos da Cultura Negra no Ceará. 1ed.: 2011, v. 1000, p. 102-132.

CUNHA JUNIOR, Henrique. **Espaço Urbano e Afrodescendência**. In: CUNHA JUNIOR, Henrique e RAMOS Maria Estela Rocha. (Orgs) Espaço Urbano e afrodescendência: Estudo da espacialidade negra urbana para o debate das políticas públicas. Fortaleza: UFC Edições, 2007.

DIOP, Cheikh Anta. **A unidade cultural da África negra: Esferas do patriarcado e do matriarcado na antiguidade clássica**. Portugal: Edições Pedagogo. 2ª Ed. 2014.

FORTALEZA, Prefeitura de. **Fortaleza em Mapas**. Fortaleza: 2018. Disponível online em: <http://mapas.fortaleza.ce.gov.br/#/> acesso em 28/02/2018.

DAMIÃO, Flávia de Jesus. **Na rua, no beco: Infância afrodescendente no Arraial do Retiro**. In: CUNHA JUNIOR, Henrique e RAMOS Maria Estela Rocha. (Orgs) Espaço Urbano e afrodescendência: Estudo da espacialidade negra urbana para o debate das políticas públicas. Fortaleza: UFC Edições, 2007.

NETO, Eduardo Rios; RIANI, Juliana de Lucena **Ruas. Desigualdades raciais nas condições habitacionais da**

população urbana. In: SANTOS, Renato Emerson dos (Org.). *Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: O negro na Geografia do Brasil.* Belo Horizonte: Editora Gutenberg, 2009 (Coleção Cultura Negra e Identidade), 2. Ed. 203 p.

OLIVEIRA, Eduardo David. **Cosmovisão africana no Brasil.** Curitiba: Editora Gráfica Popular. 2006.

RAMOS, Maria Estela Rocha. **Território afrodescendente: Leitura de cidade através do bairro da Liberdade, Salvador (Bahia).** 186 p., Mestrado (dissertação) – Universidade Federal da Bahia, Fac. de Arquitetura, 2007a.

RAMOS, Maria Estela Rocha. **Origem da segregação espacial da população afrodescendente em cidades brasileiras.** In: CUNHA JUNIOR, Henrique e RAMOS Maria Estela Rocha. (Orgs) *Espaço Urbano e afrodescendência: Estudo da espacialidade negra urbana para o debate das políticas públicas.* Fortaleza: UFC Edições, 2007b.

ROLNIK, Raquel. **Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro.** In: SANTOS, Renato Emerson dos (Org.). *Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: O negro na Geografia do Brasil.* Belo Horizonte: Editora Gutenberg, 2009 (Coleção Cultura Negra e Identidade), 2. Ed. 203 p.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão.** São Paulo: Nobel, 2. ed 1993.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do Espaço Habitado.** São Paulo: HUCITEC, 1988.

SANTOS, Milton. **Por uma Outra Globalização,** 2004. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.



SANTOS, Milton. A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção. 4 ed. São Paulo: UDESP, 2006.

SMDH. Sociedade Maranhense de Direitos Humanos. Projeto Vida de Negro. São Luís: Negro Cosme, 1º ed., 2005.

CAPÍTULO 6

BANDIM - MINDARA A ENCRUZILHADA URBANA DA AFRICANIDADE EM BISSAU- GUINE BISSAU

Henrique Cunha Júnior

1 PENSANDO O URBANISMO AFRICANO E PROPONDO O ARTIGO.

Perante a África – Continente o debate do urbanismo, ou seja, dos processos de criação de cidade, das reformas urbanas, do crescimento urbano desenhado, as questões postas na atualidade são se o continente mergulha nos fluxos eurocêntricos americanos do conhecimento, que implicam no desenvolvimento industrial a qualquer custo para solução dos problemas urbanos, ou se podem ser desenvolvidos modos próprios africanos e quais as bases deste pensamento urbanístico. Em meios a estas questões estão presentes as das sustentabilidades e das tecnologias apropriadas, da reedição e atualização dos métodos construtivos etc etc.

No campo político e em particular dos pequenos estado africanos a discussão urbana tem um correlato da discussão política, sobre africanização da África- Continente, ou da europeização deste. São debates que nos remete as décadas de 1970 e 1980, períodos das independências, onde as discussões

eram sobre o socialismo e o capitalismo erma frequentes. Capitalismo na versão da Nigéria, África do Sul e Quênia, grandes estados, ou na vertente socialismo, com duas opções o socialismo africano, da Tanzânia, Burkina-Faso, ou das revoluções de Moçambique, Eritreia, Angola e Guine Bissau, denominado de científico. No entanto, tanto o capitalismo como o socialismo científico, ambos implicam em rupturas históricas importantes, depende da superação do poder das etnias, dos regulas, das chefaturas tradicionais, muito forte nas áreas do interior. O que provoca uma onda de contradições da “tribu” X “nação”, do moderno X tradicional. Problemas que põe em causa os modelos de governos do ocidente aplicados à África – Continente (CAHEN, 1994, 1985), (COULON, 1997).

Este artigo é baseado em duas pesquisas realizadas, uma sobre a história do urbanismo africano com enfoque Pan Africanista (2014-2016) e outra em curso sobre as urbanizações das capitais dos pequenos estados africanos, como Cabo Verde, Djibouti, Suazilândia, Lesoto, Ilhas Seychelles, São Tomé e Príncipe, Guine Equatorial e Guine Biasau. O que se pode dizer na pesquisa realizada em Bissau entre 2014 e 2016 (DJONU, 2017), (CUNHA JUNIOR, 2016) é muito pouco sobre a organização, gestão e desenvolvimento urbano que tem sido feito pelo estado e pelas instituições internacionais. O que é feito pelo estado possui hoje a marca do urbanismo chinês / coreano para o continente africano. Troca-se produtos naturais, madeira, água e peixe no caso da Guine por edificações feitas no padrão asiático, de baixa qualidade, e utilizando mão de obra chinesa. Processos construtivos fadados ao fracasso pela inadequação a vida local. O cotidiano evolui pela reedição do poder dos regulas,



com a realização de um novo modelo de vila tradicional, agora uma vila que é imaginária nos seus aspectos físicos espaciais. As etnias se reorganizam na base da solidariedade, das cerimônias e festas públicas, mas a população se entrelaça no espaço urbano e toma decisões que permite a sobrevivência e que acomoda as grandes aflições, sem, contudo solucionar de modo efetivos problemas com lixo urbano, esgotos e tratamento de água. Mas organiza o transporte de carga, os deslocamentos de pessoas e os aprovisionamentos da população dentro dos marcos da informalidade, sempre pondo ordem no caos aparente.

No curso da pesquisa sobre o urbanismo africano criamos um padrão de reflexão, conceitual metodológico (CUNHA JUNIOR, 2016), de que os processos urbanos africanos ao longo de 6000 anos se deram tendo com vetores da Africanidade a vila tradicional, sua ampliação e os mercados. Retomamos o conceito de Diop (DIOP, 1954) de africanidade, dizendo que a africanidade das cidades africanas é reproduzida pela vila africana e pelos mercados. No caso atual de Bissau, o mercado de Bandin, o grande mercado, com toda informalidade é o grande centro dinâmico da economia, dos empregos e da subsistência da uma grande população. A vila tradicional se reproduz na forma urbana imaginária. No entanto o modelo necessita de maior trabalho de pesquisa para compreendermos se a cidade de Bissau pode ter um planejamento utilizando esta forma urbana ou precisa revelar outros métodos. Sobre a pesquisa em Bissau também fizemos grande distinção conceitual entre os grandes e pequenos estados africanos. Este artigo tem por finalidade apresentar uma introdução histórica a Guiné Bissau, a cidade de Bissau e as questões urbanas do bairro do Mindara

e do mercado de Bandim.

2 GUINE - BISSAU: NOTA INTRODUTÓRIA SOBRE GEOGRAFIA E HISTÓRIA

Para história do Brasil a Guine Bissau possui uma importância significativa devido à imigração forçada de população africana que parte desta região. Fatos são importantes como o nome do estado do Maranhão ser uma denominação de origem Bijago, uma das etnias importantes do país. Pano da costa falados nos terreiros brasileiro são panos vindos da costa da Guine, ou feitos com padrões e técnicas desta região. Plantas como a guine, arroz, algumas bananas e mangas são originários da Guine Bissau. O arroz de “cucha” feito no Maranhão com vinagreira é feito no Senegal, vizinho a Guine Bissau com mesmo nome e receita e também feito no interior da Guine com outro nome (CUNHA JUNIOR, 2015. notas de pesquisas).

A história da Guine Bissau é muito interessante, pois embora as invasões dos portugueses começam em 1440, estas dominam pequenas regiões da costa e não conseguem invasões importantes até 1885, data do tratado de Berlin. Portugal enfrentou durante séculos uma resistência muito grande à colonização portuguesa pelo reino de Kabú. Este reino é desestabilizado em pelos povos Fulas em 1867, o que facilitou a tomada da região pelos portugueses (MONTEIRO, 2013). Depois do tratado os portugueses intensificaram a invasão da região, o que encontrou sucesso apenas em 1925. Depois do tratado de Berlin é lançado um processo de guerra de ocupação conhecido na história como campanhas de pacificação. A denominada colonização da Guine Bissau ocorre apenas no



século 20 e não se conclui, sendo na atualidade apenas 10% da população fala a língua portuguesa. Como pudemos observar quando da pesquisa de campo nestes pais mesmo o Wolof e o Frances, línguas do Senegal, são mais compreendida que o português pela população da Guine. A população da Guine Bissau, seguindo a regra para a maioria das nações africanas, é rural, de grande ruralidade nas atividades econômicas e sociais. Apenas 30% da população vive em cidades.

O mapa da figura 1 mostra a localização geográfica da Guine Bissau e suas fronteiras como o Senegal ao norte, Guiné-Conakry ao sul, e com o oceano atlântico a oeste.



Figura 1- Localização geográfica da Guine Bissau

A Guine Bissau compreende um pequeno território de 36.125 km², sendo uma parte insular do magnífico Arquipélago dos Bijagós e parte continental 34.500 km². O arquipélago é composto por 80 ilhas ligadas por navegação tropical densa,

sendo separada do continente sistemas de canais. Trata-se de uma região de grande potencial pesqueiro e turístico, sendo estas duas características motivos de conflito entre os interesses da etnia Bijago e o Estado Nacional.

A história da Guiné-Bissau é parte da história dos reinos mandingas. Entre os séculos 12 e 16 existiu o poderoso estado do Mali, com capital na cidade de Niani, cuja extensão está representada no mapa da figura 2. A figura 3 apresenta a fotografia de um exemplar de livro do império do Mali. No século 16 o Império do Mali sofre uma desintegração dando origem a número de Estados autônomos no oeste africano. O reino Kaabú se instala na região da Guiné Bissau com a capital na cidade de Kansala. O território da Guiné e dos estados vizinhos ficou sob a jurisdição de um conjunto de famílias reputadas da região e que partilharam o poder e cuja transmissão de todos os poderes fazia-se segundo tradições matrilineares o que permanece em várias etnias da região (LOPES, 1982, p.20). O mapa da figura 4 representa a configuração de estados depois da desintegração do Império do Mali.

Parte da atual Guiné -Bissau forma o reino de Gabú. O reino de Gabú , Kaabu , Ngabou ou N'Gabu, diversas denominações encontradas, era um Estado mandinga e ocupou as terras do que é hoje a Guiné-Bissau e Senegal entre 1537 e 1867.



Figura 2 - Configuração geografia do império do Mali entre os séculos 12 e 16

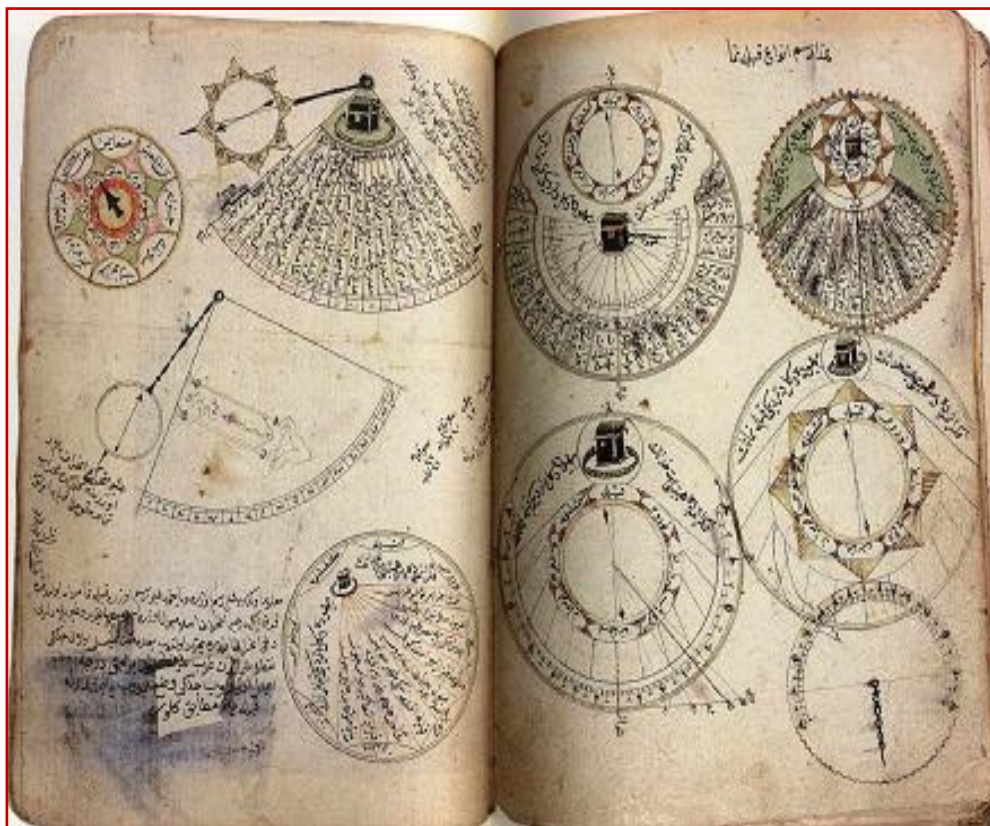


Figura 3- Livros científicos da biblioteca de Timbuktu no Imperio do Mali

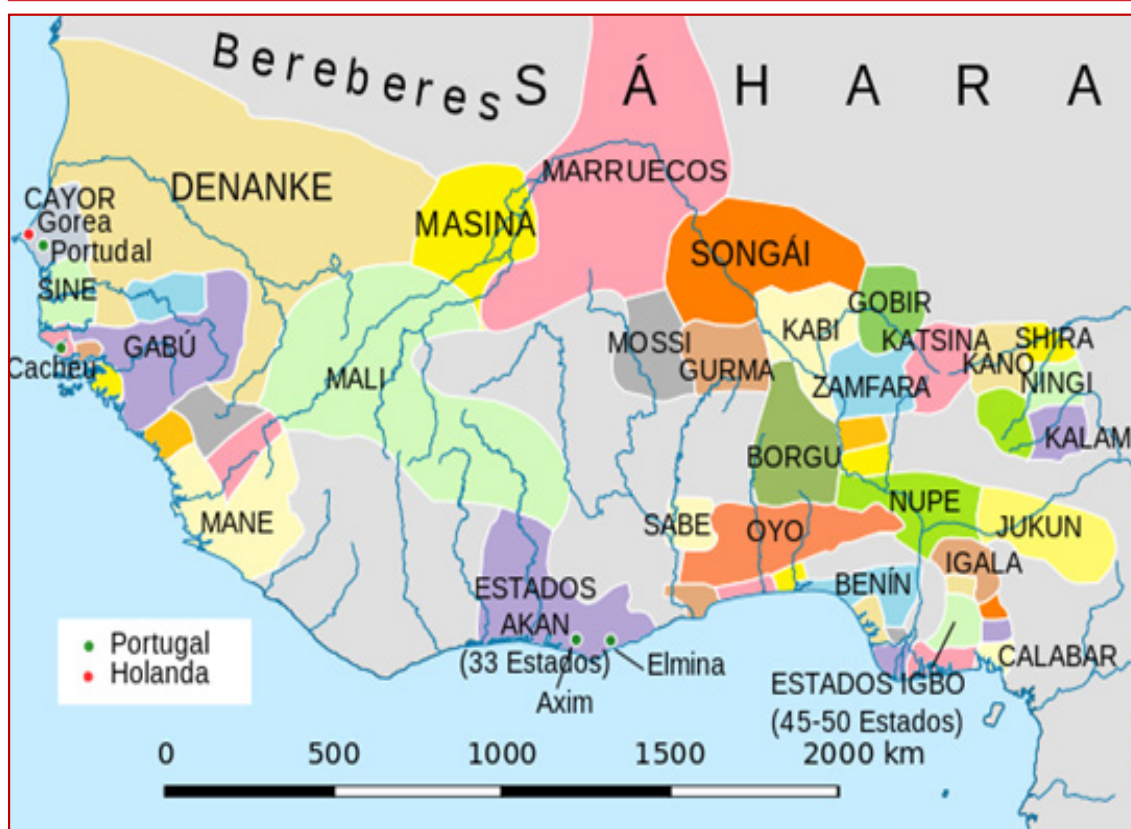


Figura 4 – Mapa dos povos da Região Africana Ocidental após o Império do Mali. Fonte: Map of West Africa, AD 1625. (Partially based on Atlas of World History (2007) - Early modern Africa, map

O estado de Kaabú ou Gabu, foi um reino que surgiu em 1250, ficou incorporado ao Império do Mali, sendo um elemento geopolítico fundamental para entendermos as relações políticas entre povos da Guiné Bissau, Casamansa e Gambia pois as relações políticas destes tempo passado permanecem até hoje e explicam algumas quedas e ascensões de poder nos diversos estados da região. Foi um reino que desenvolveu uma independência com relação os portugueses que edificaram quatro fortalezas no litoral para impor o comércio e sustentar o tráfico de seres humanos para o escravismo criminoso nas Américas. No entanto tendo cooperado com estes e mesmo nos negócios infames.

Os povo mandinga manteve o domínio político do



território da Guiné Bissau, Casamansa e Gâmbia desde o fim da Idade Média até ao século 19, quando perderam a guerra para os fulas do Futa-Jalon, povos vindo da região que faz fronteira entre o país de Ansumane Mané e a República da Guiné (Conacri). No século 19 o reino de Gabu não resistiu às pressões externas originárias das potências europeias invasoras -colonizadoras (franceses, britânicos e portugueses) e combinadas com às rivalidades políticas internas do continente africano e que resultaram numa crise política terminando em guerra. As complicações com os Fulas foram de ordem religiosas pois estes se converteram Islã, tendo fatores econômicos de controle do comércio de tecidos, que foi um produto importante para a produção e o comércio da região nos séculos 17 e 18. Na atualidade os panos na Guiné Bissau são ainda símbolos de poder e possuem grande importância simbólica estando presentes em todas as cerimônias sociais. Em 2014, na posse de José Mário Vaz como Presidente da Guiné-Bissau, este caminhou frente a coteja que estendia diversos panos e por fim foi coberto por pano que representava a confiança que o povo depositava em seu governo. Em 1867, na luta contra os países não muçulmanos da região, o reino Futa Tooro atacou o reino de Gabu na guerra de Kansala. O exército islâmico cercou a capital Kansala por 11 dias, terminando por invadir a cidade e a destruindo com fogo.

Entre 1884 e 1885, como a conferência das potências europeias em Berlim, se concluiu a invasão da África Continental, designando para Portugal a autoridade territorial sobre os estados de Guiné, Cabo Verde, Angola, São Tomé e Príncipe e Moçambique. (LOPES,1982). Quando as fronteiras da Guiné portuguesa foram definidas, em 1886, era necessário ocupar

e controlar o território. Para proceder à ocupação da Guiné Bissau Portugal desenvolveu fortíssima campanha militar, ironicamente denominada como campanha de pacificação. Os portugueses não conseguiram ocupar certas regiões como o Arquipélago dos Bijagós. Nesta guerra travada com os meios econômicos e militares desproporcionais se distingue Infali Sonco, chefe de etnia Beafada. A ocupação portuguesa se consolida entre 1913 e 1915 através de grandes massacres da população (LOPES, 1978:21). Somente em 1927 é concluída a máquina de exploração na Guiné Bissau pela instalação do grupo português CUF (Companhia União Fabril) com o monopólio do comércio externo da região (LOPES, 1982).

A independência da Guiné Bissau ocorrem em 1974 depois de um período de quase duas décadas de intensa guerra. Com a independências instala-se um governo marxista de partido único de orientação pelo PAIGC - Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde. Em 1980, o governo marxista foi deposto através de um golpe de estado militar conduzido por João Bernardo “Nino” Vieira, que assumiu a liderança do PAIGC e instituiu um regime ditatorial. Em 1998 há novo golpe de estado e o país mergulha em sangrenta guerra civil. Os períodos curtos de democracia se sucedem aos períodos de violências e instabilidades até os dias atuais (COUTO / EMBALÓ, 2010).

3 BISSAU A CAPITAL DA REPUBLICA DE GUINE BISSAU

Traçar a história da localidade denominada como



Bissau é difícil que devido que existem histórias conflitantes. As histórias das etnias guineenses de Bissau, que narram a história com os ajustes dos interesses desta, a história de lusos-africanos, que são africanos urbanos letrados instalados na administração portuguesa e são na maioria provenientes de Cabo Verde e de Portugal, e as histórias dos portugueses, que procuram sempre legitimar as invasões sob o título de colonização. Os significados que os regulas davam ou lugar somente muda depois de 1950 com a intensificação da dominação portuguesa. Tem passado despercebido e pouco tratado pelos pesquisadores o fato que até 1936 os portugueses tinham que pagar uma taxa (daxa) ao régulo de Bissau (COUTO/ EMBALÓ, 2010). O que indica que até este período a administração do espaço urbano de Bissau, com diversos aglomerados populacionais era Guineense, em acordo como os portugueses, que somavam em torno de 2000 pessoas e viviam numa espécie de vila fortificada. Do século 17 ao início do século 20 a organizações administrativas na Guiné eram as praças, denominação das povoações fortificadas e armadas e os presídios, lugares de pequena população, construções de cadeias em pedra e escassos meios defensivos. Durante quase todo este período histórico predominam apenas duas praças, Cachéu e Bissau. Para termos mais um elemento da complexidade local devermos notar que entre 1920 e 1940, mais da metade dos funcionários públicos portugueses eram originários de Cabo Verde. Uma das causas desta presença de Caboverdianos foi a que as secas em Cabo Verde (1863-1866) provocam uma imigração para a Guiné, para a região ao longo do rio Farim, destinadas à produção da cana de açúcar para o fabrico de aguardente e de açúcar. Essa população

caboverdiana, isolada nas plantações afastadas dos centros populacionais vai viver à margem da comunidade europeia instalada na Guiné, no entanto o fracasso da produção por disputas comerciais com os portugueses produz uma segunda imigração para as áreas urbanas de Bissau.

Os espaços urbanos de ocupação se definem com forte resistência dos grupos étnicos costeiros, Papéis e Balantas, a ocupação portuguesa e tendo grande cooperação dos Fulas.

Bissau é consequência de três fases de invenção da cidade. A primeira de contornos determinado pelos regulas da região. Nesta fase o solo urbano é de uso coletivo, existe a vila africana tradicional e dois regulas importantes de Bandim e de Intim. Os regulas distribuem as áreas de ocupação em relação às necessidades de moradias e de atividades profissionais e comerciais. Eles também dão origem aos mercados locais de Bandim e de Intim. Na área de Bissau podemos encontrar no passado repartida em domínios territoriais de grupos étnicos e organizado em nove aglomerações urbanas de baixa densidade populacional com os seguintes nomes Gambeafada, Alto do Crim, Bairro de Santa Luzia, Mindara, Pefiné, Calequir, Reino, Cupelon e Pelon. Em 1962, segundo um censo do governo Português de ocupação da Guiné Bissau, nestas áreas moram a cerca de 9000 pessoas e divididos nas seguintes grupos étnicos: Balantas 803, Beafadas 388, Bijagós 127, Brames ou Mancanha 528, Cassangas 11, Cunantes 34, Felupes 14, Fulas (Futa, Toro, Forro-107, Preto- 223) 282, Jacancas 28, Jalofos 53, Mandingas 993, Manjacos 1.255, Papéis 1.969, Saracolés 91, Sossos 99 e Suruás 11. (fonte do censo português).

Neste período de 1962 a cidade de Bissau tinha os



contornos da maioria das cidades africanas resultantes da invasões europeias, as áreas de população Guineense obedecendo as administração do regulas, denominada pelo governo português com as áreas dos nativos, e as áreas de ocupação europeias, edifícios da administração, casas dos funcionários, áreas militares, hospital, escolas e setor de serviços de comercio europeu (OLIVEIRA, 1962). Em função das pressões das populações africanas pelas liberdades democráticas, sindicalismo e independência política é que o governo português decide por um plano de urbanização e integração das populações guineenses e portuguesas para a cidade de Bissau. Bissau foi considerada um caso particular visto como muito especial de urbanismo do português de ultramar, “onde o problema da sociologia urbana é mais importante do que qualquer realização material isolada”. Foi produzido e implantado um plano urbano deveria resultar na assimilação dos nativos de grupos mais evoluídos, o seja os de fala e costumes portugueses ou casados com portuguesas. O projeto urbano para Bissau denominado como “Plano de Urbanização dos Bairros Populares de Bissau” resultou de um estudo técnico dado atenção as características topográficas e climáticas, evitando a execução de grandes despesas com na drenagem e ainda dificuldades no estabelecimento dos elementos da infra-estrutura ou das fundações das construções. A meta do plano de Bissau era a da realojamento progressivo da população e a da criação de áreas organizadas em bairros.

Entre 1962 e 1974 o crescimento de Bissau é acelerado pela intensificação dos negócios comerciais de Portugal e pela guerra de libertação nacional. As áreas portuárias

e aeroportuária são bastante ampliadas. As populações egressas das áreas de conflito migram para a cidade a procura de proteção da paz urbana e os efetivos de tropas militares portuguesas cresce exponencialmente. Existe uma forte expansão urbana de Bissau e a ampliação do bairro de Mindara.

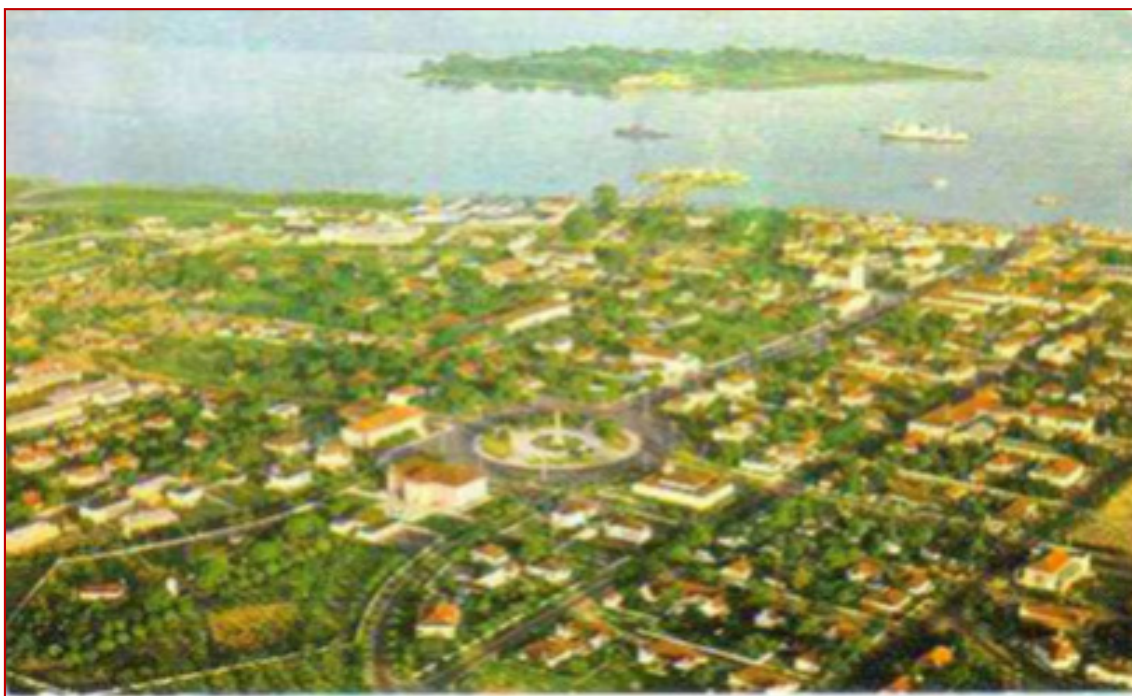


Figura 5: Foto da urbanização da área central de Bissau em 1967

Depois de 1974 as mudanças urbanas são consideradas grandes quanto aos edifícios públicos todos construídos com as cooperações internacionais e isolados da cultura e das condições ambientais (SILVA, 2015). A luta política do governo marxista é da redução da importância dos grupos étnicos, e da procura de forjar e formar uma nova nação (PINTO, 2009). Mesmo depois dos governos marxistas o espírito modernizante dos símbolos públicos edificadas segue a mesma regra. As figuras seguintes ilustram estes aspectos. Na figura 6 apresentamos um foto do Bairro de Mindara. Na figura7 vemos o registro dos efeitos da

guerra. As marcas são visíveis ainda nos bairros que sofreram bombardeios. As figuras 8 e 9 apresentam os aspectos do moderno urbanismo do estado.



Figura 6: Aspecto de uma das ruas de Mindara



Figura 7: Memória urbana da guerra civil de 1998



Figura 8: Edifício da Assembleia Nacional



Figura 9: Edifício do Banco Nacional da Guine Bissau. Todo climatizado e com fortes problemas de temperatura ambiente devido a escassez de energia

4 MERCADO DE BANDIN E O BAIRRO PEPEL DE MINDARA

Mindara é um dos 46 bairros de Bissau, um dos mais populosos, com uma população estimada de 60 mil habitantes. A cerca de 1/10 da população da capital vive e trabalha neste bairro. A população infantil do bairro é alta contabilizada em 20% e apresentando um perfil de alta mortalidade infantil, de 200 a 250/1000 nascidos vivo como nos indica Cutts (1998). Os bairros encontram-se divididos em sete a oito zonas geográficas, para facilitar os estudos, e as suas casas são numeradas facilitando a sua localização e estudos quanto a propriedade e situação de vida dos habitantes. O governo da República de Guiné-Bissau (1998) informa que as habitações na maioria dos bairros são construções tradicionais em terra crua, como modificação de piso de cimento e cobertura em zinco ou capim. Na pesquisa recém realização no Bairro de Mindara (DJONÚ, 2017), mostra que as casas de um modo geral abrigam muitas pessoas e possuem muitos animais domésticos como porcos, galinha, gato e cachorros. Tem deficiência de água encanada, esgoto sanitário e coleta de resíduos sólidos. O bairro sofre uma explosão da migração urbana apresenta a alta densidade de população. Trata-se um bairro com grande desemprego formal e com a maior parte dos comerciantes sendo mulheres que sustentam uma grande família de 6 a 10 pessoas. Também é um bairro de população das varias etnias, de muitos imigrantes, indianos, árabes e mulçumanos dos países vizinhos.

Pelos depoimentos orais podemos saber que o primeiro

povoamento do bairro é da população Pepel, sendo as áreas de urbanização eram determinadas pelo regula, com o solo urbano sendo de propriedade comunitária. Depois da década de 1940 existe a interferência do governo português no Bairro. Apesar de constar em suas origens registros de pequenos povoados da etnia Pepel, a colonização portuguesa aproveitou esta localização geográfica e de ligação territorial entre reinos vizinhos, que do ponto de vista dos modelos de povoamento colonial corresponde ao típico padrão de desenvolvimento urbano junto a uma área portuária. A partir do qual se estenderam as infraestruturas de transporte para o interior, como forma de permitir o escoamento de recursos – minerais e agrícolas (DJATA, 2015) e produzir a instalação de efetivos militares. No bairro de Mindará, o regula da étnica Pepel foi quem tinha importância e representatividade para a população. A localidade era denominada como Intim Krim . Sendo de localização é estratégica entre o porto de Bissau e a estrada de acesso ao interior do país. Onde se situava os lugares sagrados de veneração da etnia Pepel, onde ao mesmo tempo se realizavam o comércio dos bens produzidos nas regiões vizinhas. Dizem os depoimentos orais que a localidade respondia apenas os interesses comerciais do regula Pepel até 1940. O comércio era realizado em relação comercial como outros pequenos reinos étnicos da região. Destes fatos que nasce a formação do mercado local. O bairro do Mindara surge deste comércio e da administração do regula Pepel.



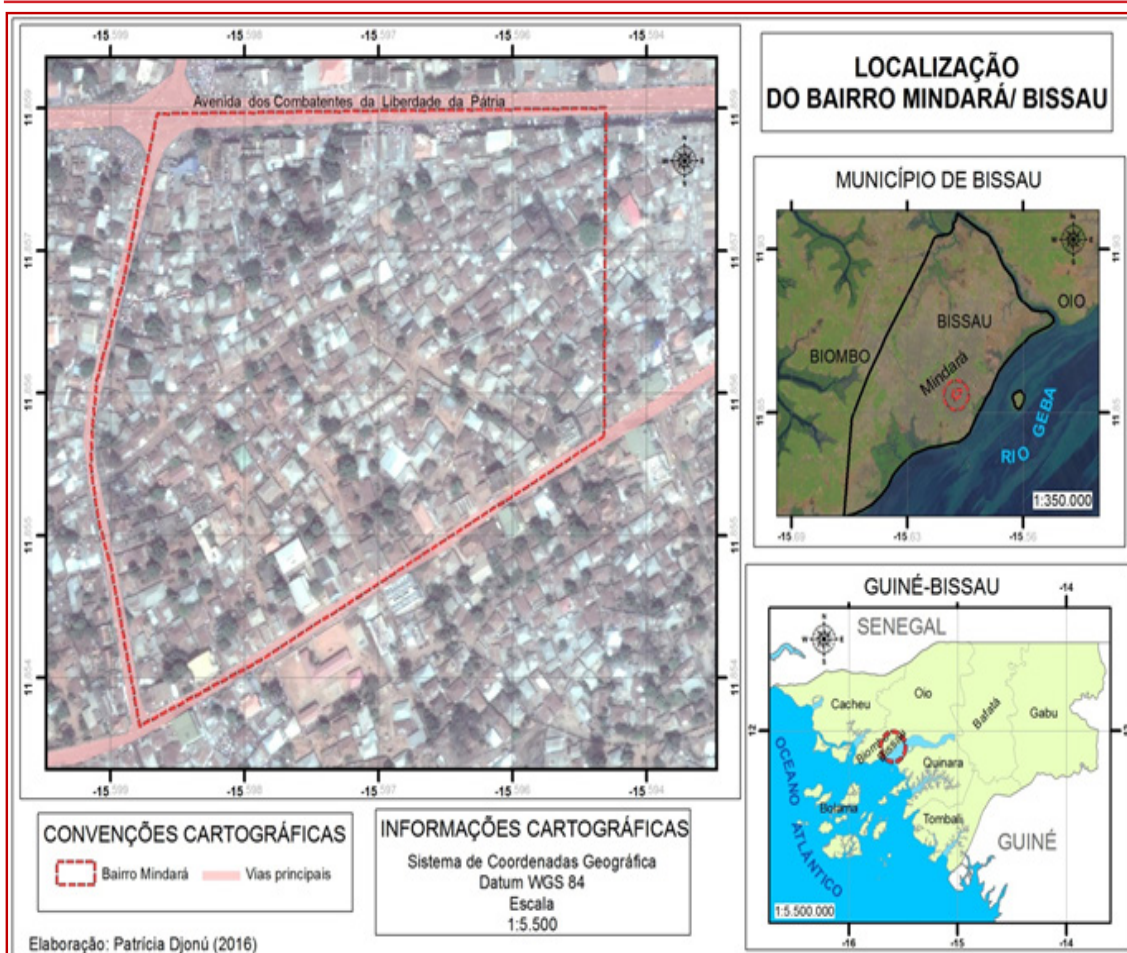


Figura 10: Localização do Bairro de Mindara.

Helena Gouveia em um artigo de jornal define o Mercado de Bandim como (GOUVEIA, 2012):

“Mercado do Bandim (P8) Na Mãe de Água, começa o maior mercado de rua da Guiné-Bissau, o Mercado de Bandim. Este mercado, que remonta a 1960, ocupa lojas e armazéns de um lado e do outro da Avenida e cada centímetro de chão é usado por vendedores de tudo o que se possa imaginar: frutas, legumes, eletrodomésticos, medicamentos, roupas, panaria tradicional, sapatos, drogaria, ferramentas, marroquinaria, carne, peixe, cereais, enfim, o que procura, encontrará com certeza no mercado do Bandim”.

Podemos afirmar que metade do comércio de produtos de consumo da cidade de Bissau se concentra em no mercado de Bamdim, sendo a principal fonte de emprego da cidade. O

mercado é condenado e criticado pelas autoridades e analistas das diversas áreas do conhecimento por ser fonte de trabalho informal e ser uma de baixos salários e rendimentos da população. Do ponto de vista sanitário e de saúde pública o mercado é fonte de doenças tropicas, particularmente do cólera (COSTA, 2014), (DJONU, 2017), sendo considerado uma área de alta insalubridade ambiental.

Na década de 1990 a Guine Bissau passa por um período de ajustes econômicos e entra para o mercado da moeda regional o franco CFA (ALVESSON; ZEJAN, 1991). O ajuste econômico tem grande efeito sobre a população que se torna mais pobre, no mercado de Bandim cresce explosivamente o numero de ambulantes e de pequenos negócios informais. Sendo aparece no mercado a figura do comerciante de alto poder aquisitivo provenientes dos países vizinhos, em sua maioria vindos da Guine Conacri. Existe uma forte desnacionalização do comercio do mercado de Bandim indo para as mãos de estrangeiros (GALLI; FUNK, 1994).

Do ponto de vista urbanístico o mercado passa por constantes reformas e desocupações e transferências de comerciantes para outras áreas da cidade (BADUCARAN, 2010). Reformas sempre com grandes tensões entre comerciantes e autoridades municipais e do governo da Guine Bissau. Todas ações que redundam e fracasso voltando ao quase estado inicial.

As fotografias das figuras 11, 12, 13, e 14 são cenas do mercado de Badin registradas nos dia 28 de setembro de 2017, pela pesquisadora Patrícia Djonu. Neste dia o mercado apresentava movimento de pessoas reduzido com relação ao habitual em razão do governo ter determinado a mudança de parte dos vendedores. A figura 12 é do marco oficial de onde se



localiza o mercado. A figura 13 é da parte interna onde vemos vendedoras islâmicas. Figura 14 um menino vendedor de pão no mercado de Bandim. Figura 15 uma mulher no mercado de Bandim.



Figura 11: Placa municipal indicando a localização do mercado de Bandim



Figura 12: Cena interna ao mercado de Bandim



Figura 14. Vendedor pequeno comerciante do mercado de Bandim



Figura 15: Mulher no mercado de Bandim

5 FIM DE FEIRA DE BANDIM SEM FIM DAS DISCUSSÕES CONCEITUAIS

O denominado mercado de Bandim, em parte se constitui como mercado, dentro de construções em parte como feira através das calçadas e dos espaços livres em torno do mercado. A rua virou mercado.

A feira de Bandim, o mercado de Bandim apresenta diversos problemas na atualidade para as populações e para as autoridades locais, para racionalidade do estado da Guiné Bissau e sofre de diversas incursões do estado no sentido de normaliza-la organiza-la. Em todos os documentos oficiais o mercado se inscreve na informal, nas formas de economia informal, do trabalho informal e da urbanização informal. Os meios do desenvolvimento e da solução urbana estão na relação do visto como formal como informal. O problema para o estado é da produção de empregos formais, da formalização dos negócios e da legalização urbana para recolhimento de impostos. Os problemas são discutidos como os da ruralidade e da urbanidade, como a oposição entre o tradicional e o moderno, entre a africanidade e europeização.

A feira se configura por outro lado como uma síntese da história especial do lugar. Da etnia Pepel de origem da relação dela com as demais e com o estado atual. São populações Guineenses seculares se reorganizando e de certa forma se contrapondo a forma do estado de pensar a organização especial e populacional. Sempre é esquecida a história nos atos administrativos recentes.

Observamos que a variedade de produtos apresentados

na feira mostra diversas escalas de integração, local, regional e internacional. Comerciantes de todas as nacionalidades e de todos os poderes aquisitivos, das mais diversas mercadorias estão presentes na feira e se organizam sem grandes conflitos para produção da vida de uma parcela significativa da população. Quase a metade a economia de consumo da cidade de Bissau se articula na formação da feira. Dentro da informalidade existe um grande dinamismo econômico. As tentativas de mudanças do Mercado de Bandim pelos dos órgãos municipais e do governo central sofrem forte rejeição, alteram a organização dada por conceitos da população sobre o espaço econômico mercantil urbano da feira em relação aos conceitos de urbanistas e economistas formados nas universidades modernas. As mudanças são realizadas não resolvem os problemas e depois de um tempo a forma urbana precedente é retomada. .

Durante as pesquisas concluímos que as mulheres do mercado conhecem a estrutura do local, o mercado como um todo e sabem de tudo, dizem onde encontramos tudo, retêm informações que o estado não tem. Os novos comerciantes ricos da feira são todos homens e estrangeiros. Outras explicações que não apenas do informal deveríamos estar articulando para compreender o mercado de Bandim e a sua organização.

No entanto uma conclusão é possível e óbvia, a feira organiza o espaço urbano do bairro e o territorial, ela é peça fundamental para entendimento das relações sociais especializadas da localidade. No nosso entender também a realidade do Mercado de Bandim se configura segundo o nosso modelo de a urbanização das sociedades africanas, ou seja, pode ser explicada a partir da vila africana de gênese e das relações



empreendidas nos mercados.

A intervenção do estado procurando urbanizar nos moldes da organização dos métodos urbanos, da lógica dos retângulos delimitados e do espaço legalizado esta produzindo a dissolução deste mercado. O enfoque urbanístico dos modelos europeus formais entra em constante choque com o informal, as briga de poderes e de concepções, tem o respaldo das teorias urbanas para produção das mudanças e das interferências do estado. Existe e persiste a necessidade de modelos urbanos africanos para propor soluções africanas a estes conflitos.

REFERENCIAS

ACIOLY, Claudio, C. (1993). **Planejamento urbano, habitação e autoconstrução: experiências com urbanização de bairros na Guiné-Bissau**. Delft, TUD, 189 p.

AGUIAR, R., MONTEIRO, H., DUARTE, A. (coord.) (2001). **Bandim: subsídio para uma política de apoio ao pequeno negócio**. Bissau, INEP, 136 p.

AUGEL, Moema Parente. (2007). **O desafio do escombro: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura**. Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda. 2007. PP 51-55.

ALVESSON, Magnus e ZEJAN, Mario, **“Guiné-Bissau: o impacto do Programa de Ajustamento Estrutural sobre o bem estar dos pequenos proprietários rurais”**. Soronda-Revista de Estudos Guineenses. N.11, Bissau, Janeiro 1991, pp.81-104.

BADUCARAN, Domingos Augusto da Silva. (2010). **Urbanização na Guiné-Bissau: Morfologia e Estrutura Urbana da sua Capital**. Lisboa. Tese de doutoramento. Faculdade de Arquitectura, Urbanismo, Geografia e Artes da Universidade Lusófona de Humanidades e

Tecnologias. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. http://www.urbanismo-portugal.net/files/upload/Dissertacoes/baducaran_silva.pdf.

BWOCK, Mahyona Fernandes. (2016). **CRISE POLÍTICA NA GUINÉ-BISSAU 1998 -2012**. TCC de Ciência Política pelo Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília. 2016.

CAHEN, Michel, “Mozambique. **Historie géopolitique d’un pays sans nation**”, *Lusotopie*, (Paris, Karthala), 1, 1994, pp. 213-266.

CAHEN, Michel, “**État et pouvoir populaire au Mozambique**”, *Politique Africaine* (Paris, Karthala), 19, 1985, pp. 36-60.

COSTA, Simões da (2014) - **Saúde em risco no contexto da insalubridade ambiental, caso da cólera no mercado de Bandim (Bissáu) Guiné-Bissau [Em linha]**. Lisboa: ISCTE-IUL, 2014. Dissertação de mestrado. [Consult. Dia Mês Ano] Disponível em [www:<http://hdl.handle.net/10071/9171>](http://hdl.handle.net/10071/9171).

COUTO, Hildo Honório do; EMBALÓ, Filomena. (2010). **Literatura, língua e cultura na Guiné-Bissau: um país da CPLP**. PAPIA:Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares Número 20, 2010. Brasília: Thesaurus Editora. 2010. ISSN 0103-9415.

COULON, Christian, “**Les dynamiques de l’ethnicité en Afrique noire**”, Pierre BIRNBAUM (dir.), *Sociologie des nationalismes*, Paris, PUF, coll. “Sociologies”, 1997, pp. 109-119.

CUNHA JUNIOR, Henrique. (2015). **Africanidade e Afrodescendência. Notas de aula da disciplina de pós-graduação**. Fortaleza-CE. 2015.

CUNHA JUNIOR, Henrique. (2016). **Urbanismo africano: conceitos**. Nota interna. Universidade Federal do Ceara. 2016.



-
- DIOP, Cheikh Anta (1954). **Nations nègres et Culture** Diop. Paris: Presence Africaine.
- EMBALÓ, Filomena, “**Os desafios do Programa de Ajustamento Estrutural**”. Soronda-Revista de Estudos Guineenses. N.16, Bissau, Julho 1993, pp.51-72.
- GALLI, Rosemary e FUNK, Ursula, “**O ajustamento estrutural e género na Guiné-Bissau**”. Revista Internacional de Estudos Africanos. N.16-17, Bissau, 1994, pp.235-254
- LOPES, Carlos. (). **Kaabunké Espaço, território e poder na Guiné-Bissau, Gâmbia e Casamance pré-coloniais**. Lisboa: Editor: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- MAHIEU, François-Régis.(1989). **Principes économiques et sociétés africaines**. In: Tiers-Monde, tome 30, n°120, 1989. pp. 725-753.
- MENDY, F. (2006). **La Ville de Bissau: Amenagement et Gestion Urbaine**. Universite Cheikh Anta Diop de Dakar, Faculté des Letres et Sciences Humaines, Département de Géographie, Thèse de Doctorat, sous la direction du Professeur Cheikh Ba. 322 p.
- MILANDO, João. 2005. **Cooperação sem Desenvolvimento**. 1ª ed. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais. p 149.
- MONTEIRO, Artemisa Odila Candé. (2013). **Guiné-Bissau: da luta armada à construção do estado nacional - conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994)**. Salvador: Doutoramento em Ciências Sociais. UFBA.
- OLIVEIRA, Mario (1962). **Urbanismo do Ultramar**. Lisboa: publicação da Agência Geral do Ultramar, Lisboa 1962.
- PINTO, Paula. (2009). **TRADIÇÃO E MODERNIDADE NA GUINÉ-BISSAU: UMA PERSPECTIVA INTERPRETATIVA DO SUBDESENVOLVIMENTO. DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE**

MESTRE EM ESTUDOS AFRICANOS PELO CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO. 2009.

SANTOS, Fernandes (2001). **Bandim: subsídios para uma política de apoio ao pequeno negócio.** Lala Kema. INEP. Bissau, 2001.

SILVA, Carlos Nunes. (2015). **Urban Planning in Lusophone African Countries.** New York. Routledge.



CAPÍTULO 7

CIDADES NEGRAS – PETRÓPOLIS IMPERIAL

Renata Aquino

Henrique Cunha Júnior

1 INTRODUÇÃO

Bairros negros, cidades negras é um título emblemático propositor de que a gênese da maioria de bairros e cidades no Brasil são núcleos de populações negras (CUNHA JUNIOR, 2015). As especificidades históricas brasileiras ocorridas durante a colônia e o império levaram à constituição de uma população trabalhadora de larga maioria africana e afrodescendente em todas as regiões do país. Trabalho, especializado ou não, rural ou urbano, ficou para a história como sinônimo de trabalho escravizado, pensado como trabalho de negro e, uma vez assim definido, passou a ser compreendido com um trabalho desprovido de quaisquer técnicas e ciências.

Assim como a distorção do significado de trabalho na colônia e no império, a independência do país sem a abolição do escravismo criminoso é outra especificidade histórica brasileira que fez herdeiros de problemas estruturais focados nas populações negras. Os problemas urbanos, as desigualdades sociais tiveram, e têm ainda, maiores incidências sobre as



populações negras, o que também produziu a constante migração de populações negras para os territórios de fronteiras do desenvolvimento econômico. Durante a vigência do sistema de produção escravista e mesmo depois dele, a fuga de grupos de africanos e afrodescendentes das regiões de trabalho produziu um imenso movimento de quilombos e mocambos que se tornou responsável pelo povoamento inicial de diversas regiões do país. Um exemplo é a região do Ceará grande que comportava os atuais estados do Maranhão, Piauí e Ceará, onde as primeiras notícias de povoados referem-se à presença de núcleos negros fugidos das fazendas das regiões do açúcar no litoral pernambucano (RIBEIRO, 1995).

As cidades do interior nascem de assentamentos, pousos e avançam como arrabaldes, núcleos populacionais, distritos; terminam em vilas, estas fundadas ao longo dos caminhos, das estradas, nos pontos de cruzamento dos rios, nas subidas das serras, nos locais de entrepostos comerciais, constituindo parte da ocupação do território. O espaço geográfico se desenvolveu, produzindo um território habitado por populações anônimas nas inscrições produzidas e depois surgem as ocupações oficiais. Nestes territórios é que foi ao longo de toda história do Brasil marcante a concentração de populações negras. Neste artigo, tomamos como base a proposição do intelectual baiano Manoel Querino (QUERINO, 1980) na qual a figura do africano é definida como colonizador do Brasil.

O império no Brasil é marcado pela sociedade agrária, latifundiária e escravista. Na Europa, se desenvolveram as sociedades industriais e as teorias do racismo antinegro (ODALIA, 1977). Todos os problemas relacionados como atraso econômico e das questões urbanas recebem um denominador

comum como fonte: presença de uma maioria de população negra e mestiça. Problema que nas áreas de saúde e do direito ganham predominância na ciência brasileira na ideia de mal da raça (SCHWARTZ, 1993). Problema que é atacado, contestado de forma pioneira pelo médico e pesquisador Juliano Moreira (PEIXOTO, 2000) que em sua tese de doutoramento declara que todos os males de saúde mental das populações negras da Bahia não tinham nada de particular relativo à raça ou aos trópicos e era resultado das condições sociais que estas populações eram submetidas. No entanto, a ideologia do mal da raça ou da inferioridade da cultura negra permanece praticamente intocável durante toda primeira metade do século XX.

Face às ideologias racistas que se formaram no final do século XVIII e se consolidaram no XIX, a imigração europeia tornou-se desde o império, como veremos adiante, uma ideologia do Estado brasileiro. No caso de Petrópolis, os alemães foram escolhidos como os colonizadores ideais, dando um argumento frágil para a lenda de uma cidade fundada por uma migração e colonização alemã. A história oficial torna invisíveis as populações negras que produziram o território na região da cidade. Este artigo discute esta invisibilidade das populações negras na cidade e demonstra que durante o império a cidade e a região foram um lugar de maioria africana e afrodescendente. Contraposta à história oficial sobre Petrópolis, que cristaliza a ideologia de sede imperial e de colonização alemã.

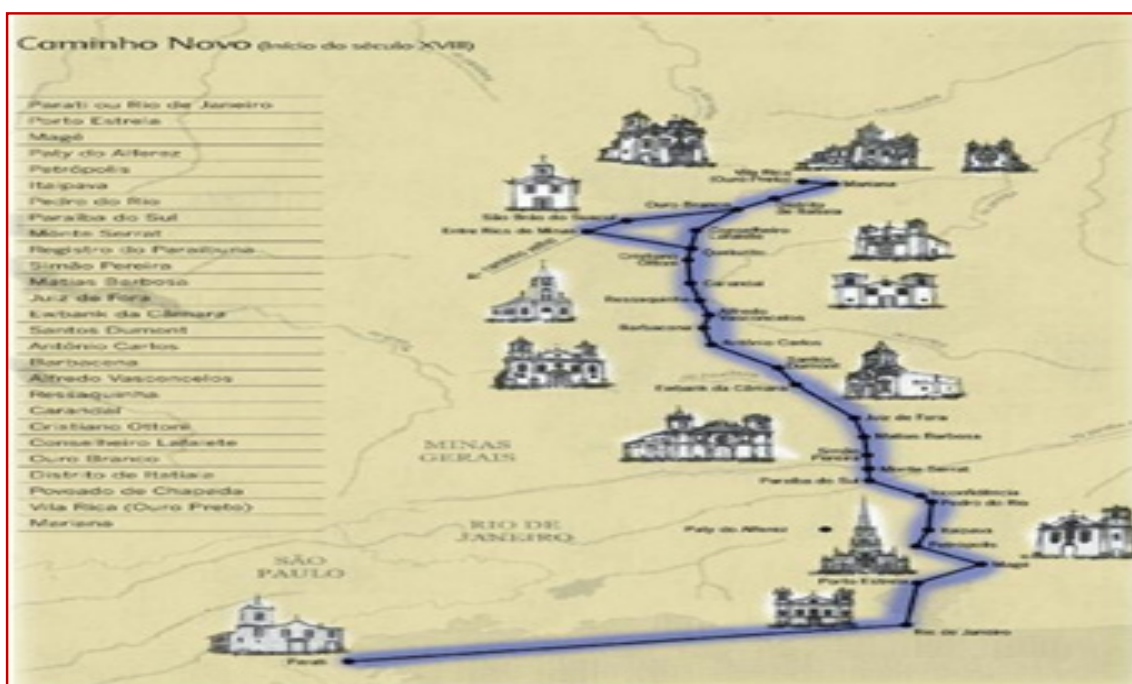
2 PETRÓPOLIS, UM TERRITÓRIO DE AFRICANOS E AFRODESCENDENTES

Petrópolis é um município do estado do Rio de Janeiro,



localizado no topo da Serra da Estrela que pertence ao conjunto montanhoso da Serra dos Órgãos, região da Serra do Mar. Território que, segundo Antônio Eugênio Taulois¹, era praticamente desconhecida pelos colonizadores portugueses nos primeiros 200 anos de colonização, salvo por alguma expedição exploratória para tomar posse de sesmarias. Isso ocorria por causa do enorme paredão montanhoso de mais de 1000 m de altura que tinha que ser vencido para se chegar até lá. Além disso havia, também, a presença dos bravios índios Coroados que habitavam serra acima.

A abertura do “Caminho Novo” foi determinada pela Coroa Portuguesa, em 1698.



Minas”. Fonte: Mauro Kemaliana, Duo Editorial, 2010.

Caminho Novo foi uma necessidade de otimizar a viagem à Minas Gerais, antes feita pelo Caminho Velho, e proteger

¹ Professor Titular de Física na Universidade Católica de Petrópolis - UCP. Estudioso da história de Petrópolis sobre estradas e fazendas coloniais. Membro efetivo das Academias Petropolitanas de Letras e de Educação, do Instituto Histórico de Petrópolis, da diretoria do Museu de Armas Ferreira da Cunha e do Rotary Clube de Petrópolis.

o ouro dos piratas e corsários nas imediações dos portos de Angra dos Reis e Paraty. Ouro encontrado na margem do Rio Funil, em Ouro Preto por um preto bandeirante; bem como a descoberta do diamante “Estrela do Sul” (QUERINO, 1918), que precisava ser transportado com mais segurança e agilidade de Ouro Preto à Baía de Guanabara no Rio de Janeiro.

Caminho Novo foi uma necessidade de otimizar a viagem à Minas Gerais, antes feita pelo Caminho Velho, e proteger o ouro dos piratas e corsários nas imediações dos portos de Angra dos Reis e Paraty. Ouro encontrado na margem do Rio Funil, em Ouro Preto por um preto bandeirante; bem como a descoberta do diamante “Estrela do Sul” (QUERINO, 1918), que precisava ser transportado com mais segurança e agilidade de Ouro Preto à Baía de Guanabara no Rio de Janeiro.

Caminho Novo atravessava a Serra da Estrela e passava pelas fazendas do Córrego Seco (atual Petrópolis). Estrada de 1.400 km que ligava a cidade Ouro Preto, em Minas Gerais, à Corte, no Rio de Janeiro, e atravessava a cidade de Petrópolis. Local por onde passaram diferentes grupos de colonizadores, trabalhadores de diversos ofícios, construtores, garimpeiros, ferreiros, oleiros, carpinteiros, caçadores, lenhadores, escravizados ou não, na maioria africanos e afrodescendentes. A estrada do ouro foi percorrida por tropeiros levando nas suas tropas de mulas e cargas de variados matizes; a economia alimentar de subsistência também circula o abastecimento das cidades por esta estrada. Os diversos fluxos migratórios indicam um conjunto de marcadores de presença africana nas dimensões da ocupação e ordenamento territorial e de desenvolvimento regional. Muito das culturas nativas das regiões atravessadas



pelo Caminho Real precisa ser investigado, pois é por meio delas que os imigrantes europeus atingiram notoriedade histórica, econômica e cultural ao desempenharem o que consideramos um distorcido papel de colonizador, apropriando-se indebitamente dos conhecimentos do meio físico das populações locais para a construção de rotas.

O aperfeiçoamento das viagens às vilas mineradoras foi feito por indígenas e africanos que tiveram seus conhecimentos extorquidos pelos bandeirantes. Sobre os bandeirantes, até generalizados como europeus, faz-se necessário dizer que o sucesso no desbravamento das terras brasileiras se deve à usurpação dos conhecimentos de indígenas e africanos e à parceria com o imigrante árabe. Imigrantes denominados no senso comum como árabes, comerciantes dedicados ao comércio de varejo nas cidades e nas estradas do interior. Os denominados mascates, que são imigrantes da Turquia, de países árabes e de países africanos muçulmanos. Os árabes já conheciam as condições e possibilidades de terras tropicais por conhecer o continente africano desde o século VII (QUERINO, 1918).

Os árabes conheciam o modo de viver do africano nas florestas, nas planícies, nas matas e nas montanhas; conheciam também suas habilidades e conhecimentos de pecuária e agricultura. Os portugueses saídos de uma zona temperada para se estabelecerem em um clima ardente, diverso do da metrópole, seriam incapazes de resistir ao rigor dos trópicos, de desbravar florestas e arrotear as terras sem o concurso de um braço mais afeito à luta nessas regiões esbraseadas e combatidas

pelo impaludismo devastador (QUERINO, 1980,). O árabe era mais instrumentalizado do que o europeu para desbravar terras tropicais e para distinguir quais conhecimentos interessavam para a colonização das terras brasileiras. Os bandeirantes não eram necessariamente europeus e sim descendentes de portugueses, por vezes filhos de degredados, mestiços com índios e negros.

Petrópolis tem sua história marcada por interesses econômicos e políticos desde sua criação. O que foi considerado o principal interesse econômico, está localizado no Caminho do Ouro trazido de Minas Gérias, mas que além do ouro tem uma infinidade de produtos levados nos dois sentidos da região do Rio de Janeiro para a região das Minas Gerais. Os produtos comerciais da agricultura que suprem as cidades, como também dos produtos importados para as diversas atividades econômicas. Produtos como madeiras na mineração, velas de embarcações, corda, instrumentos de ferro para a mineração e agricultura, e produtos de luxo para as classes abastadas.

O que conhecemos por Petrópolis começou a ser mapeado em 1722, foi dividido em fazendas, das fazendas houve o plano de construção da cidade. A mais forte das teses – a do ouro – não explica o povoamento da cidade. As fazendas não são privilégio da região. Fazem parte de um projeto de exploração colonial, depois imperial. Na história das fazendas de Petrópolis, estão os contrapontos de uma fantasiosa narrativa para atrair turista que pode ser resumida em dois epítetos, é a Cidade Imperial e a Cidade do Colono Alemão.

Muito do que consideramos uma narrativa hegemônica



da história da cidade foi encontrada nos arquivos do Instituto Histórico de Petrópolis – IHP, cujo site disponibiliza diversos textos que difundem e corroboram com os dois epítetos da cidade. Joaquim Eloy dos Santos, historiador e associado do referido instituto, em seus estudos sobre a Cidade Imperial, narrou que Petrópolis é resultado dos planos do Imperador D. Pedro I de construir um palácio de verão em uma região de clima ameno para receber seus visitantes europeus fora da cidade do Rio de Janeiro.

D. Pedro I abdicou ao trono e retornou a Portugal antes da construção do seu palácio imperial na serra. Coube a D. Pedro II, ao herdar as terras, executar o projeto de seu pai com a ajuda de seu Mordomo Imperial Paulo Barbosa, assinando o decreto nº 155, de 16 de março de 1843. E somente em 1857, foi elevada à categoria de cidade. Petrópolis foi capital do estado de 1894 até 1902, cuja fama de local ideal para veraneio das famílias abastadas adquirida durante o Império foi reativada durante a República devido ao fato de os presidentes se hospedarem no Palácio Rio Negro, o que tornava a cidade o centro da agitação política do país. Por um decreto federal de 25 de março de 1980, Petrópolis recebeu oficialmente o título de “Cidade Imperial”.

Acreditamos na fusão das teses do caminho do ouro e da construção de um palácio de verão para um imperador supostamente libertário para omitir marcadores históricos de presença africana e afrodescendente em Petrópolis. Devemos lembrar que as ideias de um país com sentido libertário se iniciam no século XIX e nasce da assinatura de tratados internacionais com Portugal e outros países europeus. Os apoios

de nossos argumentos são a assinatura de um acordo entre os governos português e britânico com o objetivo de regulamentar as disposições do Tratado de 22 de janeiro de 1815, que proibia o tráfico negreiro ao Norte do Equador e a Convenção de 1817 que incluía vistoria por parte dos ingleses aos navios suspeitos de traficar africanos. Entretanto, o Brasil é conservador, sendo a única nação nas Américas que a independência se realiza sem a discussão da abolição do escravismo. A proibição de traficar africanos escravizados foi usada como justificativa para a busca de mão de obra supostamente qualificada. A ideologia racista do Império apresentou como significado para qualificado o branco europeu.

Deste modo, da mudança no cenário político do Rio de Janeiro emergiu o discurso de que a construção da cidade de Petrópolis teria usado mão de obra livre, já que “teoricamente” necessitava de força de trabalho dadas as transformações em seu contexto político-econômico. É prudente ressaltar que os dados históricos nos quais os argumentos estão apoiados não se referiram exclusivamente à Petrópolis, o que está em discussão é como os referidos dados ajudaram a tecer um discurso de invisibilidade de africanos e afrodescendentes na cidade.

D. João, nos tratados de Portugal deste período, assumiu o compromisso de abolir gradativamente a comercialização de cidadãos africanos, por meio da Convenção entre Portugal e a Grã-Bretanha, celebrada em Viena, em 21 de janeiro de 1815. Contraditoriamente permitiu que a entrada de mão de obra escravizada na América Portuguesa aumentasse. Não houve adesão imediata à Convenção, pois a política adotada pela



Corte do Rio de Janeiro foi a de usar os artifícios do tratado para prorrogar a execução prevista no acordo.

Sob o discurso que o Brasil necessitava de força de trabalho livre e europeia em virtude das transformações do contexto econômico, foram criadas as condições para que os estrangeiros brancos viessem para o Brasil e para Petrópolis. De fato, boa parte da mão de obra imigrante utilizada compunha um setor de trabalho livre, mas este não foi o único setor, trabalhadores livres de outras origens, e mesmo trabalhadores escravizados para aí afluíram. Vejamos que o número de imigrante é pequeno em relação à população da região e mesmo a expansão populacional imigrante também é pequena. Relativo à construção do palácio imperial com mão de obra livre não significa que seja toda ela europeia e imigrante. Devemos pensar também na existência de negros livres e libertos. Em 200 anos da história nacional escravista, sempre existiram processos de conquistas de liberdade.

Diante desta questão sociocultural incitada pelo cenário político, em 1844, Aureliano Coutinho, presidente da província do Rio de Janeiro firmou contrato com as empresas Charles Delrue & Cia, da cidade de Dunquerque, na França, para trazer 200 casais de colonos sem especificar a nacionalidade. Aureliano Coutinho assinou o contrato redigido em alemão, mesmo sem dominar o idioma, firmou-o em confiança e, ao invés dos duzentos casais solicitados, foram enviadas 200 famílias inteiras de alemães, a maioria sem especialização necessária para trabalhar na colônia. Os alemães que chegaram ao Rio de Janeiro foram ajudados pela “ocasião” que foi aproveitada

e não criada. As empresas aproveitaram o fato de o presidente da província ter assinado um contrato, não em confiança, mas em ignorância, pois Aureliano Coutinho não sabia alemão. Não havia interesse em duzentas famílias inteiras, o interesse era em duzentos casais.

Chegaram ao Rio de Janeiro pai, mãe, sobrinhos, avós, cunhados; enfim, 2030 pessoas. Segundo alguns registros da ocasião, a cidade do Rio de Janeiro não poderia receber e acomodar todos aqueles imigrantes e a solução encontrada para esse “deslize” administrativo foi enviar parte destes imigrantes para Petrópolis, já que Júlio Frederico Köeler buscava lavradores para a criação de uma colônia agrícola. Os lavradores enviados ao Major eram, na verdade, relojoeiros, ferreiros, marceneiros, ourives, pasteleiros, carvoeiros, sapateiros, músicos (SILVA, 2010).

A versão da participação dos alemães na construção do patrimônio histórico-cultural da cidade estrategicamente celebrada é uma versão apenas. É um discurso travestido de realidade para estabelecer uma narrativa que sufoca outras participações (Há bairros na cidade que fazem menção a outros grupos de colonos que por lá estiveram como os Quarteirões Brasileiro, Suíço e Italiano). Onde estavam os africanos e descendentes? Foram forçados a permanecer nas áreas de fazendas que não são descritas no Mapa dos Quarteirões Coloniaes, de 1861, por força da Lei. Fato que explica o branqueamento dos centros urbanos e das áreas consideradas nobres, no caso de Petrópolis, esse documento prova que ainda que um homem negro tivesse posses ele estaria impedido de



adquirir terras nas áreas em torno da Vila Imperial, tornando evidente a estratégia de construção nacional diferenciada em que as populações negras seriam afastadas dos centros urbanos.

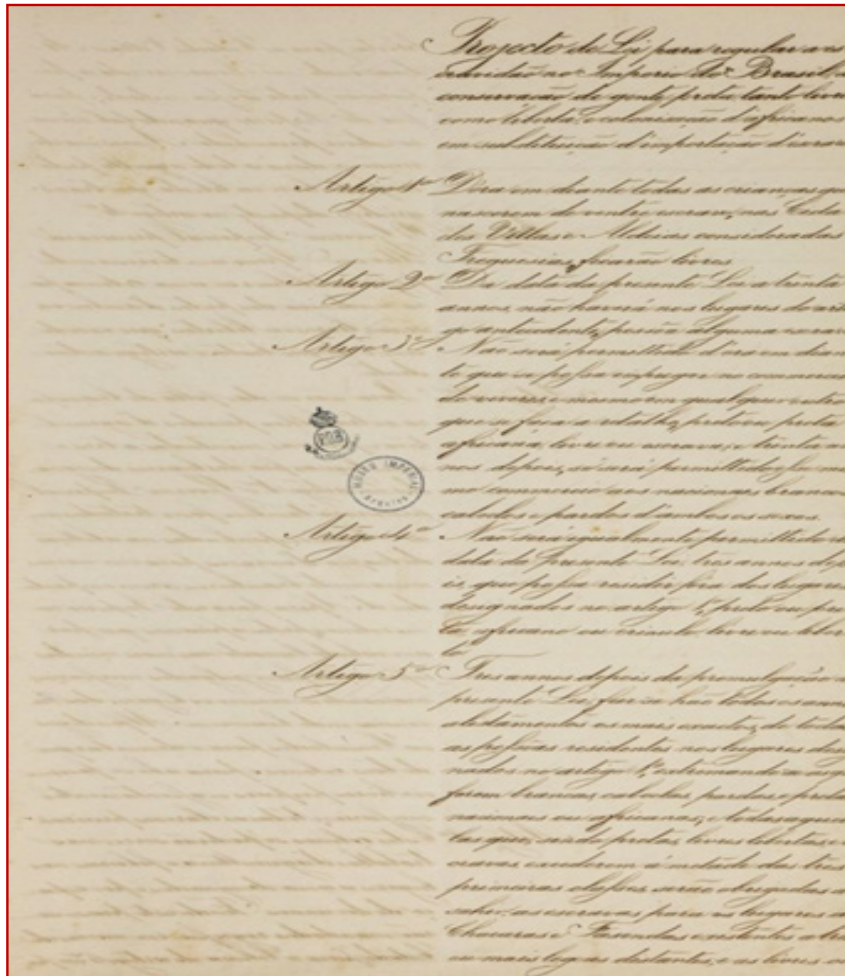


Figura 2 – Os rios no Plano Köeler. Fonte: Arquivo Histórico de Petrópolis.

O documento é o “Projeto de Lei para regulamentar o escravismo no Império do Brasil, a conservação da gente preta livre como liberta e colonização (sic) d’africanos em substituição d’importação de d’escravos”, de 1850. O documento, disponível nos arquivos do Museu Imperial, nos seus 20 artigos apresenta informações que ratificam a nossa tese de que boa parte da população africana e descendente se estabeleceu em áreas que hoje são consideradas periféricas, não exclusivamente pela

condição de escravizado ou por questões econômicas, mas pelo cumprimento de uma das etapas de um processo racista, regulamentado pelo Imperador. Por Lei, foi determinado que ficasse somente o contingente necessário de africanos e descendentes nos centros urbanos e que os demais fossem levados para as áreas de fazenda.

Os colonos pretos fundaram Petrópolis, no entanto, a distorção do trabalho destes colonizadores está restrita ao acervo de objetos de tortura de escravos expostos no Museu Imperial. A exposição permanente, no referido museu, de instrumentos de tortura reitera a existência da população passível em ser torturada. Indica que o escravismo de Petrópolis deva ter sido semelhante ao de outras regiões do país. Soa estranho que Petrópolis seja lugar onde o Império fincou raízes de uma corte sem africanos e afrodescendentes, visto que o trabalho doméstico das famílias ricas era na época realizado por esses; seja na condição de livres, seja na condição de escravizados de ganho, seja na condição de escravizados diretos. O escravizado de aluguel era muito comum, mesmo os que não possuíam escravizados se beneficiavam do trabalho de escravizados de ganho.

Cabe ressaltar que a história de Petrópolis é contada a partir de um projeto de palácio de verão para o Imperador e da chegada de imigrantes, que ocuparam terras mapeadas por bandeirantes, hipótese que sugere que os bandeirantes não trabalharam sozinhos e que os povos locais e os africanos e descendentes protagonizaram essa história.



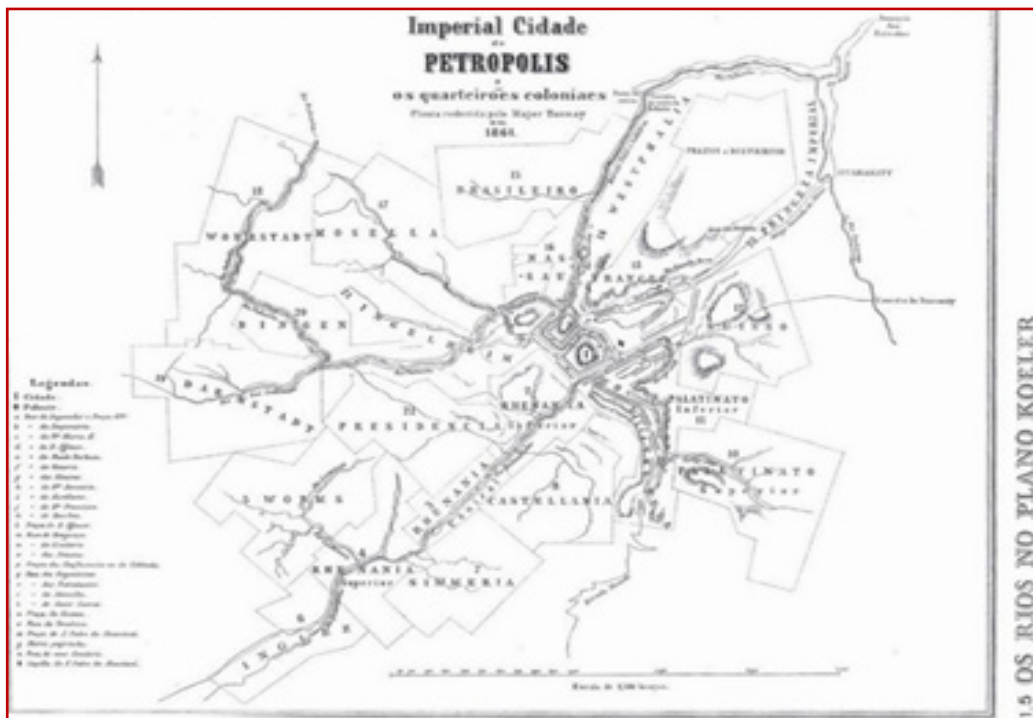


Figura 3 - Projeto de Lei para regulamentar o escravismo no Império do Brasil, a conservação da gente preta livre como liberta e colonização d'africanos em substituição d'importação de d'escravos", de 1850 .

Fonte: MUSEU IMPERIAL/IBRAM/MINC.

Cabe ressaltar que a história de Petrópolis é contada a partir de um projeto de palácio de verão para o Imperador e da chegada de imigrantes, que ocuparam terras mapeadas por bandeirantes, hipótese que sugere que os bandeirantes não trabalharam sozinhos e que os povos locais e os africanos e descendentes protagonizaram essa história.

A opção por compreender o fluxo de conhecimentos técnicos dos povos negros na construção de Petrópolis e nos demais feitos atribuídos aos colonizadores europeus apoia-se no fato de que os portugueses saíram de uma zona temperada para se estabelecerem em uma tropical, cujo clima e condições geográficas lhes eram desconhecidas. Nesse sentido, o colono preto que se estabeleceu na América já era conhecedor do trabalho a ser desenvolvido, como bom caçador, marinheiro,

criador, extrator do sal, pastor, agricultor, mercador de marfim, minerador de ferro – há tempos o africano conhecia o trabalho da mineração, pois lá abundava o ouro, a prata, o chumbo, o diamante e o ferro (QUERINO, 1980). É muito forte a tese de que Petrópolis teve poucos escravizados, o que não significa inexistência de população negra na localidade. O que é mais evidente é a incompreensão da ideologia destorcida de liberdade encabeçada por um Imperador que apoia e se sustenta do regime escravista e um desconhecimento dos limites territoriais da cidade. Nunca houve Petrópolis branca, tampouco Petrópolis embranquecida. Os limites territoriais da cidade incluem as áreas de fazenda para onde as populações negras foram forçosamente deslocadas.

3 A IDEOLOGIA DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ

O acesso às terras por populações pobres e a ocupação das terras devolutas é um problema antigo e que faz parte da dominação agrária e dos latifúndios no Brasil. Durante o escravismo criminoso, o problema se delineia sobre a ocupação destas terras por populações de africanos e afrodescendentes revoltadas contra o sistema dominante. Exemplos marcantes deste problema agrário são episódios da Balaiada no Maranhão entre 1838 a 1840, no qual populações camponesas e quilombolas se unem para obtenção de terras e a eliminação do escravismo e são de forma sangrenta eliminados pelo exército brasileiro, numa mobilização de mais de oito mil soldados comandados pelo Luiz Alves de Lima e Silva, depois denominado como Duque de Caxias e patrono do exército brasileiro.



O decreto de 1850, que consagrou todas as terras devolutas como propriedade do Estado brasileiro demonstra o movimento institucional de limitar o direito são as populações negras e indígenas (SILVA, 1990).

O pressuposto de raça superior branca e da superioridade da civilização europeia e da barbárie das populações negras fazem os contrapontos sobre a ocupação de terras durante o período do império no Brasil. Por outro lado, sempre esteve presente nas elites brasileiras brancas o medo das desforras das populações negras com relação aos sofrimentos do período escravista (AZEVEDO, 1987). A consciência sobre a revolução do Haiti e dos enforcamentos massivo de soldados e colonos franceses pela população ex-escravizada em 1815, tornou-se parte do imaginário americano (ALLENDE, 2010).

A proposta do europeu como colono para o Brasil, como forma de amenizar o mal da raça surge em 1818 por meio do geógrafo Leo Waibel (WAIBEL, 1958), que propõe colônias de suíços em vários pontos do território brasileiro. A noção de raça superior e de povos civilizados é importante no discurso de Waibel. Durante o início do segundo império, com o desenvolvimento da colonização europeia, os diversos grupos europeus foram comparados e criou-se a noção do imigrante colono agricultor ideal em que ficou definido o “alemão” como o tipo ideal de imigrante, organização familiar ideal seguido pelos italianos (SEYFERTH, 2002). Desta perspectiva nasceu a colonização de menos de duas centenas de famílias alemãs trazidas para Petrópolis em 1844. Nasceu também, neste momento, a história da ideologia sobre os alemães como fundadores de Petrópolis. Ideia que é cultuada até os dias atuais

e pouco criticada (SILVA, 2010).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A população negra herdou problemas estruturais específicos fundados na distorção do trabalho dos africanos e afrodescendentes e da independência sem a abolição do escravismo criminoso. Embora tais problemas sejam de toda sociedade brasileira, o foco incidiu sobre a população de maioria africana e afrodescendente que adentrou a história do país como sinônimo de trabalho escravizado, trabalho destituído de técnica.

Durante a vigência do sistema de produção escravista e mesmo depois dele, a fuga de grupos de africanos e afrodescendentes das regiões de trabalho, produziu um imenso movimento de quilombos e mocambos que se tornou responsável pelo povoamento inicial de diversas regiões do país. Ao contrário do que as distorções históricas dão a entender, foi por força de decreto que as populações negras foram tiradas dos centros urbanos, ocupando as áreas de fazendas, hoje periféricas, ainda redutos das desigualdades sociais, não sendo um privilégio de Petrópolis, mas de todas cidades coloniais.

A cidade de Petrópolis é um exemplo da maquete para testes de aplicação da teoria do embranquecimento, em que são negadas de forma ideológica as atividades econômicas da cidade e da região, tornando invisível a existência de população de maioria afrodescendente. A ideologia de colonização alemã como solução para o Brasil explica a imigração alemã para a referida cidade e também permite compreender a distorção



sobre as origens populacionais e econômicas deste lugar.

Entretanto, durante o escravismo criminoso todo trabalho era sinônimo de trabalho de negras e negros. A região em torno da cidade de Petrópolis tinha os trabalhadores em diversas atividades agrárias e econômicas, e estes migraram para esta cidade de forma paulatina, dando o perfil do crescimento urbano da cidade. Assim, fazendo desta cidade uma cidade negra como muitas outras no país.

REFERÊNCIAS

- ALLENDE, Isabel. **A ilha sob o mar**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 2010.
- AZEVEDO, Célia Maria. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.
- CUNHA JUNIOR, Henrique. **Bairros negros, cidades negras e população negra**. Trabalho aceito para CONLAB-2015. In: C, Lisboa- 2015.
- DALDALARRONDO, P.; Oda, A. M. G. R. **Juliano Moreira: um psiquiatra negro frente ao racismo científico**. Rev. Bras. Psiquiatr. São Paulo, vol. 22, n.4/ Dez./2000.
- QUERINO, Manoel. **O colono preto como fator de civilização brasileira**. Afro-Ásia, número 13, 1980, p. 143-158.
- ODALIA, Nilo. **O ideal de branqueamento da raça na historiografia brasileira** In: Contexto, São Paulo, Hucitec, volume 03, julho, 1977. p.127-136.
- PEIXOTO, A. Juliano Moreira – **Em Memória. Ata da Sessão Ordinária de 23 de maio de 1933** (p.18 a 36). Anais da Academia Brasileira de Ciências. Tomo V, n. 2, junho 1933. p. 81 a 97.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro. A formação e o sentido do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, Joaquim Eloy. **Colonização? Nem Tanto!** Disponível em: <www.ihp.org.br>.

SCHWARTZ, Lilian Moritz. **O espetáculo das raças – cientistas e instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEYFERTH, Giralda. **Colonização, imigração e a questão racial no Brasil**. Revista da USP, São Paulo, n. 53. mar./maio. 2002. p. 117-149.

SILVA, Lígia Osório. **A Lei da Terra – Um estudo sobre a história sobre a propriedade da terra no Brasil**. São Paulo: PUC-SP (tese de doutorado), 1990.

SILVA, Renata Aquino da. **Processos identitários e práticas culturais de afro-brasileiros: Um estudo sobre os movimentos negros e os negros em movimento**. 115f. Dissertação de Mestrado – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação, fevereiro, 2010.

WAIBEL, Leo. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.



CAPÍTULO 8

BAIRROS NEGROS E SUAS FORMAÇÕES NA CIDADE DE NATIVIDADE-RJ

Márcia Aparecida de Souza

Henrique Cunha Júnior

1 NOTAS INTRODUTÓRIAS

Para iniciar a discussão que será feita neste estudo, abordando as acomodações territoriais das populações negras após a abolição, é imprescindível deixar registrado já nas suas primeiras linhas que a abolição do escravismo criminoso, conforme explicaremos em seguida, não cumpriu o atributo de abolir a escravização imposta pela dominação dos grandes proprietários e proporcionar melhores condições reais de vida, apenas manteve a ordem social passada sob uma nova forma de governo e como novas leis nem sempre respeitadas.

Quando raiou a abolição do escravismo criminoso no Brasil, findou-se o império e jorrou a República Velha com um sistema autoritário, conservador e violento de repressão a todas as expressões de liberdade pretendidas e em caminho de construção no Brasil. A manutenção da ordem se fez à base de prisões, fuzilamentos, dentro da perspectiva de organização do progresso econômico, que não veio para as populações negras.



A realidade foi muito diferente do que a nossa história idealística conta, quando afirma que a república era um pensamento positivista e edificador de uma nova sociedade, de pretensão trabalho livre e de liberdades democráticas por existirem eleições. A República Velha foi um período de farta violência sobre a população negra, pois o pensamento vigente era que a população negra se acabaria, tese defendida abertamente pelos intelectuais, que apontavam a população negra e a cultura negra como motivos do atraso econômico e social do Brasil. A República Velha apoiou fortemente as teses de desqualificação social da população negra para o trabalho e para o progresso civilizatório e reforça a proposição da necessidade do embranquecimento da população brasileira pela imigração. O racismo científico, cujo principal ideólogo no Brasil foi o médico Nina Rodrigues, tornou-se de forma abundante cultivado e praticado pelas escolas de Direito e de Medicina do país que transformaram a população negra em um perigo para o progresso industrial e para ordem social da nação republicana.

O Estado brasileiro investiu em amplo financiamento da vinda de imigrantes europeus expulsos da Europa pela pobreza e atraso social e cultural em termos de condições de vida. A República Velha transformou a massa de trabalhadores agrários analfabetos desqualificados e indesejados na Europa em mão de obra símbolo do progresso brasileiro. Introduziu essa massa de trabalhadores europeus nas regiões onde as fazendas já estavam constituídas e consolidadas com trabalhadores negros escravizados e libertos. O sistema republicano do capitalismo brasileiro não introduziu o pagamento de salários para os trabalhadores negros cuja uma parte já livre antes da abolição,

outra libertada pela abolição, outra que continuou em regime escravizado, pois as leis não foram cumpridas em todos os lugares e nem nas formas ideais. Toda população negra foi negada como válidos como mão de obra disponível pelo capitalismo racista antinegro da República Velha. Precisamos na nossa avaliação notarmos que todos os produtos agrícolas e industrializados pela república já eram produzidos no império pelas populações negras. A base técnica era propriedade das populações negras e que foi transferida para as populações brancas imigrantes, e passou para a história oficial a impressão que os europeus desenvolveram a agricultura de café, fumo e algodão no Brasil.

A imigração europeia através dos financiamentos do Estado consolidou e ampliou a fronteira agrícola e propiciou um novo crescimento econômico, não pela presença de europeus, ainda que tenham recebido benefícios exclusivos, mas pelo financiamento do Estado e pelas campanhas do estado brasileiro contrárias aos interesses da população negra e super favoráveis à consolidação bem sucedida da imigração europeia. Também a transição do escravismo criminoso para o capitalismo racistas, erradamente denominado como trabalho livre, não ocorreu num só dia, não é um fato de uma data, do dia 13 de maio, mas um fato de pelo menos um século. A abolição aconteceu principalmente pelas pressões da população negra sobre o sistema de trabalho escravizado. Um número significativo de quilombos e de revoltas que proliferaram por todo o país e que tornaram o sistema inviável. O livro “Onda Negra, Medo Branco” (AZEVEDO, 2015) é um dos raros trabalhos de história sobre o período que traduz a realidade das implicações das insurgências negras. Mesma abolida a forma do regime escravista criminoso



permaneceram as práticas de exploração do trabalho, sendo que o estabelecimento da liberdade de venda do trabalho de forma realmente livre e de respeito a humanidade do ser negro sempre foi precária.

Neste contexto, deu-se a transição da população negra da abolição do escravismo criminoso para a industrialização e urbanização brasileira. Das migrações da população negra, do trabalho no universo agrário ao trabalho no universo urbano, sempre houve uma ausência de apoio do Estado, sob a júdice da desqualificação social do ‘trabalho de negro’ e esses foram obrigados a conduzirem a vida na medida do possível. O século XX é em parte a história desta transição, pouco estudada e raramente enfocada em detalhes pela historiografia nacional.

Os estudos da pequena cidade de Natividade demonstram nuances históricas dessa problemática das adaptações da população no pós-abolição, ou seja, na longa trajetória que percorreram a partir de 14 de maio de 1888.

2 A FORMAÇÃO ECONÔMICA DA CIDADE

Natividade é um município brasileiro localizado no interior do Estado do Rio de Janeiro (figura 1). Com uma área de 387 km², situa-se a uma altitude de 182 metros e subdivide-se nos distritos de Natividade(sede), Ourânia e Bom Jesus do Querendo. Atualmente conta com 15.082 habitantes.

Segue na próxima lauda uma figura da localização de Natividade no interior do Estado do Rio de Janeiro.



Figura 1: Localização de Natividade no interior do Estado do Rio de Janeiro.
Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/o/oc/RiodeJaneiro_Municip_Natividade.svg

As terras que hoje formam o município de Natividade/ RJ e municípios vizinhos, até antes do século XVIII, eram ocupadas pelos índios Puris e Coroados, remanescentes da nação Goitacá, que após a Confederação dos Tamoios por pressão de tribos rivais deixaram suas terras e migraram, subindo os rios da região que passavam por terras ainda não invadidas pelos europeus, como era o caso do Noroeste Fluminense (CARVALHO, 2001).

De acordo com Carvalho (2001), os governos da Colônia e da Capitania não tinham interesse em devastar nem povoar essa região pois entendiam que manter a mata era uma forma de defesa contra o contrabando do ouro das Minas Gerais, visto que essa região faz divisa com o estado mineiro. Por isso, a procura por essas terras só aconteceu entre o final do século XVIII e início do século XIX, quando essa área começa a chamar à atenção para a introdução de atividades econômicas, devido



à decadência da mineração. O próprio branco considerado pioneiro da região, José de Lanes Dantas Brandão, seria oriundo de Minas Gerais. Certamente a região já possui alguns povoamentos de populações negras e mesmo brancas. Pela proximidade com a fronteira agrícola mais antiga da região mineira que podemos pensar nesta possibilidade.

Sobre a população negra dessa localidade, era considerável o número de negros escravizados residentes em Itaperuna, município ao qual Natividade pertencia à época. De acordo com o censo de 1872, para uma população livre de 3.803 entre mulheres e homens havia uma população escravizada que somava 1.832 negros e negras. Sendo que nesta população livre também contavam parcela da população negra livre.

A mão-de-obra dos negros do escravismo criminoso era utilizada em diferentes plantações, tais como arroz, milho, mandioca e o café, que cada vez mais aumentava a produção, tanto que a cafeicultura tornou a região o grande centro irradiador de café no Estado do Rio de Janeiro. Nos mesmos moldes de outras regiões do país durante a República Velha, o desinteresse do estado brasileiro na mão de obra negra e as discriminações contra essa população negra também ocorreram nessa região, visto que os fazendeiros da época requisitaram para o trabalho nas lavouras de café mão de obra de imigrantes italianos, que a partir de 1896 começaram a chegar à localidade.

Da população negra, os dados de origem e famílias são praticamente inexistentes. Não houve esforço em conservá-los e nem pesquisar sobre. Os dados que eram existentes foram desfeitos restando apenas em outras regiões do país. Enquanto, sobre a população de imigrantes Italianos e seus descendentes, sabem-se minuciosos detalhes, como por exemplo, que essas

famílias vieram da região central da Itália, de Úmbria, Toscana e Lazio, que viajaram para o Brasil embarcado nos navios Colombo, Andes e Attività, desembarcando no porto do Rio de Janeiro. Também é possível saber com precisão a data do desembarque das primeiras famílias que vieram para a região de Natividade, 14 de novembro de 1897. Através da lista nominal dos embarcados, consegue-se constatar que aproximadamente 100 famílias vieram à localidade, menos de 500 pessoas, entre essas as famílias Fabri, Grillo, Bianconi, Gorini, Mulinare, Murucci, Giovanini, Panni, Pirozzi entre outros. Quase a totalidade dos descendentes desses Italianos ainda vivem em Varre-Sai, que foi distrito de Natividade até 1991 (CARVALHO, 2001).

Da colônia que chegou em Natividade, a maior parte foi para a Fazenda Bela Vista, na qual já encontraram casas para abrigá-los, provavelmente essas moradias foram construídas por negros escravizados que habitavam a referida fazenda. Além das casas, os imigrantes também encontraram infraestrutura apropriada de uma grande fazenda, com terreirão de café, igreja, armazém e lavouras de café em formação, pois considerando que para uma colheita a partir do plantio das mudas normalmente é preciso aguardar um espaço de tempo de 3 a 4 anos, como a colheita aconteceu em abril de 1898 depreende-se que o plantio das mudas ocorreu em 1894. O café já plantado é indício de que a mão de obra usada pelo proprietário da fazenda era composta de negros escravizados, que até então davam conta da plantação e dos cuidados com os cafezais. Esses serviços foram esquecidos, pois quem recebeu reconhecimento e elogios por terem sido os responsáveis pelo apogeu do café foram os italianos.

Os imigrantes e seus descendentes tiveram em geral uma



trajetória muito mais favorável que os negros escravizados. Muitos se tornaram proprietários de terras na região, conforme observa França.

Depois de alguns anos de trabalho, todos os imigrantes adquiriram terras através da venda do café dos excedentes dos cereais e economizavam essa quantia, empregando-a na compra de terras. O seu acesso à mesma tornou-se mais fácil devida à forma como a comprava – pagamento parcelado. (2003, p.60)

A população negra, por sua vez, foi abandonada quanto política públicas, reprimidos e acuados por diversas políticas do estado. Existiram leis como crimes de vadiagem que permita a prisão dos negros desempregados nas cidades. Não há informações de onde eram oriundos, de como chegaram à região, dos seus nomes de família ou sobre o paradeiro desses no pós-abolição. Isto se perdeu. Também não há indicativos de que continuaram nas fazendas realizando os trabalhos que já faziam nas lavouras de café.

No Brasil, as dificuldades que as populações negras já enfrentavam antes da chegada do novo trabalhador imigrante persistiram. A população negra antes escravizada ficou sem trabalho, sem comida e sem moradia. Os trabalhadores negros recém libertos perderam parte do direito de trabalho e de sobrevivência até mesmo nas atividades costumeiras e mais modestas, o que concorreu para acentuar as dificuldades de inserção desses no mercado de trabalho e dificultar qualquer possibilidade de ascensão social.

Essa situação ocorreu em quase todo o país, não houve preocupação com os negros, as autoridades da época não realizaram um planejamento sobre como os recém libertos iriam se integrar às novas regras sociais baseadas no trabalho

assalariado.

Em Natividade, além da cafeicultura, outra atividade que poderia ter aproveitado a mão de obra dos trabalhadores negros recém libertos foi a Ferrovia. A Estrada de Ferro Campos-Carangola, que é um ramal da Estrada de Ferro Leopoldina, começou a ser construída em 1876 e chegou a Natividade em 1886, dez anos depois do início da obra. Segundo Pereira (2012, p.213) essa estrada ligava o Norte Fluminense “à Zona da Mata da Província de Minas Gerais e aos limites com a Província do Espírito Santo”. As figuras 2 e 3 apresentam mapas que ilustram o percurso da ferrovia.

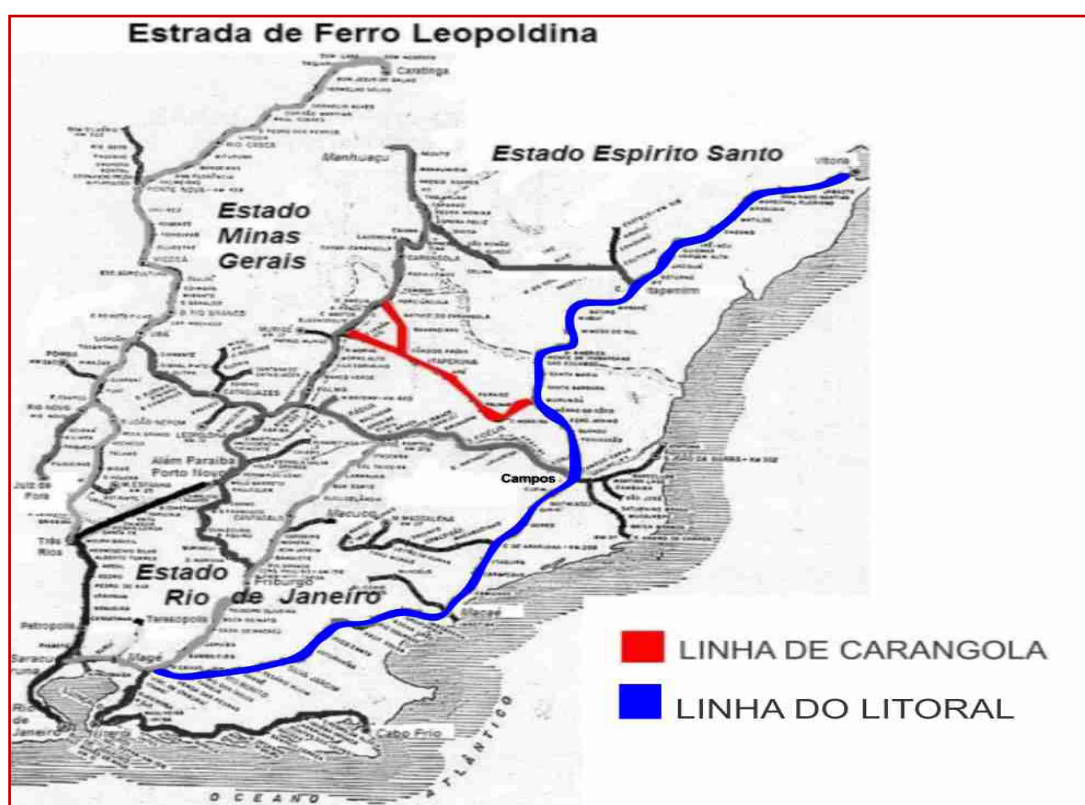


Figura 2: Linha Campos X Carangola / Linha do litoral

Fonte: <http://otremexpresso.blogspot.com/p/encontre-sua-estacao.html>

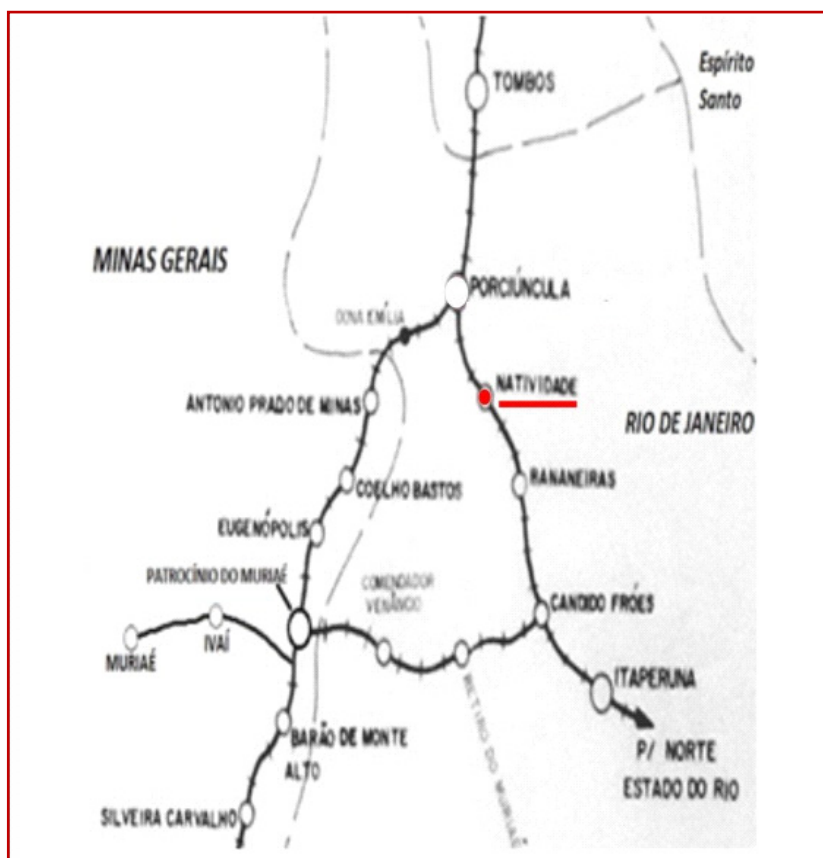


Figura 3: Percurso Itaperuna X Tombos (Passando por Natividade)
Fonte: <http://otremexpresso.blogspot.com/p/encontre-sua-estacao.html>

A ferrovia favoreceu de forma significativa a expansão dos produtos agrícolas, visto possibilitar aos fazendeiros da região escoar o café. Antes o café era transportado por tropas de mulas, que até então eram o meio de transporte mais usado para esse fim. A locomoção feita através das trilhas nas estradas de chão, com as cargas transportadas em lombo de burro, ou carroça, que tornava lenta a mobilidade e saída do produto, motivo que levava muitos fazendeiros verem na construção de ferrovias a solução para viabilizar a venda do café.

A topografia da cidade de Natividade, situada em um vale de rio, exigiu que a ferrovia passasse costeando o morro, conforme pode ser observado na imagem abaixo, que mostra a

linha ferroviária e a estação à esquerda.

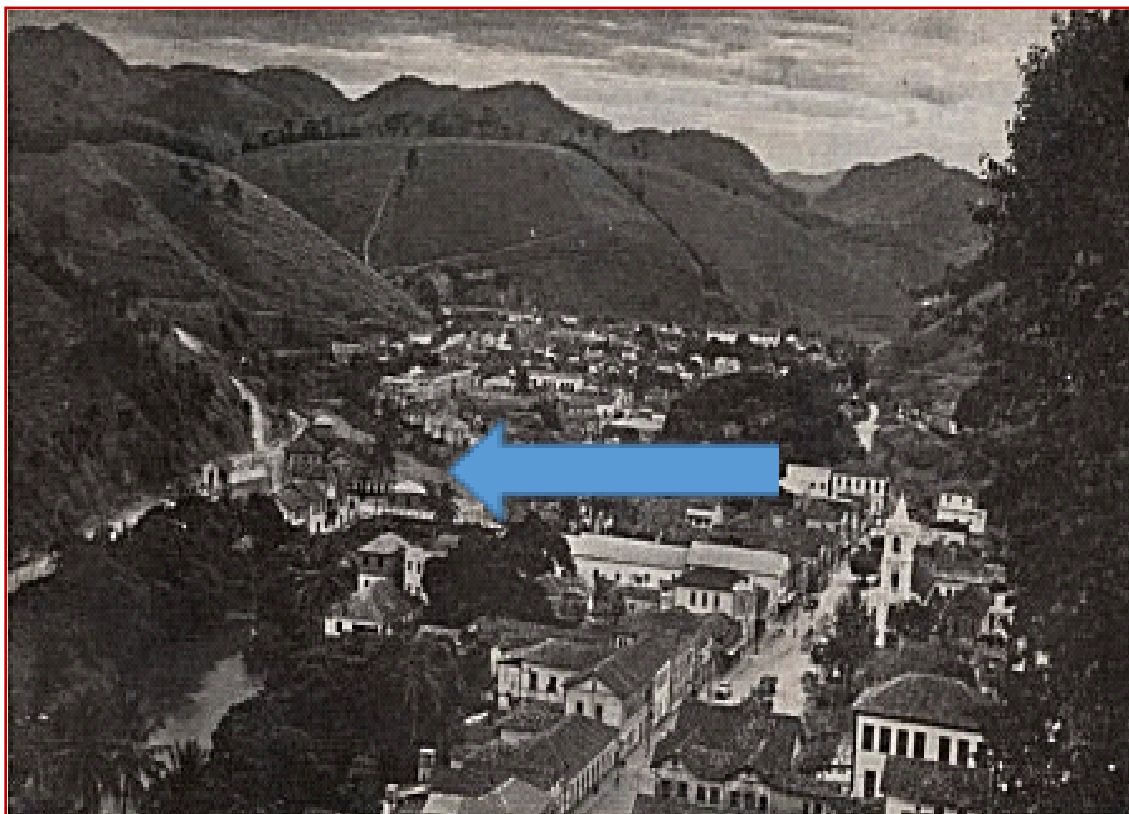


Figura 4: Cidade de Natividade do Carangola no ano 1956

Fonte: <http://www.estacoesferroviarias.com.br>

Há poucos registros sobre a história dessa ferrovia em relação à população de Natividade. Alguns dados são orais, provenientes de depoimentos de antigos moradores. Sr. Joel, por exemplo, é um morador de Natividade, negro, aposentado, que possui 92 anos e que guarda na memória alguns episódios e características da Estrada de Ferro. Ele conta que devido à estação (Figura 6) ficar distante da ponte que dava acesso ao centro da cidade e por não haver calçamento na estrada, as pessoas enfrentavam muito barro em épocas chuvosas após deixarem o trem. “Saíam limpinhos e quando chegavam ao centro estavam com sapatos enlameados e roupas respingadas

de barro. Foi por esse motivo que construíram uma nova parada do trem”, retratada na figura 5.



Figura 5: Parada do trem. Fonte: <https://www.facebook.com/pg/SóHYPERLINK> “<https://www.facebook.com/pg/S%F3-Natividade-tem>”- Natividade-tem



Figura 6: Estação ferroviária - Fonte: <https://www.facebook.com/pg/Só-Natividade-tem>

A estrada de ferro operou nessa localidade por quase um século. Ela foi extinta por volta de 1980 em decorrência principalmente do declínio das lavouras de café na região e da predominância da estrada de rodagem como meio de transporte de população e de carga. Na figura 7 temos uma fotografia aérea do trem perto de natividade e com a locomotiva denominada como Maria Fumaça, por ser a vapor e queimar lenha como combustível, deixando em seu caminho um rastro de fumaça.



Figura 7: Maria-fumaça - Fonte: <https://www.facebook.com/pg/Só-Natividade-tem>

Na próxima pagina a figura 8 temos uma das locomotivas na estação de Natividade



Figura 8: Parada na Estação - Fonte: <https://www.facebook.com/pg/Só-Natividade-tem>

O prédio da Estação Ferroviária de Natividade, por conta da sua inatividade e abandono, passou a ser moradia de antigos funcionários.



Figura 9: Estação Ferroviária de Natividade 2006 - Fonte: http://www.estacoesferroviarias.com.br/efl_ramais_2/natividade.htm



Figura 10: Estação Ferroviária de Natividade 2018
Fonte: <http://www.estacoesferroviarias.com.br>

Segundo relatos de familiares de ex-ferroviários, foram poucos os negros aproveitados no trabalho da ferrovia. Evitavam dar trabalho para eles, como uma forma de obrigá-los a continuar nas lavouras. Lembram de apenas quatro ou cinco negros que trabalharam na manutenção das trilhas do trem.

A estação ferroviária de Natividade trouxe benefícios para a economia local, ampliando a comercialização do café e de outros produtos, possibilitando também a chegada de novos habitantes à cidade, como os imigrantes italianos, mecânicos, lavradores, médicos, lavradores, farmacêuticos, comerciantes e operários. Para os negros, no entanto, os benefícios de emprego e renda não chegaram a eles.

3 A FORMAÇÃO DA CIDADE E DOS BAIRROS NEGROS

A cidade de Natividade (sede) é cortada pelo rio Carangola, as figuras 11 e 12 demonstram a extensão do curso da água por todo o primeiro distrito. As primeiras casas da zona urbana do município foram construídas nas proximidades desse Rio, característica que pode ser observada na maioria das cidades brasileiras, proveniente da necessidade de utilização de água em diversas atividades.

Segue na próxima lauda as figuras dos rios Rio Carangola cortando a cidade.



Fonte: <https://www.facebook.com/pg/Só-Natividade-tem>



Figura 12: Rio Carangola cortando a cidade

Fonte: <https://www.facebook.com/pg/Só-Natividade-tem>

Áreas que antes eram mata, passaram a dar espaço para as construções. E no decorrer dos anos, com o aumento da população e conseqüentemente construção de novas moradias, muitos bairros foram se formados ao redor do centro da cidade. Muitos desses se encontram em área plana, ao fundo do vale, o que concorre para alagamentos e enchentes em épocas de chuva.

Outros bairros se formaram em morros ou seja, ou habitantes da cidade residem no fundo do vale, em área plana, ou fixam residência em área de declive.

Após a abolição muitos dos negros que saíram das fazendas vieram para a zona urbana da cidade de Natividade, formando bairros predominantemente negros e maior parte localizados em morros, como é o caso dos Bairros Pito, Morro São Pedro e Vila da Paz, representados na figura 13.



Segue na próxima lauda a localização de três dos bairros negros de Natividade-RJ.

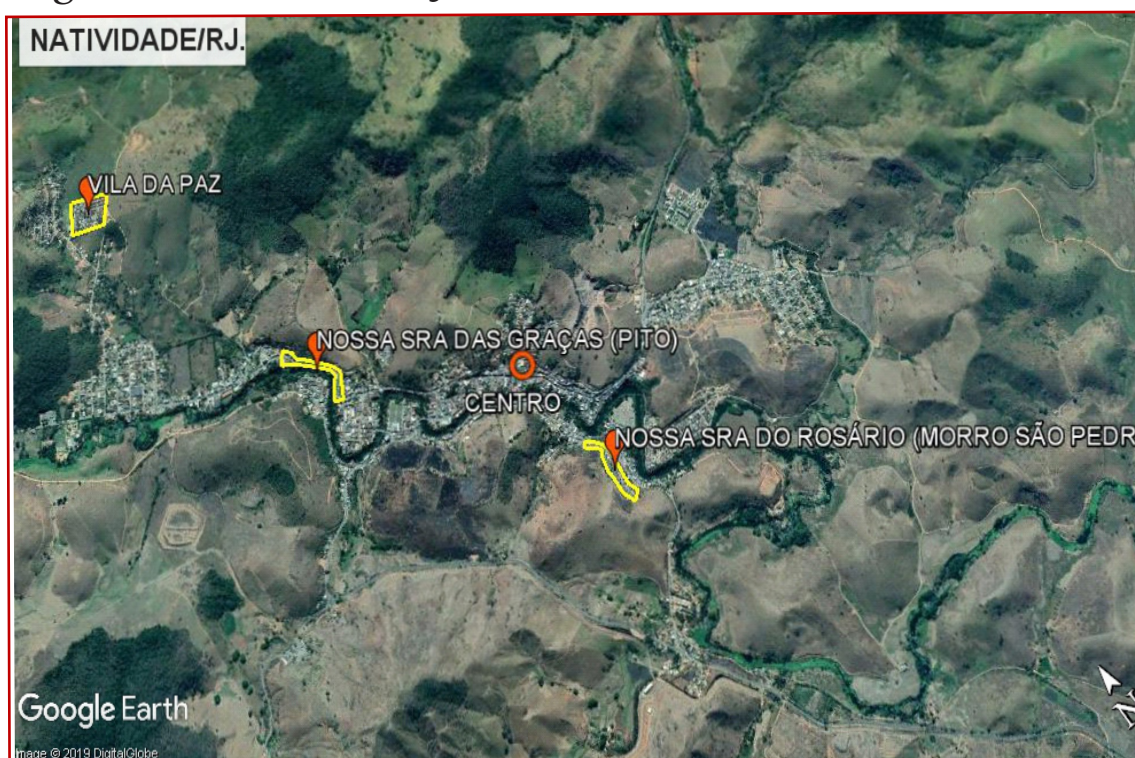


Figura 13: Localização de três dos bairros negros de Natividade-RJ

Fonte: Google Earth

3.1 O BAIRRO PITO

Alguns bairros da cidade possuem tanto área plana quanto parte em declive, como é o caso de um dos mais antigos bairros negros de Natividade, o Pito. Parte desse bairro fica entre as margens do Rio Carangola e a estrada que dá acesso à cidade de Porciúncula, a outra parte é uma ladeira.

Pito é o nome popular por qual é chamada o bairro denominado oficialmente de Nossa Senhora das Graças e Ladeira São Cristóvão. Um dos moradores do Pito, a entrevistada C.A.S (negra, 73 anos, funcionária pública aposentada), que reside na

localidade desde os 4 anos de idade, conta que os primeiros habitantes do bairro começaram a chegar na década de 20. A maioria era de negros oriundos das comunidades rurais das áreas de mata atlântica, chamadas de Mata de Santa Paz e Mata de São Vicente. C.A.S. lembra que as casas eram construídas pelos próprios moradores, que se reuniam para cortarem bambu, que seria amarrado em forma de esteira e depois armados formando as paredes que eram rebocadas pelos homens do próprio bairro. Os homens amassavam alegremente o barro, pois antes não tinham onde morar e agora abria-se a possibilidade de ter um teto se conseguissem construir suas próprias casas. Por isso, “os homens cantavam enquanto marchavam amassando o barro”. As mulheres ficavam incumbidas de cortarem o sapé, para cobrirem as casas e pegarem água no rio para molhar a terra e formar o barro a ser utilizado nas paredes.

Na década de 40, ainda havia poucas casas nesse bairro, e todas eram de estuque e sapé. As residências eram muito simples, em apenas duas dessas existiam banheiros, que chamavam de ‘casinha’. Os demais moradores que não possuíam essa estrutura utilizavam o pasto ao redor das casas para fazerem suas necessidades fisiológicas, ou utilizavam-se de pinicos e pela manhã desciam a ladeira levando-os para desocupar e higienizar nas águas correntes do rio.

Utilizavam água do Rio Carangola também para lavarem roupas e vasilhas. Para beber pegavam água de mina em uma fazenda próxima, a Fazenda do Sr. Zezinho Araújo. Após algum tempo foi construído um chafariz no ‘pé’ do morro para facilitar o acesso à água. Atualmente, nesse lugar há uma pracinha, no



centro dessa, vê-se uma sombrinha, que é o antigo chafariz com nova roupagem, figuras 14 e 15.



Figura 14: Chafariz da pracinha do Pito - Fonte: Própria



Figura 15: Foto parcial da pracinha do Pito - Fonte: Própria.

O único comércio que existia no bairro era venda do Sr. Nêgo e depois a do Sr. Manelzim Afonso, comerciantes brancos aos quais os moradores recorriam para comprarem mantimentos.

Sobre a escolarização, os adultos não frequentaram escolas, muitos não eram alfabetizados. Algumas crianças do bairro puderam estudar em uma escola próxima, o Colégio Estadual Francisco Portella, apesar de haver poucos negros nessa instituição de ensino.

Não chegava a dez alunos negros estudando e havia apenas uma única professora negra, Dona Elza Viana. Nas salas de aula havia preferência, os pobres ficavam em salas separadas, os filhos de professores e outros tinham sala específica para eles. Na minha sala, eu era a única negrinha e minha mãe ainda fazia trancinhas e as meninas me chamavam de 'trancinha de pé de panela'. Não sei o porquê desse apelido, acho que é porque as panelas da época eram pretas e tinham um pezinho em baixo para firmar o fundo. (Entrevistada C.A.S)

Durante muito tempo, não havia calçamento no bairro. A estrada que dava acesso às residências era de 'chão batido', que quando chovia dificultava o trânsito dos moradores. Também não existia iluminação nas ruas, energia elétrica era luxo, o povo negro utilizava-se de lamparinas de querosene e lampião.

Muitos homens do bairro Pito trabalhavam nos armazéns do Capitão Norberto ou no Armazém do Sr. Perilo, que se localizava onde atualmente é a Rodoviária de Natividade, pegando sacas de café. Era um trabalho braçal duro, mas era o único que lhes era oferecido na zona urbana e que permitia a subsistência de seus familiares. As mulheres eram lavadeiras ou trabalhavam na 'cata' de café nos armazéns, separando os grãos e os ensacando para os homens carregá-los. Após o declínio do



café, os armazéns fecharam e algumas mulheres passaram a trabalhar em casas de famílias. Os homens passaram a fazer ‘bicos’ ou trabalhar com agricultura nas roças próximas. Uma parte conseguiu serviço como braçal da Prefeitura da cidade. Naquela ocasião, ainda não era obrigatório concurso público.

C.A.S. mora até hoje no bairro, junto a sua mãe de 90 anos, seus irmãos e sobrinhos. Se recorda de calamidades relacionadas com as moradias construídas em áreas de encosta ou próximas ao rio. Na década de 60, por exemplo, em um período de muita chuva forte, houve um grande desmoronamento no morro. Metade da ladeira do Pito e de suas casas de sapé ruíram. Lembra: “Eram panelas rolando morro abaixo... o ‘correr’ de casa da Ladeira São Cristóvão, parte alta do Pito, que dava para Rua João Fernandes (parte baixa do Pito, na margem do Rio) caiu todo”. Apesar do desastre, não houve vítimas fatais. Porém, muitas pessoas ficaram sem casas e tiveram que procurar abrigo em outro bairro. No local onde havia tais casas, (Figura 16) atualmente está coberto por vegetação.



Figura 16: Parte alta do Pito - 2019 - Fonte: Própria.



Figura 17: Correr de casas que desabaram - Fonte: Própria.

Mais recentemente, o bairro vivenciou outra tragédia. Segue as figuras de uma casa que deslizou para dentro do Rio Carangola e fundos do bairro Pito.



Figura 18: Casa que deslizou para dentro do Rio Carangola
Fonte: <https://informenatividade.wordpress.com/2012/02/24/deslizamento-de-terra-destroi-duas-casas-em-natividade/>



WAs casas da área plana são todas situadas às margens do rio, (Figura 19), construções ribeirinhas que correm risco por causa de deslizamentos de terra e formação de rachaduras nas edificações. E de fato, no ano de 2009, aconteceu um deslizamento de terra de grande impacto que levou duas casas a caírem no Rio Carangola.



Figura 19: Fundos do bairro Pito. Fonte: Própria

O deslizamento aconteceu à noite e por sorte os moradores conseguiram sair sem se ferir. Outras casas vizinhas também foram afetadas e interditadas pela Defesa Civil local. As famílias foram retiradas da localidade e abrigadas temporariamente em outros locais. Por um período no lugar onde havia as casas ficou um enorme buraco e a pista, que liga Natividade

ao estado de Minas Gerais ficou interditada, com tráfego apenas em meia pista. Atualmente há um muro no local onde havia as casas, conforme se pode observar na figura 19.

3.2 O BAIRRO MORRO DOS CABRITOS



Figura 20: Imagem parcial do conjunto habitacional - Morro São Pedro - 2019 - Fonte: Própria

O morro São Pedro, popularmente conhecido como Morro dos Cabritos, também sempre abrigou uma população predominantemente negra, inclusive grande parte dos moradores do Pito foram morar nesse Morro após a tragédia da década de 60.

O bairro possui residências que demonstram a baixa concentração de renda dos seus moradores. As casas foram edificadas de forma precária, com materiais restritos e fracos, em espaços físicos em declive, gerando riscos de deslizamentos e desabamentos.

Os terrenos das moradias desse bairro foram doados pelo prefeito da época às pessoas, a maioria negras, oriundas de fazendas, que vinham para a cidade à procura de trabalho. Também foram contempladas outras pessoas que precisavam sair de residências de risco (como moradores do Bairro Pito), bem como para os que passavam por dificuldades e não tinham condições de pagar aluguel.

A princípio grande parte das casas eram de pau a pique, não havia calçamento nas ruas e as casas faziam divisas com os pastos dos gados dos fazendeiros. Quando chovia, era difícil o acesso dos moradores as suas casas, devido à lama escorregadia que se formava e por causa da irregularidade do terreno. Fatores que também dificultavam muito a entrada de caminhões para entrega de materiais de construção no referido morro. Os moradores precisavam carregar os materiais em carrinhos de mão, pois os caminhões não subiam.

O bairro não contava com serviços de saneamento básico, até mesmo a obtenção de água para utilização doméstica era um sério problema. Não havia água encanada nas casas e as pessoas enfrentavam filas para aguardar a chegada da água no chafariz, construído no meio do morro, para abastecer a comunidade. Também não havia energia elétrica, os moradores utilizavam lamparinas à querosene, lampiões ou velas para iluminação.

Atualmente, esses problemas já foram solucionados.

É observável a falta de planejamento habitacional no bairro, o que fomentou para tornar esse bairro deficiente em estrutura. Fator que concorreu para eminentes perigos, como escorregamentos, deslizamentos e desabamentos, dentre outros, que se acentuavam à medida que o bairro crescia e também devido a declividade da localidade.

Por inúmeras vezes, em épocas chuvosas, o bairro foi duramente atingido, tinha suas ruas tomadas por terras que cediam dos barrancos, e muitas das residências na parte mais baixa do morro também apresentavam sérias rachaduras e acabavam por ruir. Esses trágicos acontecimentos eram frequentes e muitas famílias ficavam desabrigadas. Diante das calamidades, a prefeitura da cidade era obrigada a tomar providências, tais como alojar as pessoas periodicamente em colégios, suprir as necessidades básicas e outras ações necessárias. De acordo com relatos de moradores, na época de chuvas, imperava o sentimento de medo da residência ruir e das possíveis consequências desse incidente, bem como aumentava a preocupação com parentes, vizinhos e com os filhos que precisavam sair de casa para irem trabalhar ou para irem às escolas, e portanto precisavam enfrentar todo o barro e transitarem sob e sobre morros/encostas com possibilidades de queda.

3.3 O BAIRRO VILA DA PAZ

Diante da incidência do quadro de falta de estrutura desse



e de outros bairros, com um grande número de residências consideradas como local de risco, na década de 80, o prefeito da época iniciou um projeto de construção de casas populares para realocar os moradores atingidos pelas enchentes e deslizamentos, priorizando as pessoas que perderam quase tudo devido as casas ruírem por deslizamento ou por terem suas casas soterradas por barrancos. Essas pessoas aguardaram pelas novas residências em imóveis da prefeitura, colégios e até mesmo em barracas de lona que foram montadas no bairro Balneário, para esse fim.

O projeto foi concluído e as novas residências foram entregues. Assim surgiu o Bairro Vila da Paz, que hoje também possui muitas moradias construídas em áreas de declive.

Vê-se que a Vila da Paz é uma extensão do Morro São Pedro, que por sua vez abrigou populares oriundos do bairro Pito. Também é uma comunidade de população predominantemente negra.



**Figura 21: Imagem parcial do conjunto habitacional – Vila da Paz- 2019 -
Fonte: Própria**

No início, por um longo período, a população do novo bairro enfrentou algumas dificuldades, como a falta de saneamento básico. O transporte também era um problema, visto a localidade ser distante do centro da cidade, onde os moradores precisavam ir para terem acesso a serviços de saúde, lojas, supermercados, bancos entre outras necessidades. Ainda não havia creches, escolas, nem opção de lazer, além de que os moradores sofriam certa discriminação tanto social quanto racial. Era comum ouvir “aquela negrada da Vila Miséria” referindo-se à população do bairro. A segregação urbana ou sócio espacial acontece em decorrência do conjunto de precariedades e pela evidência de desigualdade e periferização da camada da população tida como inferior, devido a fatores que podem ser de caráter histórico, econômico e até mesmo racial (SANTOS, 2009).

Hoje o bairro conta com ruas asfaltadas, água encanada, luz elétrica e rede de esgoto. Há igrejas, uma creche construída com recursos do Governo Federal (Proinfância), uma escola municipal e um Posto de Saúde familiar. Quanto ao lazer, a situação ainda é instável, a comunidade conta apenas com uma quadra coberta em precárias condições de uso.

Vale a pena observar que quando foram entregues à comunidade as casas eram padronizadas com outra tipologia de construção e foram sendo adaptadas às necessidades das famílias. Em pouco mais de três décadas houve um significativo e visível aumento populacional no bairro.

Como citado anteriormente, muitos dos moradores dos bairros negros apresentados saíram das fazendas e foram para a cidade em busca de trabalho e condições dignas de vida. Mas a dura realidade que eles enfrentaram comprova que faltou



organização e empenho para apoiar a comunidade negra no pós abolição. Além da ausência de trabalho ou a ocupação em funções menos qualificadas, restou aos negros viver em precárias condições de moradia e em áreas de riscos.

3.4 FAMÍLIAS NEGRAS ÍCONES

Além dos que foram morar nos bairros negros, outra parcela da população negra continuou na zona rural, permanecendo ao longo dos anos nas fazendas. O patriarca e a matriarca da família Moraes (Figura 22), por exemplo, ainda residem na zona rural e não têm intenção de mudarem para a cidade.

O patriarca, Sr. Moacir nascido em 1933, na localidade conhecida por Suíça, zona rural de Natividade próxima ao distrito de Ourânia relata que nasceu, cresceu, casou-se com Dona Maria, criou os 4 filhos do casal e vive até hoje em uma casa humilde construída por ele mesmo.



Figura 22: D. Maria e Sr. Moacyr - 23-04-2019 - Fonte: Própria



Figura 23: Aos fundos, futura residência do Sr. Moacyr, esposa e netos-2019 - Fonte: Própria

Sr. Moacyr conta que os pais dele adquiriram aquele ‘pedacinho de terra’ através de negociação com o fazendeiro Sr. Álvaro Lannes, proprietário da fazenda da Vala. Após muitos anos de trabalho pesado trabalhando como meeiros conseguiram através da venda de carros de milho para o próprio patrão terem posse do terreno onde reside. O entrevistado informa que na época um carro de milho valia um conto réis e como a produção era dividida, uma parte para o patrão e outra para o trabalhador, eles economizavam ao máximo a parcela deles e conseguiam vender alguns carros de milho e com o valor dessas vendas, com o passar das décadas adquiriram algumas quadras de terra.

O referido senhor relata que antes morava em uma outra casa que ele mesmo construiu, e na atual residência do casal já moram há aproximadamente 33 anos. Plantam mandioca, inhame que usam para o consumo diário e também criam galinhas e porcos para provimento da família, que atualmente é composta pelo casal e 2 netos. Os filhos do casal trabalham e fixam residência em outro município.

É uma localidade de difícil acesso, distante aproximadamente 30 Km da cidade de Natividade, parte da estrada que dá acesso ao local é asfaltada e outra parte ainda é estrada de chão. A residência localiza-se em uma área alta, sem estradas e calçamento. Acesso às portas da residência somente à pé.

Possui energia elétrica, quanto à água realizam o aproveitamento de água das chuvas. Eles recolhem água de chuva que passa por uma calha acoplada ao telhado e cai em uma caixa com capacidade para 2.000 litros. Passam essa água para outros reservatórios, conservam bem fechado e utilizam-na para uso doméstico. Comenta que reaproveita ao máximo a água, por exemplo água que tomam banho reutilizam para higienizar o banheiro ou aguar plantas.

Quanto ao transporte, só há o transporte escolar para as crianças. Para os adultos deslocarem-se da área rural usufruírem dos serviços de saúde, bancário ou comércio não há transporte público. Sr. Moacir afirma que frequentemente faz esse percurso de bicicleta e em caso de emergência recorre a vizinhos e paga os custos do deslocamento.

Mesmo com as “facilidades” que aparentemente há no meio

urbano, Sr. Moacir se identifica com sua cultura, conhecimento e se percebe como um sujeito do campo e não concebe a ideia de mudança para o meio urbano. Como sua atual residência foi avaliada pela defesa civil local como moradia de risco, ele iniciou a construção de uma nova casa, a poucos metros da atual. A construção, destacada na figura 23, já está passível a ser utilizada, mas ele não tem pressa e continua calmamente a obra. Entende que o contato com o campo proporciona uma qualidade de vida melhor.

Quanto aos netos que residem juntos aos avós, além de estudarem, se divertem andando de bicicleta e de cavalo, jogando bola com vizinhos, ‘escalando’ árvores, realizando tarefas escolares e auxiliando os avós com a horta e no tratar dos animais.

4 OS SOUZAS

Outra família que viveu durante muito tempo na roça, 62 anos, foram os patriarcas da família Souza, que se destacam por ter conservado as tradições, especialmente de suas festanças, e por representar uma forma bem sucedida de mudança do mundo rural ao urbano sem perder a unidade.

A matriarca da família Souza é Dona Luíza, nascida em 1936, na Fazenda Santa Rosa, local em que viveu por 62 anos. A referida Senhora é casada com Sr. Bernardo, nascido em 1929. São respectivamente, a matriarca e o patriarca da família Souza. Dessa união nasceram 12 filhos, desses 10 estão retratados nas figuras 25 e 26.





Figura: 24 – Dona Luíza e Sr. Bernardo 2019 - Fonte: Própria



Figura 25: Filhas do Casal Bernardo e Luíza - Fonte: Própria



Figura 26: Filhos do Casal Bernardo e Luíza- Fonte: Própria

Dona Luíza conta que moraram durante décadas na zona rural onde nasceram e cresceram todos os filhos. Sr. Bernardo plantava e colhia, à meia com o patrão, diversos cereais.

Dona Luíza também ajudava na agricultura, além de cuidar da casa e dos filhos, que desde cedo acompanhavam os pais na “lida” diária. Os filhos mais velhos ajudavam na plantação e apoiavam os pais no cuidado com os irmãos mais novos.

Quando ainda estava na roça, a família morava em uma casa de pau a pique, figura 28, e à medida que a família crescia eles mesmos juntos a alguns vizinhos e os filhos mais velhos aumentavam cômodos da residência, cortavam bambu, amarravam, armavam as paredes, selecionavam a terra, amassavam o barro com os pés, rebocavam as paredes e ao final do dia mais um cômodo pronto para abrigar com mais



conforto os integrantes da família.

O quintal da casa possuía muitas árvores frutíferas, ervas medicinais e belíssima horta, cercada de bambu para evitar a entrada das galinhas que criavam para consumo.

Retiravam da terra praticamente tudo que precisavam para criar os filhos, plantavam arroz, feijão, milho, raízes diversas, verduras, criavam animais e tinham fartura de carnes, gordura e ovos. Da cana de açúcar, que também plantavam, obtinham mel, melado, rapadura e garapa. Iam ao mercado apenas para comprarem macarrão, sal e querosene.

Os remédios que utilizavam para toda a família, a própria D. Luíza preparava com as ervas que cultivava no quintal. Médico naquela localidade era raro, apenas em último caso.

Escolas ficavam distantes, e os filhos mais velhos conseguiram frequentar os bancos escolares no máximo por um ou dois anos, já os filhos mais novos concluíram o Ensino médio.



Figura 27 - Casa de pau a pique na roça

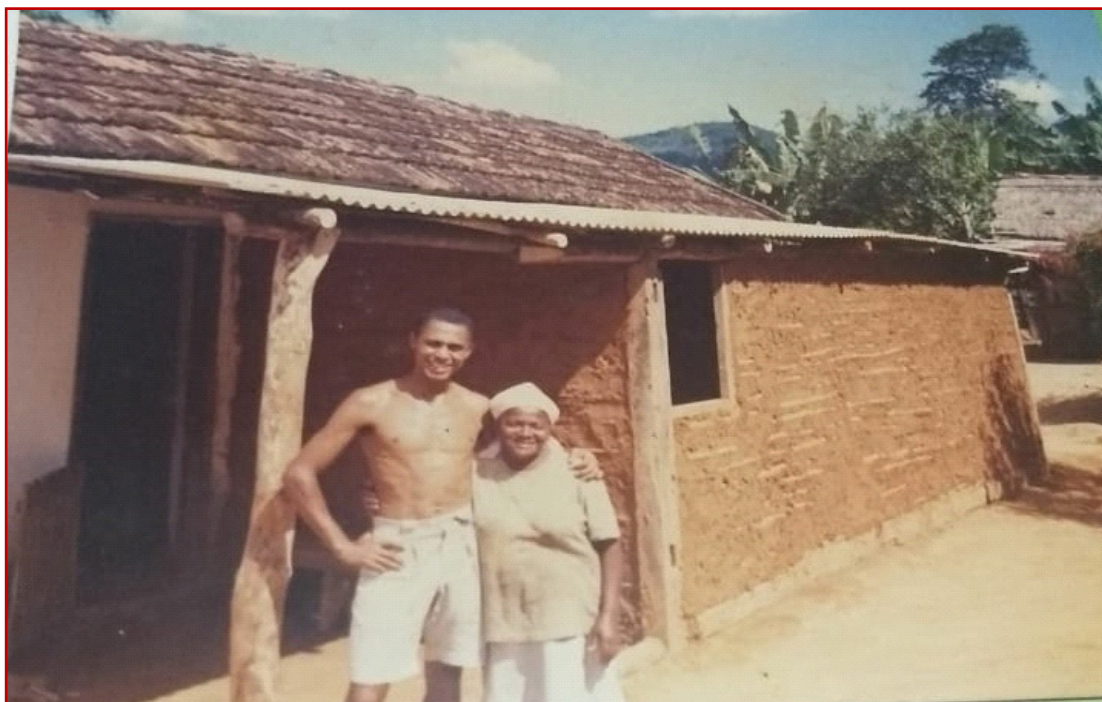


Figura 28 – Casa de pau a pique na roça

A família Souza é um exemplo de família negra que conseguiu resistir e continuar na zona rural, onde criaram uma numerosa família. Apesar de terem residido em casa modesta, tinham conforto e fartura em produtos alimentícios. Todos trabalhavam juntos, produziam solidariedade e criaram identidade cultural com aquele território.

Um aspecto dessa família que chama atenção na pequena cidade de Natividade é a sociabilidade nas suas diversas manifestações, que é possível observar no dia a dia dos Souzas. Tais como a solidariedade, as trocas afetivas, a receptividade, união, trabalho conjunto, dentre outras.

Uma demonstração dessa sociabilidade é a tradicional festa que essa família realiza entre os dias 31 de dezembro e 1º de janeiro. Essa Festança iniciou quando moravam na roça na fazenda Santa Rosa, em comemoração ao aniversário de Dona

Gabriela, mãe de dona Luíza. Aproveitavam a data e festejavam todos juntos, familiares e vizinhos, o início do novo ano.

A mãe nasceu em 1º de janeiro. A filha Dona Luíza nasceu em 31 de dezembro. Passaram então a celebrar os aniversários da mãe, da filha e o início do novo ano.

Durante muitas décadas, a Festa aconteceu na casa da família na roça, naqueles dias parentes, amigos e vizinhos se deslocavam das suas residências para estarem juntos no evento. A preparação começava dias antes, pois era preciso organização para receberem os participantes.



Figura 29: Mesa de doces para a Festa - Década de 80

Fonte: Própria

Abatiam porcos e galinhas para as carnes que seriam servidas nas refeições da ocasião, preparam com antecedência uma variedade de doces: doces de mamão, coco, abóbora, laranja, banana, carambola entre outros em calda e em barras(Figura

29). Bebidas também eram preparadas para serem servidas, sucos de manga, laranja, acerola, limão, graviola, caju, goiaba entre outros, com frutas do quintal da própria família e de vizinhos que faziam questão de compartilhar.



Figura 30: Dia de Festaça, no almoço - 2019 - Fonte: Própria

Parentes e amigos chegavam com antecedência para ajudarem nos preparativos, e no jantar do dia 31 de dezembro eram servidos tachos de arroz, macarrão com frango, tutu, carne com mandioca, carne assada e saladas, também preparados com produtos que eles mesmo plantavam e colhiam como o arroz, o feijão, mandioca, utilizavam-se de gordura animal (porco) e verduras da farta horta que havia no quintal.

E a Festaça então começava com o jantar do dia 31 de



dezembro, continuava com o baile da virada do ano, no qual se faziam presentes os sanfoneiros da região. E todos cantavam e dançavam sob a luz de tochas e lampião até o dia amanhecer, quando descansavam um pouco para reiniciarem com o almoço do dia 01 de janeiro (Figura 30). Depois do almoço alguns descansavam preparando-se para o retorno às suas casas, senhoras sentavam-se sob às árvores para contarem causos e recordarem momentos. Outros sentavam-se para um jogo de cartas (figura 31 e 32), outros cantarolavam e tocavam violão. E dessa forma acontecia anos após anos e cada vez chegando mais pessoas para juntarem-se à família para a referida Festança.

Quando Dona Gabriela faleceu, ficaram um período sem realizar a festa, mas decidiram continuar pois os participantes cobravam, sentiam falta e apareciam na ocasião, então a família decidiu que não podiam parar. E a Festança continuou, agora comemorando o aniversário de Dona Luíza e início do novo ano.

Dessa forma houve uma construção de sociabilidade através desse momento de festa que permitia e perpetuava a proximidade entre os parentes, amigos e moradores do local, que deixava de ser apenas um espaço territorial para ser também, um local onde se criava identidade e estreitava laços afetivos. Aquele espaço de convívio entre os participantes tornava o local um espaço de promoção de sociabilidade.



Figura 31: Dia de Festaça, à tarde – Década de 80
Fonte: Acervo da família



Figura 32: Dia de Festaça, à tarde – 2019
Fonte: Acervo da família

No final da década de 90, os filhos já adultos decidiram em conjunto com os pais, que eles deveriam mudar-se para a cidade, devido a maior facilidade de auxílio médico se fosse o

caso. Nessa época muitos dos filhos já estavam casados e não moravam mais na roça, outros precisavam se deslocar para trabalhar e estudar.

Atualmente, o casal Dona Luíza e Bernardo residem na zona urbana da cidade de Natividade e a festa que realizavam na roça continua a ser realizada. Todos os anos, os 10 filhos, 32 netos, 34 bisnetos e 01 tataraneto continuam reunindo-se com os antigos e novos vizinhos, parentes e amigos para a festa de comemoração do aniversário de Dona Luíza.

O aniversário do Sr. Bernardo também não passa em branco, os filhos, netos e bisnetos procuram sempre estar presentes. Esse ano de 2019, foi necessário realizar a comemoração em um espaço maior que a casa do casal, visando maior conforto dos participantes-convidados. E há então uma extensão da Festança de final de ano e grande participação de moradores da cidade.



Figura: 33 – Aniversário Sr. Bernardo- 90 anos - Fonte: Própria

Dentro de uma história de muita dificuldade de afirmação social e luta pela subsistência as festas e as praticas de vida dessas famílias guardam a memória cultural africana e estão inseridas dentro de culturas de base africana. Podemos afirmar que as festas de famílias negras antigas nas diversas regiões do país conservaram uma similaridade com as festas da famílias ícones de Natividade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Guimarães (2007), o traçado urbano ideal e funcional é que qualifica uma localidade Porém a topografia da cidade, declive e proximidade com o rio, concorre para que possa acontecer ocupações desordenadas e construções de moradias em áreas de difícil acesso. Além de se fazer necessário um devido planejamento e dos órgãos responsáveis, o que nem sempre acontece.

Conforme já fora citado, os bairros acima apresentados abrigam grande parte dos habitantes negros de Natividade-RJ. Os primeiros moradores do Morro São Pedro e do Pito saíram das fazendas por declínio da agricultura e se aventuraram na cidade à procura de trabalho para os filhos, visto não haver incentivo para continuarem na zona rural. Também na Vila da Paz mesmo sendo um bairro mais novo, boa parte dos que ali residem, principalmente os primeiros habitantes, precisaram sair de área de risco. Depois foram chegando outros moradores, entre esses aqueles que insistiram e continuaram na zona rural por décadas, mas devido a crescimento da família, dificuldade de locomoção para a parte central da cidade para os filhos



estudarem e falta de ocupação remunerada para os filhos mais velhos desistiram de continuar na roça e se deslocaram para bairros periféricos, ainda na esperança de melhores condições de trabalho.

A formação de bairros negros nas encostas dos morros traduz um padrão de dificuldades de instalação em outras áreas da cidade. Implica numa perifirização nada accidental imposta pela forma de relações sociais desenvolvidas no pós-abolição entre as parcelas de populações negras e as de populações brancas. São padrões sociais que requerem maiores estudos e que definem as formas urbanas de inserção das populações negras nesta localidade e que não difere de outras dentro da mesma região.

Concluimos que o artigo avançou sobre uma realidade até hoje pouco estudada que são os bairros negros das cidades do interior do estado do Rio de Janeiro. Assim como a procura da história das populações negras no período do pós-abolição e discutindo em que proporção o ideal republicano e a ideia teórica do trabalho livre foram em parte ilusórias. A transição entre o escravismo criminoso e o capitalismo racista é uma história que demanda um esforço científico maior e que contém especificidade a serem aprofundadas. Esta pesquisa que propicia este artigo é pioneira na região por focar as famílias negras e os bairros de maioria negra na cidade de Natividade.

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, CÉLIA Maria Marinho de, **ONDA NEGRA, MEDO BRANCO: O NEGRO NO IMAGINARIO DAS ELITES SECULO XIX**. São Paulo: ANABLEME EDITORA, 2018.

BRASIL. Ministério das Cidades; IPT - INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS. **Mapeamento de riscos em encostas e margem de rios**. Brasília: Ministério das Cidades; IPT, 2007. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros>.

CARVALHO, Rosane Aparecida Bartholazzi. **Imigrantes italianos em uma nova fronteira: Noroeste Fluminense (1896 - 1930)**. Dissertação (Mestrado) Universidade Severino Sombra - Vassouras. 2001.

PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos. **Francisco Ferreira Saturnino Braga: negócios e fortuna em Campos dos Goytacazes**. História (São Paulo) v.31, n.2, p. 212-246, jul/dez 2012.

REIS, Patrícia Antunes do. **Identificação de áreas vulneráveis as enchentes e inundações em áreas urbanas através de modelos topográficos e hidráulicos**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Uberlândia, Programa de pós graduação em Engenharia civil. Uberlândia -MG. 2015.

SANTOS, Milton. **A urbanização Brasileira**. São Paulo: Edusp, 2009.

